



ROSIANE MACHADO DA SILVA  
MARIA ISABEL MOURA NASCIMENTO

# OS JORNAIS PARANAENSES E A (IN)VISIBILIDADE DO NEGRO E DA SUA EDUCAÇÃO (1853-1889)

5. 1726



*Texto e Contexto*

EDITORA E LIVRARIA

— Ilusão do Serro Azul — A Giveta do Diabo. Texto de  
— Ilusão do Serro Azul — A Giveta do Diabo. Texto de  
— Ilusão do Serro Azul — A Giveta do Diabo. Texto de

Copyright@2020Rosiane Machado da Silva; Maria Isabel Moura Nascimento  
Todos os direitos reservados aos autores

**TEXTO E CONTEXTO EDITORA:**

**Diretora e editora-chefe:** Rosenéia Hauer

**Projeto gráfico e supervisão editorial:**

Rosenéia Hauer

**Capa:** Dyego Marçal

**Diagramação:** Eloise Guenther

**Revisão:** Rosiane Machado

S586j Silva, Rosiane Machado da  
Os jornais paranaenses e a (in)visibilidade do negro e da sua educação (1853-1889) [livro eletrônico]/ Rosiane Machado da Silva; Maria Isabel Moura Nascimento. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

188 p.; E-book PDF; 8.626.176 Kb.

ISBN: 978-65-88461-03-7

1. Educação- negros. 2. Imprensa paranaense. 2. Escravidão. 3. Liberalismo. 4. Racismo. 5. Negro - segregacionismo. I. Nascimento, Maria Isabel Moura. II. T.

CDD: 370.981

Ficha Catalográfica Elaborada por Maria Luzia F. Bertholino dos Santos – CRB 9/986

TEXTO E CONTEXTO EDITORA

Rua Eduardo Bonjean, 375.

Uvaranas - Ponta Grossa - PR

(42) 98883 4226/3226 9464

Os jornais paranaenses e  
a (in)visibilidade do negro e da  
sua educação (1853-1889)

Rosiane Machado da Silva

Maria Isabel Moura Nascimento

*Terto e Contexto*

---

EDITORA

## **CONSELHO EDITORIAL**

### **Presidente:**

Dra. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro (Unicentro)

### **Membros:**

Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Dra. Silvana Oliveira (UEPG)

Doutorando Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)

Dra. Marly Catarina Soares (UEPG)

Dra. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)

Dr<sup>a</sup> Letícia Fraga (UEPG)

Dra. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)

Dr. Evanir Pavloski (UEPG)

Dra. Eunice de Moraes (UEPG)

Dra. Joice Beatriz da Costa (UFFS)

Dra. Luana Teixeira Porto (URI)

Dr. César Augusto Queirós (UFAM)

Dr. Valdir Prigol (UFFS)

Dr. Luís Augusto Fischer (UFRGS)

Dra. Clarisse Ismério (URCAMP)

# APRESENTAÇÃO

A presente obra surgiu originalmente da pesquisa realizada no curso de Doutorado em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa. A parceria entre orientanda *Rosiane Machado da Silva* e orientadora *Maria Isabel Moura Nascimento*, persiste neste trabalho autoral. A adaptação da tese para o formato de livro que tem como título: *Os jornais paranaenses e a (in)visibilidade do negro e da sua educação (1853-1889)* se justifica, pela importância do assunto na atualidade, e as reflexões que dele surgiram por ocasião da defesa.

Outro fato a ser destacado é nossa participação no Grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Educação” dos Campos Gerais- PR da Universidade Estadual de Ponta Grossa (HISTEDBR/UEPG),<sup>1</sup> dentre os objetivos do grupo, está o desenvolvimento de estudos, pesquisas e atividades que buscam a compreensão da História da Educação na Região dos Campos Gerais, no Paraná e Brasil do qual o negro fez parte.

A história da educação dos negros e do trabalho por eles realizado no Paraná noticiados na imprensa se fazem importantes ao se considerar que eles participaram do processo de desenvolvimento do país, sendo explorada a sua força de trabalho por 400 anos. Mesmo após as leis abolicionistas: em 1871, a Lei do Ventre Livre; em 1885, a

---

1 Informações sobre o HISTEDBR/Campos- Gerais PR. Disponível em: <<http://histedbrcamposgera.wixsite.com/histedbrcg>> Acesso em: 24 set 2019.

Lei dos Sexagenários; e, em 1888, a Lei Áurea, de acordo com a história, os negros não receberam a atenção e interesse necessários para a melhoria de sua condição humana. Considerados objetos de troca, iguados aos animais, faziam parte dos inventários dos seus senhores, sendo deixados como herança.

O estudo sobre a educação do negro foi realizado, durante o período de 1853, no Paraná Província, à 1889, na República. Para isso, tem-se como fonte primária os jornais publicados no Paraná, e a análise dos ideais liberais configurados nestes jornais. Busca-se abordar o tema a partir de algumas considerações iniciais: de um lado a classe dos trabalhadores, em sua maioria escravos – que é parte integrante desse processo histórico muito discutido nesses jornais – e, de outro lado, a abordagem sobre o tipo de escolaridade (educação) direcionada para esses trabalhadores. A vida que lhes era oferecida, com trabalho árduo, privações e castigos por vezes seguidos de morte, leva-nos a pesquisar na busca da compreensão de quais eram os interesses na educação dos negros escravos, livres ou alforriados pela classe dominante. Temos na imprensa, especificamente nos jornais que circulavam na Província do Paraná, no período histórico delimitado de 1853 a 1889, uma importante fonte de pesquisa para verificar como esta questão era retratada.

Para atingir tais metas, o pressuposto teórico adotado está respaldado pela teoria marxista, por esta possibilitar a análise das contradições presentes e emergentes do real, provindas do contexto histórico e ideológico. Nesta perspectiva, consideramos o liberalismo como uma ideologia

do capitalismo, no qual o Estado Liberal é considerado como defensor dos detentores do capital. Uma das funções do Estado é proteger os direitos individuais dos cidadãos que possuem propriedades, e também as liberdades individuais (comércio, produção, crença e liberdade de trabalho).

Na tentativa de abarcar essa temática, este estudo foi estruturado em 03 capítulos. No primeiro capítulo, “A imprensa e os ideais liberais aspectos políticos e econômicos”, apresentamos o liberalismo, a imprensa brasileira e os interesses ideológicos que serviam a esse importante meio de comunicação, tendo como referência o liberalismo político de John Locke. Ainda nesse capítulo, buscamos compreender a influência do pensamento liberal e econômico no Brasil e no Paraná expressos nos jornais.

No segundo capítulo, *“A imprensa paranaense e as relações de trabalho escravista sob a perspectiva liberal”*, analisamos as relações de trabalho relacionadas à classe trabalhadora negra e à população pobre no Brasil e no Paraná. As influências históricas e ideológicas liberais, presentes no processo de escravismo em nosso país e a substituição da mão de obra escrava pela livre. Apontamos, em decorrência disso, as transformações ocorridas na organização social, política e econômica no Paraná, noticiada pela imprensa.

No terceiro capítulo, abordamos questões relacionadas à educação do negro no Paraná, representadas nos jornais paranaenses, tendo como pano de fundo os preceitos liberais de John Locke. Apontamos o modo como foi organizado o ensino e a instrução no Paraná para a população negra, tendo como acepções de análise o preconceito, discriminação e a segregação. Nas considerações finais apontamos algumas

reflexões sobre o estudo, não que esta temática tenha se esgotado nesta obra, pelo contrário, nosso intuito é que a mesma suscite novas inquietações, estudos e pesquisas sobre a história e historiografia da educação do negro no Paraná e no Brasil.

Boa Leitura!

Rosiane Machado da Silva  
Maria Isabel Moura Nascimento  
Autoras



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>Capítulo 1 - A imprensa e os ideais liberais nos aspectos políticos e econômicos</b> .....	21
O posicionamento da imprensa brasileira: conservadora e oposicionista .....	35
A imprensa paranaense e a disputa política entre os conservadores e liberais.....	48
As notícias publicadas nos jornais da imprensa paranaense.....	59
<b>Capítulo 2 - A imprensa paranaense e as relações de trabalho escravista sob a perspectiva liberal</b> .....	69
A imprensa e as marcas da escravidão no trabalho do homem negro.....	74
A substituição da força de trabalho escravista registrada pela imprensa.....	92
A imprensa paranaense e o trabalho livre .....	110
<b>Capítulo 3 - A educação e as marcas da escravidão: o segregacionismo na imprensa paranaense</b> .....	125
A educação na imprensa paranaense: uma questão de contradição .....	128

A imprensa e a escola no Paraná: o racismo como pano de fundo .....	137
A imprensa e o conteúdos na educação paranaense: e o segregacionismo dos negros .....	147
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	153
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	159
<b>ANEXO 1</b> .....	169
<b>ANEXO 2</b> .....	169

# INTRODUÇÃO

As reflexões sobre o tema proposto requer uma análise das contradições existentes entre a luta de classe burguesa mercantilista e os trabalhadores com mão de obra escrava. A mão de obra indígena<sup>2</sup> foi a primeira utilizada no Brasil, o desinteresse dos índios pelo trabalho e por serem nômades faziam com que estes não concluíssem as tarefas que lhes eram impostas. Com isso, a alternativa escolhida pelos fazendeiros e donos de terra foi a vinda dos escravos da África e, posteriormente, a abertura para a imigração de povos de outros países. Com isso, as políticas, as legislações vigentes e a estrutura organizacional e ideológica da sociedade estavam voltadas para atender aos interesses da Coroa e dos proprietários de terra e escravarias.

---

2. À medida que afluíam mais colonos, e, portanto as solicitações de trabalho iam decrescendo o interesse dos índios pelos insignificantes objetos com que eram dantes pagos pelo serviço. Tornam-se aos poucos mais exigentes, e a margem de lucro do negócio ia diminuindo em proporção. Chegou-se a entregar-lhes armas, inclusive de fogo, o que foi rigorosamente proibido, por motivos que se compreendem. Além disto, se o índio, por natureza nômade, se dera mais ou menos bem com o trabalho esporádico e livre da extração do pau-brasil, já não acontecia o mesmo com a disciplina, o método e os rigores de uma atividade organizada e sedentária como a agricultura. Aos poucos foi-se tornando necessário forçá-lo ao trabalho, manter vigilância estreita sobre ele e impedir sua fuga e abandono da tarefa em que estava ocupado. Daí para a escravidão pura e simples foi apenas um passo (SODRÉ, 1977).

Com isso, predominou no Brasil no início da colonização a organização estrutural do trabalho tendo como base a exploração da mão de obra escrava. De acordo com a perspectiva marxista, a “infraestrutura” é a estrutura material da sociedade, a base econômica, ou seja, as formas pelas quais os homens produzem os bens necessários a sua sobrevivência. Já a superestrutura corresponde à estrutura jurídica, política, ideológica e institucional da sociedade capitalista (MARX, 1859). A crítica que se faz neste modo de organização da sociedade dizia respeito à dominação ideológica que se exercia sobre o proletariado, com o objetivo de garantir a dominação dos mesmos, levando-os a acreditar que essa era a única condição que lhes restava, ser explorados mantendo assim o “status quo” (MARX, 1996).

Nesta pesquisa, temos como categoria o trabalho realizado pelo homem e as ações decorrentes dele, que só podem ser compreendidas em sua “totalidade”, como expressão da produção humana em busca da satisfação das suas necessidades materiais. O modelo que compreende a divisão do trabalho daqueles que o executam e dos que ficam com os lucros foi denunciada por (MARX; ENGELS, 2004). Para eles, isso significa a transferência de posse do “conhecimento” e “ciência” sobre o trabalho para o proprietário e não mais pertencente ao trabalhador.

Nesse sentido, o conhecimento do trabalho passa a ser de posse do dono do capital, uma mercadoria, tornando o trabalhador alienado.

O trabalho não faz parte de sua vida, é antes um sacrifício de sua vida. É uma mercadoria que adjudicou a um terceiro. Eis porque o produto de sua atividade não é também o objetivo de sua atividade. O que ele produz para si mesmo não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si mesmo é o salário, e a seda, o ouro, o palácio reduzem-se para ele, a uma quantidade determinada de meios de subsistência, talvez uma jaqueta de algodão, alguns cobs ou o alojamento no subsolo (MARX; ENGELS, 2004, p.27).

Esse panorama gera diferenças entre valores monetários adquiridos pela força do trabalho do operário e o repasse feito pelo dono do capital, de forma injusta. As situações que acontecem nas relações de trabalho que geram a “mais valia”, Marx e Engels (2004), que consiste na diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o que foi pago ao trabalhador. Desta forma, o “excedente” é distribuído de forma desigual, ficando a maior parte com o empregador, como uma forma de exploração. A falta de remuneração das horas excedentes de trabalho, que ultrapassavam o que foi estabelecido entre o patrão e o empregado, ou seja, a exploração da mão de obra do proletário, foi considerada um modo de exploração capitalista.

O modo de produção capitalista se caracteriza pela exploração; isto é, pela apropriação da força de trabalho. O capital se apropria da força de trabalho e a objetiva, a realiza a fim de gerar mais-valia. Ora, por ele mesmo o capital somente se apropria

daquela força de trabalho que pode gerar mais valia, procurando que toda a força de trabalho esteja em condições de gerá-la (MARX; ENGELS, 2004, p.14-15).

Esses fatos apontados por Marx e Engels (2004), presentes na lógica da acumulação do capital, revelaram as contradições existentes entre a classe burguesa, detentora do capital e a classe operária, em sua totalidade. A análise do controle do homem pelos donos do capital e a alienação dos trabalhadores, por meio dos discursos ideológicos liberais e da educação, é algo presente. Por isso, faz-se necessário o estudo para a compreensão dos fatos históricos no recorte temporal delimitado. A imprensa paranaense, como fonte primária, subsidiou com as notícias que veicularam sobre o trabalho e a educação do homem negro no estado do Paraná. A educação, como instrumento ideológico e como aparato do modo de produção capitalista,

[...] se configura ideologicamente não só em função dos componentes explicitamente tematicamente ideológicos que comporta, mas também porque cria e consolida um marco de cisão onde a alienação da força de trabalho é um fator natural (MARX; ENGELS, 2004, p. 15).

A imprensa foi um dos meios de comunicação utilizados na época para a disseminação dos ideais e necessidades da classe burguesa. O posicionamento político da imprensa atendeu apenas [...] “o interesse do governo estabelecido, e,

assim é mais apropriado ser qualquer outra coisa do que ser um representante do povo” (MARX, 2001, p. 101).

O discurso empreendido pelos detentores de poder, para se beneficiar dos lucros, de modo desonesto por meio da exploração do “trabalho”, indica que é entendido como “atividade dirigida com o fim de criar valores- de- uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas” (MARX, 1996, p. 208).

A “ideologia” também foi eleita como categoria, pois, por meio dela, a classe dominante mascara ou oculta as contradições e a dominação social, invertendo o modo como as coisas se apresentam na realidade. Fazendo com que o trabalhador tenha ideias falsas sobre si mesmo ou da realidade que o cerca. Neste sentido, o pensamento dos “homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura” (MARX, 2001, p. 19), resultando com isso a alienação do trabalhador.

Embora esta obra aborde uma determinada região, neste estudo, o “Paraná”, não significa que foi desenvolvida de forma isolada e descontextualizada dos demais fatos políticos, econômicos e educacionais que ocorreram no âmbito internacional e no Brasil, no período histórico delimitado. As singularidades se agregam à compreensão da totalidade, que se deu mediante ao movimento de aproximação e à articulação com a organização social mais ampla<sup>3</sup>. “Procurando compreender o movimento do real na região objeto do estudo, com as relações contraditórias que mantém com o contexto nacional” (NASCIMENTO, 2008, p. 11).

---

3 Sobre esta questão conferir: Nascimento (2008)

Neste estudo também buscamos conhecer as produções das teses e dissertações defendidas no país disponíveis no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES<sup>4</sup>. Na tentativa de aproximação com o objeto de estudo realizado no estado do conhecimento, recorreremos à análise realizada pelas autoras Zanlorenzi e Nascimento (2012). No período por elas verificado, compreendido entre 1970 a 2011, o número de pesquisas que abordaram a educação por meio da imprensa ainda pode ser considerado pequeno, em comparação às outras fontes de estudo utilizadas, porém, trabalhos desta natureza têm se mostrado mais presentes nas pesquisas. “O levantamento de teses e dissertações que têm como fonte primária a imprensa, mostra que 137 produções foram realizadas nos cursos de mestrado e doutorado no Brasil entre os anos de 1970 e 2011” (ZANLORENZI; NASCIMENTO, 2012, p. 5).

As autoras Zanlorenzi e Nascimento (2012) visitaram as páginas dos programas disponíveis na internet para o levantamento de teses e dissertações já produzidas, pesquisando os trabalhos apresentados nos referidos sites no período já mencionado. Para isso, utilizaram as palavras: imprensa, jornais, negro, escravo/escravidão como referência para a análise.

Foi necessário também consultar os resumos de algumas pesquisas para verificar quais eram os objetos de estudo e se estes correspondiam à busca realizada. Foram consideradas as pesquisas que abordavam a educação para os negros no Brasil e também pesquisas que utilizavam a imprensa como fonte primária.

---

4.COORDENAÇÃO de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Disponível em; <http://www.CAPES.gov.br/servicos/banco-de-teses>.



Desse levantamento, foram registradas 319 dissertações sobre negros e 145 dissertações que utilizaram a imprensa, em 72 programas de Mestrado em Educação. Encontramos 51 teses sobre negros e 30 utilizando a imprensa, em 28 programas de Doutorado em Educação.

Dando continuidade ao Estado do Conhecimento desta pesquisa, utilizamos os descritores “imprensa, jornais, negro, escravo/escravidão” para a consulta nos Programas de Pós-Graduação em Educação aprovados pela CAPES no Brasil, no período de 2014 a 2016 (tabela com as dissertações e teses- Anexo 1).

Em 2014, foram 05 trabalhos que apresentaram os assuntos:

- *Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780); O batismo na instrução: projeto e práticas de instrução formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná Provincial; O navio, os oficiais e os marinheiros: as teorias raciais e a reforma eleitoral de 1881; A expressão do liberalismo na revista a escola (1906-1910) no Paraná.*

E em 2015 tivemos 02 trabalhos:

- *O Retrato da educação nas páginas do Jornal Dezenove de Dezembro (1853-1889).*

Em 2016 a tese: *A (in) existência de um projeto educacional para os negros quilombolas no Paraná.*

No levantamento realizado na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Programa de Pós-Graduação em

Educação, no qual se realiza esta pesquisa, se destacaram 06 trabalhos apresentados nos anos de 2006 a 2016 que utilizaram a imprensa como fonte primária para análise e pesquisaram sobre a educação brasileira e a educação do negro. As dissertações defendidas no Mestrado foram as seguintes:

- 2006- *Estado, ideologia e educação no jornal “Tribuna dos Municípios” de Irati-PR (1954-1959) em 2006, FRANCISCO FERRER y GUARDIA: Educação e a imprensa anarcosindicalista “A PLEBE” (1917-1919);*
- 2007- *Intelectuais, modernidade e discurso educativo no Jornal “Diário dos Campos” (1907-1928);*
- 2010- *Sutilezas entre ciência, política e vida prática: alfabetização em uma comunidade remanescente quilombola;*
- 2015- *O Retrato da educação nas páginas do Jornal Dezenove de Dezembro (1853 - 1889).*
- No Doutorado, foram defendidas as teses:
- 2014- *A expressão do liberalismo na revista A Escola (1906-1910) no Paraná;*
- 2016- *A (in) existência de um projeto educacional para os negros quilombolas no Paraná.*

Nessa análise a imprensa foi um dos recursos para o desenvolvimento das pesquisas em diferentes temáticas. O estudo que ora propomos: *”Os jornais paranaenses e a (in) visibilidade do negro e da sua educação (1853-1889)”*, tem nos jornais a fonte primária para análise de seu conteúdo, a fim

de compreender como os ideais liberais se manifestavam na imprensa brasileira e paranaense. Esta pesquisa, diferenciou-se dos demais estudos por ampliar a análise sobre o trabalho e a educação do escravo para um número maior de periódicos e regiões do Paraná no período histórico delimitado. Com isso, tem-se uma maior contribuição e abrangência dos dados a serem analisados.

Na análise, tomamos como referência a indicação dos 60 jornais catalogados pela pesquisadora Graf (1981), disponíveis no Paraná nos anos de 1853 a 1889 (lista dos jornais em Anexo 2). A temática do negro foi considerada na pesquisa dos jornais catalogados tendo a imprensa paranaense como uma fonte documental, que acompanham a transformação no fazer historiográfico.

Na descrição das notícias dos jornais, no transcorrer deste estudo, utilizamos para as citações dos jornais de fonte primária os recursos gráficos em itálico e para as secundárias sem o itálico (NASCIMENTO, 2008). Também foi conservada a escrita ortográfica da época.

Na busca pela localização dos 60 jornais, distribuídos nas cidades mais antigas de acordo com Graf (1981) eram Paranaguá, Lapa, Castro, Curitiba, Campo Largo, Antonina e Morretes. Os jornais estariam disponíveis para a pesquisa nos seguintes locais: Arquivo Público do Paraná e Biblioteca Pública, Coleção Osvaldo Pilotto, Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional Digital, Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá e Instituto Neo- Pitagórico.

Os jornais encontrados na indicação das fontes foram: *Almanak* (1877), *A Arte* (1888), *Club Literário* (1883), *O*

*Corityba (1883), Commercial (1886), Commercio do Paraná (1862), Cruz Machado (1884), Evolução (1881), Diario Popular (1887), Der Pionier (1885), O Dezenove de Dezembro (1854), O Diabo Azul (1878), Echo dos Campos (1883), O Futuro (1881), A Galleria Illustrada (1888), A Gazeta Paranaense (1882), O Guayra (1887), A Idea (1888), Itiberê (1884), Iris Paranaense (1873), Jornal do Comércio (1883), O Liberal (1884), Livre Paraná (1889), A Luta (1886), O Mosqueteiro (1887), Noticiador (1882), A Opinião (1884), O Paranaense (1878), O Paraná (1888), O Porvir (1882), Província do Paraná (1875), A Reforma (1881), A Republica (1888), Revista do Paraná (1887), Revista Paranaense (1881), O Sabia (1889), O Santelmo (1886), Sete de Março (1889), Treze de Maio (1888), O Trovão (1888), A Vida Litterária (1877), 25 de Março (1876), A Vinte e Oito de Setembro (1886), Violeta (1883) totalizando 44 jornais.*

A utilização da imprensa como fonte de pesquisa, tornou-se referência contribuindo para a realização de outros estudos, em virtude de que a palavra escrita pode em qualquer tempo e lugar ser utilizada na construção de interpretações históricas, “[...] em outras palavras são incomensuráveis as possibilidades de reconhecimento e de problematização do passado por meio das páginas da imprensa” (VIEIRA 2007, p. 13). Entretanto, é necessário que o pesquisador tenha conhecimento de que a imprensa escrita expressa o ponto de vista tendenciosamente daqueles que a produzem, por isso a preocupação na análise do material que só é possível numa compreensão mais ampla do contexto histórico, seguido da organização dos procedimentos metodológicos.

# CAPÍTULO 1

## A IMPRENSA E OS IDEIAS LIBERAIS NOS ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS

Não perguntamos se a liberdade de imprensa deveria existir, porque ela sempre existe. Perguntamos se a liberdade de imprensa é o privilégio dos indivíduos ou se é o privilégio do espírito humano (MARX, 2001, p.49).

Um dos principais fundamentos do liberalismo se refere à liberdade, por isso é importante conceituá-la. A liberdade do ser humano é uma das condições fundamentais para que o homem alcance a inserção no mundo e a expressão de seus pensamentos, ideias e/ou opiniões. Conforme a epígrafe deste capítulo, entende-se com Marx (2001), que a liberdade do homem, assim como a liberdade de imprensa, são indissociáveis à própria condição de existência, pois fazem parte da alma, do espírito humano e da busca pela sua identidade. A procura do homem pela liberdade de exercer seus direitos na sociedade e a busca pela liberdade de se expressar, apresentam aproximações quando vistas sob a perspectiva da história. Mas o que é liberdade? Entendemos a liberdade, neste estudo, como sendo o contrário da

servidão. Esta última, podendo ser oriunda do senhor de terras, do Estado ou de outra forma de legitimidade jurídica que a coerção possa assumir, tolhendo a liberdade.

A liberdade do homem ligada às relações de trabalho e ao escravismo estão presentes no processo histórico da economia brasileira; processo este baseado nos princípios liberais. Para compreendermos como isto ocorreu é preciso retomar os fatos históricos que o antecederam, tendo como referência os preceitos liberais de John Locke.

A liberdade preconizada por Locke (1663) iniciaram com as revoluções nos séculos XVII e XVIII que foram marcadas pelo aparecimento de uma nova classe social, a burguesia e o capitalismo como modo econômico. As revoluções responsáveis pela consolidação do liberalismo foram a Revolução Gloriosa e a Revolução Francesa<sup>5</sup>, além de que,

[...] foi também a principal fonte das idéias que culminaram na Revolução Norte-Americana de 1776. Não quer dizer que suas idéias políticas fossem

---

<sup>5</sup> A Revolução Gloriosa teve sua origem no movimento revolucionário de caráter pacífico que ocorreu na Inglaterra. Conhecida como a segunda Revolução Inglesa, no período de 1688 e 1689. Com esta revolução, deu-se a torça do absolutismo monárquico em substituição a monarquia parlamentar na Inglaterra. A Revolução Francesa (1789) significou a queda do regime monárquico francês e a ascensão da burguesia. O fim do antigo regime, representado pelo absolutismo e o mercantilismo, abriu caminho para uma sociedade moderna. A repercussão desta Revolução influenciou diversos lugares do mundo. No Brasil, os ideais que marcaram a Revolução Francesa de Liberdade, Igualdade e Fraternidade foram largamente utilizados nos discursos de cunho liberal (COSTA, 1999).

originais, mas que ele condensou de maneira clara e aceitável as crenças que embasavam a experiência política dos ingleses e norte-americanos dos séculos XVII e XVIII, tão essencialmente dados à liberdade (LOCKE, 1963, p. 9).

Além da revolução, Locke recebeu grande influência do líder político dos Whigs (liberais). Vivenciou o conflito entre os “Whigs e Tories” (conservadores), ou seja, o conflito entre o liberalismo, representado pela burguesia ascendente, e o absolutismo monárquico, defendido pelos conservadores. O pensamento político de Locke se baseou na compreensão de conceitos tais como: liberdade, estado da natureza, contrato social, direito natural, propriedade, sociedade civil e outros sobre os quais edificou o Estado Liberal. “É liberal a ideia de que o homem tem a liberdade de escolher a vida, os seus objetivos, e de que o governo não pode negar essa liberdade” (BARRETO; PAIM, 1989, p. 20-21). Essa liberdade, defendida por ele, dizia respeito aos proprietários e à burguesia<sup>6</sup>. Nesse sentido, liberdade não significa que um homem possa fazer exatamente o que lhe agrada, sem consideração a qualquer lei, pois,

---

6 O conceito burguesia deriva do termo burgos, nos seus primórdios foram domínios dos senhores feudais. Centros de câmbio dos limitados volumes de produtos que excediam às necessidades de subsistência, a partir do século XII, transformaram-se em florescentes cidades e passaram a reivindicar maior autonomia junto aos senhores feudais. Tanto o desenvolvimento da agricultura quanto do artesanato foram determinantes dessa transformação como, também, da intensificação do uso do dinheiro para facilitar a troca de produtos (ALVES, 2007, p. 78).

A liberdade natural do homem é ser livre de qualquer poder superior na terra, e de não depender do desejo ou da autoridade legislativa do homem, mas ter apenas a lei da natureza para regulamentá-lo [...] (LOCKE, 2015, p.7).

Sua preocupação era a legitimação através de um contrato firmado entre os homens burgueses, a fim de atender os interesses desta classe social. Os demais, mesmo que discordassem, deveriam acatar o que foi estabelecido por aqueles que tinham as propriedades. Nesse sentido, todos os homens dessa classe teriam o direito de governar e escolher seu representante. Seu posicionamento era contrário à teoria de Thomas Hobbes, que apregoava o direito divino adquirido pelos reis. Para Locke (2015, p.22), a soberania não reside no Estado, mas, sim, na população, como um direito à liberdade natural,

Desde que surgiu no mundo uma geração pronta a lisonjear os príncipes formulando a opinião de que estes são investidos de um direito divino de exercer o poder absoluto, sem levar em conta leis destinadas a reger a instituição de seu cargo e o exercício de seu governo, ou condições para que eles iniciem suas funções, ou ainda o compromisso de respeitá-las, fosse este ratificado por juramentos ou promessas da maior solenidade, estas pessoas negaram à humanidade seu direito à liberdade natural: assim fazendo, não somente expuseram todos os indivíduos à pior miséria da tirania e da opressão, tanto quanto puderam, mas ainda os títulos dos príncipes tornaram-se duvidosos e seus



tronos abalados (pois, segundo esta doutrina, todos os príncipes, com uma única exceção, também eles nascem escravos, e, em virtude de um direito divino, são herdeiros legítimos de Adão), como se eles quisessem entrar em uma guerra contra todo o governo e inverter as próprias bases da sociedade humana.

A condição natural dos homens é de liberdade e independência, não existindo nenhum ser soberano naturalmente superior aos homens, senão o próprio Deus e a lei da natureza. Para ele, o homem abre mão de sua liberdade natural ao firmar o contrato social, que serve para proteger a sua propriedade. Ainda em relação ao estado de natureza, os homens possuem direitos naturais, essenciais a sua existência, pois todo o homem tem direito à vida, à liberdade e aos bens de sua propriedade. O direito natural está relacionado ao direito da natureza, por isso, quem atenta contra a vida, ou a liberdade e/ou as propriedades está transgredindo a lei da natureza. Assim,

Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? (LOCKE, 1963, p. 77).

Do ponto de vista histórico, o liberalismo e o direito do homem renascem do rompimento do poder absoluto do rei.

Nasce, portanto, de um processo de conquista de espaços de liberdade pelo homem. O que une os indivíduos à doutrina liberal é o vínculo estabelecido nos acordos (contratos) por livre e espontânea vontade entre os pares unidos por interesses comuns (propriedade), que convencionam e estabelecem vínculos extremamente necessários a uma convivência harmoniosa e profícua.

Quando qualquer número de homens, pelo consentimento de cada indivíduo, constitui uma comunidade, tornou, por isso mesmo, essa comunidade um corpo, com o poder de agir como um corpo, o que se dá tão-só pela vontade e resolução da maioria, pois o que leva qualquer comunidade a agir sendo somente o consentimento dos indivíduos que a formam [...] dessa sorte todos ficam obrigados pelo acordo estabelecido pela maioria (LOCKE, 1963, p.60-61).

O Estado, para Locke (1963), tinha a função de manter a ordem, assegurar o cumprimento dos pactos estabelecidos para aqueles que o desrespeitassem. Para ser protegido pelo Estado era necessário honrar os “pactos” e pertencer à sociedade política. “E isto se consegue concordando simplesmente em unir-se em uma sociedade política, no que consiste todo pacto que existe ou deve existir entre os indivíduos que entram em uma comunidade ou a constituem” (LOCKE, 1963, p. 62).

O impasse de que os homens não podem ser juízes de suas próprias causas, era necessário um juiz comum a todos, imparcial e justo, sendo necessária uma lei comum

que determinasse o que era justo. Um poder que apoiasse e sustentasse o que foi estabelecido e executasse as sentenças do juiz a fim de proteger a propriedade burguesa e seus interesses. Por isso, a necessidade de um governo que garantisse a preservação da união entre os homens, que compactuavam de objetivos comuns.

O objetivo [...] da união dos homens em comunidades, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade [...] falta uma lei estabelecida, firmada, conhecida, recebida e aceita mediante consentimento comum, como padrão do justo e injusto e medida comum para resolver qualquer controvérsia entre os homens [...] (LOCKE, 1963, p. 77-78).

Por isso, a necessidade de assegurar uma forma de governo que não fosse absolutista, pois era incompatível com a sociedade civil e o estado da natureza. Dessa forma, instituiu os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Para Locke (1963), o poder Legislativo (Parlamento) era o mais importante por representar o povo, por legislar as questões de caráter público. Assim sendo, o povo (burguesia) era quem deveria escolher seu representante, que iria, também, assegurar e proteger a propriedade privada quando o governo não cumprisse, por meio da lei e de um poder.

Esse poder legislativo não é somente o poder supremo da comunidade, mas sagrado e inalterável nas mãos em que a comunidade uma vez colocou;

nem pode qualquer édito de quem quer que seja concebido por qualquer maneira ou apoiado por qualquer poder que seja, ter a força e a obrigação da lei se não tiver sanção do legislativo escolhido e nomeado pelo público; por que sem isto a lei não teria o que é absolutamente necessário à sua natureza tem o poder de fazer leis senão por seu próprio consentimento e pela autoridade dela recebida (LOCKE, 1963, p.83).

Assim, Locke (1963) elaborou uma teoria política a fim de fortalecer os interesses daquela nova classe social que surgia, a “burguesia moderna”. Defendeu sua teoria de que os homens nascem já possuidores de direitos naturais, de direito à vida e à liberdade, ficando, assim, fundamentado o direito à propriedade privada que é, para ele, adquirida por meio do trabalho e esforço individual do homem e o poder de transformação da natureza. “Mesmo a quem não possui bens resta-lhes a propriedade do corpo, do trabalho, da vida, um direito considerado natural e inalienável” (ZANLORENZI, 2014, p. 25). Esta liberdade defendida por Locke estava condicionada às condições materiais de cada indivíduo de ocupar seu lugar na sociedade mediante as suas aquisições e/ou propriedades, pois todos são livres para adquiri-las. O conceito de liberdade tem diferentes sentidos,

Esse conceito de liberdade é frequentemente descrito como um conceito negativo ou formal de liberdade. Negativo, porque a liberdade é definida em termos negativos, como não-coação, sendo livre a pessoa que não é obrigada a fazer,

nem impedida de fazer alguma coisa. Formal, porque uma pessoa livre para fazer algo (porque não coagida ou obrigada a deixar de fazê-lo) pode não conseguir fazê-lo, por lhe faltarem condições materiais, recursos, poder ou capacidade para tanto (CHAVES, 2007, p. 11).

O liberalismo é a ideologia propagada pelo capitalismo em relação ao homem é muito sedutor pois no “[...]” discurso liberal, ele torna-se livre e proprietário individual, não mais submisso ao poder, à sucessão e à hierarquia divina” (ZANLORENZI, 2014, p. 28). Os burgueses buscam empreender livremente iniciativas com o intuito de aumentar cada vez mais suas propriedades e capital não precisando mais de intermediários, por meio da liberdade conquistada bastando o seu esforço individual e trabalho. A evidência disso é que,

[...] embora as coisas da natureza sejam dadas em comum, o homem, sendo senhor de si mesmo e proprietário de sua própria pessoa e das ações de seu trabalho, tem ainda em si a justificação principal da propriedade; e aquilo que compôs a maior parte do que ele aplicou para o sustento ou o conforto de sua existência, à medida que as invenções e as artes aperfeiçoaram as condições de vida, era absolutamente sua propriedade, não pertencendo em comum aos outros [...] Encontre qualquer coisa que tenha o uso e o valor de dinheiro entre seus vizinhos e você verá que o mesmo homem começará a aumentar suas posses (LOCKE, 2015, p. 47-48).

A liberdade do “[...]” trabalho consiste na livre concorrência dos trabalhadores entre si. Também na economia política, assim como em todas as outras esferas” (MARX; ENGELS, 2007, p. 201-202). As condições de posses materiais dos homens é o que lhes possibilitam a ascensão na sociedade, não bastando apenas à liberdade para o trabalho, como defendia Locke (1963), é preciso compreender as condições de trabalho e remuneração que são oferecidas a esse trabalhador. Neste aspecto, o trabalho estaria associado somente à meritocracia (mérito pessoal)<sup>7</sup>, ou seja, se o indivíduo não conseguiu é porque não se empenhou o suficiente e foi incapaz de aproveitar a liberdade que o sistema liberal lhe concedeu.”[...] Esta visão enfatiza a ideia de sucesso individual e de mérito, determinados pelo esforço de cada um” (HORTA, 1991, p. 206).

Os que não conseguem de acordo com a visão liberal significa que não foram suficientemente persistentes e dedicados, permanecendo no “[...]” estado de natureza entre homens [...]” (LOCKE, 1963, p. 11) distanciando, com isso, da conquista da posse da propriedade. Percebe-se, então, que o Estado liberal está a serviço de uma determinada classe, a fim de atender os interesses e assegurar a ascensão da mesma. Nesse sentido, a crítica de Marx é que “[...]” no Estado [...] a liberdade pessoal existia apenas para os indivíduos desenvolvidos nas condições da classe dominante e somente na medida em que eram indivíduos dessa classe” (MARX, ENGELS, 2007, p. 64).

<sup>7</sup> As bases dessa concepção apontam que, em virtude de ser o corpo, a primeira posse do indivíduo, sendo assim, proprietário de si mesmo e de suas capacidades lhe confere o estatuto de mérito pelo esforço individual, numa exaltação ao subjetivismo (ZANLORENZI, 2014, p. 24).

Assim, a dominação e os diferentes tipos de relação de produção e de trabalho devem ser assegurados pelo Estado, sendo garantido o avanço do capital burguês, preservado e defendido pelo modo de produção capitalista. Os proprietários, “[...] transformavam-se nos efetivos detentores do poder” (BARRETO; PAIM, 1989, p. 26). A forma que o Estado Liberal assume corresponde a uma etapa ampliada da reprodução do modo de produção capitalista. O liberalismo se apresentou, então, como ideologia jurídica-política da superestrutura da classe burguesa dominante. A totalidade das relações de produção “constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX; ENGELS, 2008, p.47).

O modo econômico provém a ideologia presente na sociedade, isto se dá por meio da manipulação das massas e exploração do trabalho assalariado Marx e Engels (2007). A ideologia oculta o caráter contraditório, na maneira pela qual as relações econômicas aparecem superficialmente. No conjunto de ideias revolucionárias e contra o absolutismo, estava contido o pressuposto da ideologia liberal, ancorado nas transformações ocorridas na sociedade, a qual conferiu poder à classe burguesa ao combater o poder absolutista. Assim, na visão liberal, “o estabelecimento de um governo, mas não de um governo absoluto, é a solução adequada” (LOCKE, 2015, p. 7), fazendo surgir um novo sujeito do poder social.

[...] um novo meio social, de caráter urbano; uma nova ordem econômica, na qual o poder econômico passa progressivamente dos nobres e da Igreja para a burguesia das cidades; uma racionalidade, que se caracteriza pelo naturalismo e pelo cálculo e que concebe a sociedade de modo natural antes que sobrenatural, de modo individualista e concreto antes que coletivo e metafísico; uma nova axiologia, que contém em si mesma sua justificação e se mede pela qualidade de seus resultados, como o valor técnico se julga pela sua eficácia na conquista e na transformação do mundo; uma nova ética, [...] possibilitando assim o desenvolvimento de atitudes mentais e éticas propícias ao triunfo do liberalismo (HORTA, 1991, p. 198).

A classe dominante se apropriou de um falso discurso de homogeneidade, contida nos princípios liberais baseadas em princípios econômicos e políticos. A apropriação deste discurso sedutor escondia em sua essência os verdadeiros motivos. Dessa forma, o que estava em pauta não era a ideologia apregoada, a qual apontava para a igualdade e liberdade do homem. Tal estratégia, assim, tinha como objetivo a concretização dos planos de uma parcela da elite, que deseja permanecer no poder. Para isso, era preciso a aceitação popular e palavras convincentes que inspirassem a confiança e a crença de que as mudanças lhes trariam dias melhores.

O conteúdo ideológico liberal apregoava a igualdade dos direitos individuais, da lei, das oportunidades a abolição das restrições, a livre competição entre os indivíduos. A igualdade era entendida como a possibilidade da inserção



de todos na sociedade. Um reconhecimento das diferenças econômicas e sociais no novo modelo de identidade individual, democrático e inclusivo. “A dicotomia entre o formal e o real é camuflada na falsa ideia de igualdade formal” (ZANLORENZI, 2014, p. 26). O direito à propriedade, assim, era como sinônimo da felicidade; a apropriação pessoal dos bens materiais era um direito fundamental, uma satisfação e um bem-estar. A apropriação do conceito religioso na teoria liberal afirmava que,

Deus, que deu o mundo aos homens em comum, deu-lhes também a razão, para que se servissem dele para o maior benefício de sua vida e de suas conveniências. A terra e tudo o que ela contém foi dada aos homens para o sustento e o conforto de sua existência (LOCKE, 2015, p. 47).

A posse da propriedade se torna a mola propulsora da economia liberal como sinônimo de conquista pessoal, sucesso e ou realização. Adquirida “merecidamente” pelo esforço individual, enfatizando a ideia de meritocracia. A classe trabalhadora deveria, então, apresentar um comportamento disciplinar de submissão e atender aos mandos e aos interesses patronais.

O Estado, na visão liberal, tinha como função principal o estabelecimento de um sistema que privilegiasse as relações e os interesses econômicos dos indivíduos e suas propriedades. Não cabe ao Estado a diminuição das desigualdades sociais e sim a preservação da divisão de classes (burguesa e proletária). Esta separação estava

relacionada à “divisão na vida de cada indivíduo, na medida em que há uma diferença entre a sua vida pessoal e a sua vida enquanto subsumida a um ramo qualquer de trabalho e às condições a ele correspondentes” (MARX; ENGELS, 2007, p. 64-65).

O controle da vida dos sujeitos e o seu trabalho são exercidos por um poder ideológico, como já mencionado anteriormente. Dessa forma, as classes e ou grupos que detêm o poder fazem o uso desse recurso para assegurar a continuidade de seus interesses, ou seja, por meio da luta de classes. “A ideologia é um dos meios usado pelos dominantes pra exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados” (CHAUÍ, 1980, p. 33).

A ideologia exerce influência sobre um determinado grupo, ou época, de acordo com interesses daqueles que estão no poder, utilizando de força coercitiva sobre os demais. Na lógica do capital, é necessário que os trabalhadores estejam convencidos e conformados com o “status quo” em que vivem. A subserviência é o comportamento apresentado pelos trabalhadores, acreditando que o melhor para eles é seguir as leis e as regras que lhes são impostas, sem pensar ou questionar as condições de trabalho e o salário que lhes são oferecidos. Assim, [...] “a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem [...] cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado [...] que lhe é imposto” (MARX; ENGELS, 2007, p. 37). Os desdobramentos ideológicos liberais irão influenciar a sociedade brasileira principalmente nos aspectos políticos e econômicos.

## ***O posicionamento da imprensa brasileira: conservadora e oposicionista***

Os descontentamentos com o sistema de governo e a ideia de liberdade política e de comércio povoavam as mentes dos colonos (donos de engenho e escravarias, fazendeiros, comerciantes) e intelectuais que moravam no Brasil por meio do acesso às literaturas<sup>8</sup>, mesmo que censuradas pela Coroa, pois apregoavam duras críticas ao sistema absolutista. A imprensa ocupou um lugar de destaque neste processo, ainda que, no Brasil, essas informações sobre o movimento liberal

<sup>8</sup> Apenas uma pequena elite de revolucionários inspirava-se nas obras dos autores europeus que lia, frequentemente, mais com entusiasmo do que com espírito crítico. A maioria da população inculta e atrasada não chegava a tomar conhecimento das novas doutrinas. Se havia barreiras de ordem material à difusão das ideias ilustradas (analfabetismo, marginalização do povo da vida política, deficiência dos meios de comunicação), o maior entrave advinha, no entanto, da própria essência dessas ideias, incompatíveis, sob muitos aspectos, com a realidade brasileira. Na Europa, o liberalismo era uma ideologia burguesa voltada contra as Instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo ao desenvolvimento da economia. No Brasil, as ideias liberais teriam um significado mais restrito, não se apoiariam nas mesmas bases sociais, nem teriam exatamente a mesma função. Os princípios liberais não se forjaram, no Brasil, na luta da burguesia contra os privilégios da aristocracia e da realeza. Foram importados da Europa. Não existia no Brasil da época uma burguesia dinâmica e ativa que pudesse servir de suporte a essas ideias. Os adeptos das ideias liberais pertenciam às categorias rurais e sua clientela. As camadas senhoriais empenhadas em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária não estavam, no entanto, dispostas a renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava. A escravidão constituiria o limite do liberalismo no Brasil (COSTA, 1999, p. 31).

chegassem mais tarde, a exemplo do que já ocorria na Europa e na América do Norte, a partir de meados do século XVIII.

A Coroa Portuguesa criou obstáculos para o surgimento da imprensa, com temor que as críticas ao regime colonialista se propagassem por meio das folhas impressas<sup>9</sup>. “*Aos pingues fazendeiros porque recorda- lhes que nossa pátria foi e ainda é capaz de produzir homens que lancem tributo sobre o roubo*” (*VINTE E OITO DE SETEMBRO, 1886, p. 1*). Aliado a esse fato, a grande população era do campo e analfabeta, constituída na sua maioria por escravos. Apesar destas circunstâncias, “impresso” de panfletos e diários circulara nos centros urbanos grandes e pequenos. Com isso, entende-se que, mesmo com dificuldades, a comunicação é inerente ao homem, ele sempre buscará uma forma de expressar seus sentimentos, desejos e necessidades, como ocorreu na imprensa brasileira. A linguagem pode ser considerada ainda, como um instrumento da consciência do homem, [...] a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce tal como a consciência, do conhecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens (MARX; ENGELS, 2007, p. 34-35).

---

9 Quanto ao seu aspecto visual, normalmente os periódicos do século XIX eram compostos por duas folhas de formato bastante grande e de difícil manuseio. Essas folhas eram preenchidas em geral por artigos e anúncios, sendo que os primeiros vinham localizados em estreitas colunas que iniciavam logo abaixo do cabeçalho, só terminando no final da página, o que obrigava o leitor a fazer um verdadeiro esforço de leitura. Além disso, quase não existiam ilustrações: os poucos desenhos encontrados normalmente referiam-se a remédios miraculosos e ou alojia com seus preços especiais (SCHWARCZ, 1987, p.58).

Para a comunicação oral, a leitura em voz alta era muito utilizada “[...] nas esquinas, nas farmácias ou nos serões familiares possibilitava a divulgação das mensagens, muitas vezes de conteúdo político antilusitano e anticolonialista” (CAPELATO, 1988, p. 38). As insatisfações com a coroa e com o sistema colonial eram manifestadas nestas oportunidades. A imprensa<sup>10</sup> criada na época do império estava destinada apenas para atender os interesses da Coroa, utilizada como uma forma de dominação sobre os demais, divulgando notícias que favorecessem sua permanência no poder. Os conflitos políticos e sociais permeavam os discursos na imprensa, as suas representações concretas emergiam por sua vez, de um lugar social na vida dos homens, por isso,

[...] não é possível referir-se às representações e discursos que os homens fazem de sua situação concreta sem levarmos em conta que os lugares sociais ocupados pelos homens são lugares conflituosos e que, portanto, também seus discursos o serão. Os discursos estão sempre submetidos a pressões particulares da parte de interesses das classes sociais (CURY, 1945, p.03).

---

10 O surgimento da imprensa brasileira esteve vinculado à vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, com a criação da Imprensa Régia destinada a imprimir documentos, decretos e livros, entre outros de interesse somente da coroa. Todo o maquinário foi trazido da Europa como parte da bagagem de D. João VI e sua família. Esse fato favoreceu o surgimento de vários jornais na Capital do Reino e também nas províncias de Pernambuco, Maranhão e São Paulo (SODRÉ, 1977).

A imprensa de cunho político opositor ganhou voz no pleito pela independência. Em virtude disso, muitos deles foram impedidos de circular. O jornal *Vinte e Oito de Setembro* (1886) teceu duras críticas a este posicionamento, considerando-o como um atraso à civilização e como prejudicial, também, às novas gerações.

Havia séculos já que a coruja agoureira, o mocho da civilização, compreendendo a treva moral e indisipavel em que uma sorte funesta involvera milhões de seres humanos, com seu lugubre e funesto canto enchia continuamente de mortal horror, os ouvidos e a alma de pobres viventes. E não era tudo! Não contente desse doido desespero a que havia habituado tantos corações, entoava ao recém-nascido, cujo aparecimento de antemão espreitava, hymnos de uma alegria satânica, ao mesmo tempo que arrebatavam- nos aos carinhos maternosas garras aguçadas de um despotismo sem nome, de uma crueldade,—de uma barbaridade sem fim! (VINTE E OITO DE SETEMBRO, 1886, p. 2)

Essa situação resultou num ambiente de acordos nos bastidores, principalmente em torno do príncipe regente, num intenso esforço de afastá-lo da influência das cortes portuguesas. A Independência do Brasil, em 1822, não decorreu da vontade da população, mas, sim, das manobras<sup>11</sup>

---

11 Depois da Independência, as fórmulas amplas e universalizantes do liberalismo retórico foram definidas nos seus termos concretos, ficando evidentes os seus limites. A partir de então, ficaria claro para quem e por quem tinha sido o país feito independente. Para as elites que tiveram a iniciativa e o controle do movimento, liberalismo significava apenas

utilizadas pela grande parte da elite brasileira. Esta última com o desejo de autonomia política e descontentes com o desgaste do sistema econômico e dos altos impostos empregados pela Coroa Portuguesa em nosso País. Nesse contexto histórico,

[...] a independência se fez por uma simples transferência política de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex- colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o regente e sua política. Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto (PRADO JUNIOR, 1933, p. 52-53).

A imprensa paranaense criticou as atitudes daqueles que procederam de maneira enganosa para obter vantagens, como foi a Independência do Brasil. O jornal *Vinte e Oito de Setembro* (1886) afirmou que os que procedem com maldades um dia terão que prestar contas.

---

liquidação dos laços coloniais. Não pretendiam reformar a estrutura de produção nem a estrutura da sociedade. Por isso a escravidão seria mantida, assim como a economia de exportação. Por isso o movimento de independência seria menos antimonárquico do que anticolonial, menos nacionalista do que antimetropolitano. Por isso também a ideia de separação completa de Portugal só se configurou claramente quando se revelou impossível manter a dualidade das coroas e, ao mesmo tempo, preservar a liberdade de comércio (COSTA, 1999, p. 38).

Depois nós que como todas as mais gerações temos que comparecer ao tribunal da história devemos nos sacrificar pelos nossos princípios, si nos queremos salvar de ser collocados em lugar mais objecto do que aquelle que occupão os vossos avós. Eu acho muito mais criminoso o que, reconhecendo o bem obra o mal, do que aquelle que vai pelo caminho do erro porque ignorar o caminho da verdade (VINTE E OITO DE SETEMBRO, 1886, p. 2).

A repressão e a censura, como elemento controlador e de dominação da população brasileira, eram constantes na imprensa brasileira. Tinham, conseqüentemente, aqueles que eram contrários às medidas adotadas e defendiam a liberdade de expressão da imprensa como fez o jornal *Echo do Campos* (1883, p.2).

Quase 5 séculos são passados depois da descoberta da imprensa! O tempo, que tudo consome, não poderá apagar da memória do povo apagar esse nome cercado de uma aureola de gloria: Imprensa! Immensa e luminosa lâmpada do progresso, Luz abençoada que guia os povos nos tortuosos caminho da vida!

A perseguição aos jornalistas era muito comum, o exemplo disso foi a condição imposta a João Soares Lisboa<sup>12</sup> que, por não concordar com as perseguições, com a repressão e com a censura da imprensa, deveria deixar o País para não

---

<sup>12</sup> João Soares Lisboa trabalhava como redator do jornal (SODRÉ, 1977).



ser preso. Mas ele contrariou o acordo e permaneceu no Brasil. Sucessivamente, ao participar da Confederação do Equador<sup>13</sup>, foi morto nos combates. A censura não deixava impune os seus adversários.

Era a censura [...] e a classe dominante, ao estruturar o seu aparelho de Estado, mostrava que desejava conter a independência nos limites da preservação dos seus interesses. [...] isso apenas comprova que a liberdade tem conteúdo e forma dependentes das correlações de forças econômicas, sociais e políticas: cada classe tem o seu conceito de liberdade, que supõe absoluto e eterno, e defende-o para defender-se (SODRÉ, 1977, p. 49).

---

13 A Confederação do Equador foi um movimento político e revolucionário ocorrido na região Nordeste do Brasil em 1824. O movimento teve caráter emancipacionista e republicano. Ganhou este nome, pois o centro do movimento ficava próximo a Linha do Equador. A revolta teve seu início na província de Pernambuco, porém, espalhou-se rapidamente por outras províncias da região (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba). Em Pernambuco, centro da revolta, o movimento teve participação das camadas urbanas, elites regionais e intelectuais. A grande participação popular foi um dos principais diferenciais deste movimento. As Causas principais: foram- Forte descontentamento com centralização política imposta por D. Pedro I, presente na Constituição de 1824; - Descontentamento com a influência portuguesa na vida política do Brasil, mesmo após a independência; - A elite de Pernambuco havia escolhido um governador para a província: Manuel Carvalho Pais de Andrade. Porém, em 1824, D.Pedro I indicou um governador de sua confiança para a província: Francisco Paes Barreto. Este conflito político foi o estopim da revolta (LEITE, 2016).

A restrição à liberdade de imprensa interessava ao governo a fim de manter o controle da população pela desinformação. Porém, eram também incansáveis os que enfrentavam as forças repressoras e continuavam a denunciar as arbitrariedades do governo. O patriotismo nestas situações era exaltado pela imprensa “[...] *em um coração patriota, em uma alma eminentemente cristã e onde o amor da nossa pátria comum – o Brazil, semmelha-se-nos estar em ebulição continua* (CRUZ MACHADO, 1884, p. 2).

As formas de manifestações contrárias ao que estava acontecendo no Brasil não impediram o avanço da imprensa. Mesmo com as dificuldades de manter a circulação dos jornais e suas notícias, a imprensa se fez representar.

Se não nos enganamos, ainda há mais um periódico. [...] Na capital os jornaes poldão, além dos trez já solidamente estabelecidos. A Gazeta Paranaense, a Província do Paraná e o Dezenove de Dezembro, começarão a publicar-se muitos outros entre os quaes conhecemos: O Vagalume, O Curityba, O Vigilante, e mais dois jornaes allemães que ainda não tivemos o prazer de ver. Consta que estava a apparecer ainda no outro semanario do commercio – O Imparcial. Como se vê, nunca a imprensa na província esteve tão animada (ECHOS DOS CAMPOS, 1883, p.2)

Os redatores dos jornais que se posicionassem em uma notícia contestadora da política vigente deveria estar atento, pois, se fossem descobertos, seriam impedidos de continuar com suas publicações. Os seus autores, assim, deveriam agir no anonimato. A linguagem da imprensa contestadora era

a que mais se aproximava do entendimento da população, atingindo uma grande parte da massa trabalhadora. Principalmente, porque a população negra não era convidada para participar das reuniões de cunho político e tão menos frequentar os salões com os burgueses – a condição da cor e de classe era motivo dessa rejeição.

[...] o escravo, o liberto, o artesão, o trabalhador urbano, o pequeno funcionário, [...] todos não haviam encontrado ainda o instrumento adequado a luta, a finalidade segura de seus impulsos, nem mesmo os caminhos e a forma de preservá-los ou de conquistá-los (SODRÉ, 1977, p. 181).

Durante as perseguições, alguns jornais utilizavam de nomes diferentes para a autoria do impresso. Esta era uma das estratégias que dispunham para não serem reconhecidos pela polícia e punidos pela revolta expressa nas críticas que faziam em seus escritos. Sem dúvida [...] “toda a revolta tem sua raiz a exclusão de uma parte dos homens da comunidade” (MARX, 2010, p. 25).

Apesar de toda a perseguição e repressão aos escritores marginalizados pela sociedade da época, “[...] nunca certamente, a imprensa viveu tão de perto os acontecimentos políticos [...]” (SODRÉ, 1977, p. 185).

Esse comportamento, por vezes agressivo, do redator do jornal, denunciando as forças de dominação presentes na sociedade, era uma tentativa em resgatar algumas [...] “verdades eternas, como liberdade, justiça etc., que são comuns a todas as condições sociais” (MARX; ENGELS, 2008, p.41).

A agitação dos acontecimentos políticos na imprensa brasileira continuava a causar repercussão. A decadência do sistema colonial que atingiu a Europa também exerceu influência aqui no Brasil. O descontentamento com a coroa pela má administração dos recursos financeiros e com os privilégios concedidos, apenas a uma pequena parcela da população fez com que não fossem “[...] raros os conflitos entre produtores e comerciantes, entre comerciantes e burocratas ou entre os vários mercadores que disputavam entre si o usufruto dos monopólios e privilégios” (COSTA, 1999, p. 22). A defesa aos interesses e bens era a bandeira defendida, pelos colonos de acordo com os preceitos da doutrina liberal relacionadas à liberdade e aos direitos.

O homem nascendo [...] com o direito a perfeita liberdade e gozo incontrolado de todos os seus direitos [...] por igual a qualquer homem ou grupo de homens do mundo, tem, o poder não só de preservar a sua propriedade – isto é, a vida, a liberdade e os bens contra os danos e ataques de outros homens (LOCKE, 1963, p. 53).

Somando-se a isso, os fundamentos do sistema colonial tradicional sofreram vários tipos de pressões. Principalmente a da necessidade do Brasil Colônia em se adequar às novas regras do mercado internacional.

No âmbito internacional, as bases da aliança burguesia comercial- Coroa, que havia dado origem ao sistema colonial tradicional, estavam

minadas: de um lado, pela emergência de novos grupos burgueses relacionados com o advento do capitalismo industrial e, de outro, pela perda da funcionalidade do Estado absolutista e pelo desenvolvimento de um instrumental crítico que procurava destruir suas bases teóricas. No âmbito das colônias, o aumento da população, o incremento da produção, a ampliação do mercado interno tinham tornado cada vez mais penosas as restrições impostas pela metrópole, tanto mais que cresciam as possibilidades de participação no mercado internacional (COSTA, 1999, p. 22).

As discussões sobre o sistema político brasileiro avançaram para o debate da adoção do Regime Republicano, buscando o convencimento das massas populares de maioria escrava.

*O envolvimento dos Republicanos com as questões relacionadas aos escravos e à abolição, como prelúdio da República, foi utilizado como forma de convencimento popular. Agora que os republicanos fizeram ahi a mais brilhante figura, libertando e propondo a todos a liberdade immediata dos escravos todas as razões apresentadas pelos monarchistas cessaram (A REPUBLICA, 1888, p. 1)*

Afirmavam os Republicanos que não bastava a abolição, era necessário outro regime de governo para alcançarem a completa liberdade (SODRÉ, 1977). Logo em seguida de sua consolidação (da abolição), ocorreram posicionamentos de políticos se referindo à República como o momento de luta e libertação dos brancos, dando a impressão de luta pela igualdade racial.

A pátria sem escravos ainda não é a pátria livre. Agora começa o trabalho de libertar os brancos, assentando a constituição política sobre as bases mais largas e seguras para a felicidade do povo e glória nacional. Devemos ser hoje mais felizes que ontem, mas convém que amanhã o sejamos mais do que hoje (SODRÉ, 1977, p. 276-277).

As discussões no Império estavam acirradas, de 1870 a 1872 surgindo no país mais de 20 jornais republicanos, esse movimento encontrou adeptos da imprensa em vários lugares do país.

O Argos no Amazonas, O Futuro no Pará, O Amigo do Povo no Piauí, O Voluntário da Pátria, na Paraíba. A República Federativa, O Seis de Março e O Americano em Pernambuco. Em Alagoas A República; na Bahia O Horizonte. O Correio Paulista (de posição republicana nesse tempo), a Gazeta de Campinas, em que colaborava Campos Sales. O Paulista, O Comércio de Santos, O Ipanema e O Sorocabano em São Paulo. O Jequitinhonha e O Farol em Minas Gerais. **O Antonina, no Paraná.** Democracia e O Tempo, no Rio Grande do Sul (SODRÉ, 1977. p. 244, grifo nosso).

Os estudantes da academia de São Paulo também apoiaram o movimento Republicano. Nesse sentido, foi relevante a realização da Convenção de Itu, em 1873, em apoio a esta causa, que reuniu representações conservadoras e liberais. É interessante notar que os grupos opositores se unem com o objetivo de modificar a estrutura social,

mediante a apreensão da realidade que neste momento não lhes estava favorecendo.

Esses grupos tinham como objetivo a criação de uma assembleia de adeptos à República, assim, periodicamente se reuniam em São Paulo representando as cidades paulistas engajadas neste movimento. Os discursos proferidos por eles tinham na escravidão do negro e no sistema escravagista como um todo, uma das principais pautas para o convencimento das massas e simpatizantes. Defendiam que a República seria a solução para os problemas econômicos e para a liberdade do homem escravo. No jornal *A Republica* (1888, p.1), temos um excerto destes discursos:

*A increpação sedicã e systemática que constantemente, em doestos sarcásticos, nos atiram os nossos adiversários políticos vai tendo o desemetido formal e merecido. Dizem elles que nós não sabemos nos identificar com a Idea republicana, de princípios, não conciliando a doutrina republicana com a abolicionista que é um vinculo d' aquella pelos limiars da affinidade. Pois bem. A noticia que vou dar-lhes é o mais cabal attestado de que os nossos eminentes chefes políticos sabem empregar a adoção de medidas previdentes e salutarees, agindo propriamente no intuito de resolver o problema negro com perfeita accentuação dos sentimentos.*

As transformações de cunho político ocorridas no país, relações de poder e os interesses em jogo foram retratados pela imprensa brasileira da época. As mudanças do regime político da Monarquia para a República, a manipulação das massas (colonos e escravos) – tendo como pano de fundo as ideias liberais –, também se fizeram representar na imprensa paranaense.

## ***A imprensa paranaense e a disputa política entre os conservadores e liberais***

No Paraná a presença de um novo modelo econômico urbano iniciou lentamente, quando o Paraná caminhava para a sua emancipação política “quando a vila se liberta de alguns elementos rurais e começa a produzir funções propriamente urbanas” (IANNI, 1988 p. 110), em torno de 1853. A força de trabalho da população negra na província do Paraná – 5ª Comarca de São Paulo –, funcionou nos moldes de um centro econômico, com a instalação de engenhos de produção da erva-mate, de fazendas agrícolas e de gado. A riqueza paranaense começou a despontar, podendo ser percebida nas, “[...] residências de fazendeiros e comerciantes, de atividades financeiras ligadas a exportação e comércio com outras vilas e regiões em centro político-administrativo, com a criação do governo provincial e seu secretariado [...] (IANNI, 1988, p.110).

Nesse ritmo de crescimento, criou-se uma imprensa local no Paraná. Com isso, estreita-se o intercâmbio cultural e político com São Paulo e a corte, facilitando a incorporação de hábitos, costumes e ideais dos grupos dominantes, “[...] “a população da comunidade adensa-se em ritmo mais rápido com a concentração de naturais da área, escravos imigrantes, funcionários do governo local e provincial, forças militares” (IANNI, 1988, p. 110).

Os integrantes dos partidos conservador e liberal se fizeram presentes neste contexto político e econômico, representado pelas elites rurais dos Campos Gerais e a burguesia ervateira de Curitiba e do litoral. Estes



partidos tinham em sua composição social estas elites. Os conservadores, comandados pelos exportadores de erva mate, pelo seu crescente capital econômico, investiram na criação de um meio editorial mais complexo, com jornais e tipografias. Utilizando, assim, estes meios para a divulgação de seus interesses vinculados ao governo e à organização partidária. Realizaram inúmeros investimentos, adquirindo a Impressora Paranaense (antiga Tipografia Lopes) e a Litografia Comércio.

[...] a imprensa, durante o período imperial (pode-se dizer que até os primeiros anos da República), era um foro de poder informal, vinculado ao governo e à organização partidária. Tratava-se de uma imprensa de opinião, que tinha como um de seus eixos os comentários partidários (CÓRREA, 2009, p. 139).

A importância da imprensa e das informações veiculadas por meio de jornal era um avanço na comunicação, sinalizando o progresso e a configuração de uma sociedade moderna. Mesmo com o discurso de que as notícias eram para informar a população, o acesso a elas nos periódicos se restringiam à classe dominante escolarizada.

O jornal tem hoje o seu posto bem determinado no meio da atividade popular. Sem cumprir a elevada e grandiosa missão com que já identificou-se durante mais de trez séculos de prodigiosos triumphos, não conseguiria corresponder a civilização pública. Sem consagrar-se devotadamente à causa de todos os progressos, à toda iniciativa, à toda civilização,

à toda Idea em fim de que resultão as harmonias geraes da civilização, não lograria o prestígio imenso que exerce no seio da sociedade moderna (ECHO DOS CAMPOS, 1883, p. 1.).

O reconhecimento da importância da imprensa<sup>14</sup>, no Paraná<sup>15</sup>, para o desenvolvimento da região, foi retratado nos jornais. Os periódicos produzidos pelos paranaenses tiveram influência da imprensa paulista e gaúcha, como o jornal *A Federação*, de 1884. Este jornal surgiu como órgão do Partido Republicano gaúcho, tendo como representante Júlio de Castilhos. Esse periódico tinha subtítulos como: “federação”, “unidade”, “centralização”, “desmembramento”; e defendia a queda do regime monárquico.

---

14 A Imprensa Paranaense se fez representar em diferentes cidades (Lapa, Antonina, Curitiba, Paranaguá, Morretes, Campo Largo, Castro).  
15 O Relatório, apresentado ao Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo (Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império), pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Correia, em 31 de Dezembro de 1876. [...] De acordo com os dados do primeiro Recenseamento do Império, a Província do Paraná possuía 10.560 escravos, entre pardos e pretos. Os pardos somavam 4.109 indivíduos, dentre os quais 2.010 eram homens e 2.099 eram mulheres. Os pretos se apresentavam em maior quantidade. Havia ao todo 6.451 indivíduos, sendo 3.496 homens e 2.955 mulheres. No Paraná, como em praticamente todas as províncias do Império, houve a predominância do número de homens escravos em relação ao número de mulheres escravas. Os dados mostrados na alteração das matrículas de escravos, no quadro geral dessa população nas províncias do Império, confirmaram que desde 1 de Abril de 1872 até 31 de Dezembro de 1875, dos 9.792 escravos existentes na província 5.036 eram homens, enquanto que 4.756 eram mulheres. Dos 10.560 escravos existentes no Paraná, em 1872, 5.506 eram homens e 5.054, eram mulheres (MOREIRA, 2013, p. 29-30).

Os integrantes do partido liberal, estavam preocupados com a produção voltada para o comércio interno. Mesmo com o crescente domínio econômico dos ervateiros, os liberais se aproximavam cada vez mais dos tropeiros e dos pecuaristas, desafiando a hegemonia conservadora. As ideias antimonarquistas, em oposição ao governo imperial, circulavam na imprensa paranaense. Já os partidos que defendiam a monarquia, não se envolviam nos embates sobre a República. Os jornais que circulavam no Paraná, representando o pensamento dos partidos liberal ou conservador, detinham-se em publicar as discussões que emergiam do grupo dominante por meio dos jornais,

[...] a Gazeta Paranaense (conservador) e o Dezenove de Dezembro (liberal), limitavam-se ao embate intra-elites, apenas eventualmente publicando alguma nota sobre o Clube Republicano, em que figurava certo menosprezo pelo movimento local, com suas propostas sendo consideradas sem propósito e desnecessárias (CORREA, 2009, p. 141).

Os jornais expressaram os seus posicionamentos favoráveis e ou contrários às vertentes políticas e ideológicas presentes no século XIX. As questões que dominavam o debate estavam relacionadas principalmente à abolição dos negros e à República.

No Paraná a propaganda abolicionista e republicana teve início em Paranaguá, principalmente através dos jornais, que, apesar dos poucos números

conservados, revelam-se repletos de subsídios sobre o elemento servil, não só de Paranaguá como de outras localidades paranaenses (GRAF, 1981, p.49).

As constantes lutas entre os interesses políticos dos partidos liberal e conservador foram impressas nos jornais. Em defesa do partido conservador, temos, em 1876, *A Gazeta Paranaense* que foi substituído pela *A Tribuna*, em 1889, apresentando-se também como órgão do Partido Conservador. O jornal *25 de Março (1876)*, impresso na Tipografia Curitibana, também se declarou como defensor do partido conservador,

*O nosso programa consistirá na sustentação dos princípios, que o partido conservador em todos os tempos elevou a altura de um sacerdócio. Vemos a sociedade brasileira constituída sobre sólidos fundamentos, vemos a nação pacífica e laboriosa conquistar dia após dia todos os progressos compatíveis com a sua iniciativa e aspirações. O systema representativo depois de algumas ligeiras provocações em dias infelizes, quase olvidados pela nova geração, recebeu o cunho da inalterabilidade e ongraçou a sua sombra todos os partidos (25 DE MARÇO, 1876, p.1).*

*O Jornal do Commercio*, fundado em 1883, sob a direção de Luís Coelho e o “*O Sete de Março*, foi criado para apoiar a política do ministério, que foi organizado em 10 de março, tendo a frente João Alfredo” (GRAF, 1981, p. 28). Ambos se posicionaram como defensores das ideias do Partido Conservador.

Outros jornais que se apresentaram como críticos e/ou noticiosos à sociedade vigente foram: *Cruz Machado* (1884), *O Realismo* (1884), *O Santelmo* (1888) e *O Diabo Azul* (1878). Isto significa que dependendo do interesse político e ideológico que os responsáveis pelo jornal representavam, participantes do partido liberal ou conservador, poderiam noticiar matérias que favorecessem as medidas tomadas pelos representantes da política vigente, ou seja, de cunho “noticioso”. O contrário disso seria a “crítica” às medidas políticas e às econômicas que estavam sendo praticadas, com o objetivo de que as mesmas tivessem a rejeição pelos leitores. Na maioria das vezes, não traziam de modo explícito a sua tendência política, só sendo possível perceber o posicionamento político nas entrelinhas.

*O Diabo Azul, como esses pirilampos que sobrenadam à tona das vagas tenebrosas da noite, sem outro apoio que suas azas opalinas e frágeis, sem outro guia que suas lanterninas de esmeraldas, o Diabo Azul lança-se no “maré magnum” da imprensa (DIABO AZUL, 1878, p.1).*

No jornal *O Mosqueteiro* (1887), encontrou-se a crítica sobre o significado da política, demonstrando descontentamento, classificando-a como opressora da sociedade. Para reforçar a ideia de rejeição, utilizou de expressões como: “horripilante”, “monstruosa” e “peçonhenta”. Tal atitude era uma tentativa de desqualificar as ações dos políticos. Na notícia do jornal, a política era considerada a semelhança,

[...] *de um abutre negro, enorme, horripilante, de bicos aguçados, que com suas azas monstruosas, vem temendo opprimir a sociedade, que não podendo desviar-se das suas garras, fica como a rã que gritando, deixa-se conduzir contrariada a boca monstruosa e peçonhenta da serpe, que contente da presa humilde e indefeza aguarda o momento para a tragar!* (*O MOSQUETEIRO*, 1887, p. 1).

Na história da imprensa no Paraná, as influências políticas e partidárias <sup>16</sup> também se fizeram presentes, como exemplificamos nas notícias dos jornais. Com a emancipação política do Paraná, Zacarias de Góis e Vasconcellos, ao inaugurar o governo provincial (em 19 de dezembro de 1853), tomou como uma das suas primeiras ações a criação de uma imprensa. Esta escolha objetivou o atendimento às necessidades do governo e à publicação dos atos oficiais, pois não estavam mais vinculados a São Paulo.

---

16 A reorganização partidária do campo político paranaense contava com a condução dos mesmos influentes personagens, detentores do capital político acumulado durante o período imperial. Contudo, o equilíbrio de poder foi alterado com o novo regime, colocando as elites tradicionais paranaenses numa posição dominada ante a burguesia ervateira, ou, então, com o predomínio quase absoluto do Partido Republicano Federal sobre a União Republicana. O elemento-chave dessa guinada foi o alinhamento dos ex-conservadores com o Clube Republicano de Curitiba, apoiado pelo PRP. O Partido Republicano Federal tinha como figura política central Vicente Machado e era composto pelos republicanos que militavam em torno do Clube Republicano de Curitiba, aliados aos ex-conservadores. Estes deram início a um vasto discurso de unificação de todos aqueles que desejassem participar da reorganização da pátria, incluindo os membros dos ex-partidos monárquicos. As alianças foram firmando-se, e uma nova configuração de forças, formada por republicanos e ex-conservadores, passou a ocupar as estruturas de poder do estado, que tinha *A República* como seu órgão oficial (CORREA, 2009, p. 8).

Curitiba, como Capital da nova Província, deveria publicar os atos do Governo. Este, por sua vez, almejava dar visibilidade às comunidades do vasto território provincial. Não caberia mais, naquela circunstância, os habitantes tomarem conhecimento das [...] “determinações de órgãos oficiais, pelos editais afixados às portas da Câmara e da Igreja, ou por apregoações” (PILOTTO, 1976, p. 7). Pois, antes disso, os atos do governo provincial de São Paulo só eram conhecidos na 5ª Comarca de Curitiba, com o auxílio dos tropeiros e das embarcações.

As notícias chegavam a Curitiba por terra com os tropeiros e a Paranaguá com as embarcações que ali aportavam. Deste modo, em Paranaguá circulavam sobretudo os periódicos vindos da Corte, em Curitiba os publicados em São Paulo, que na primeira metade do século ainda eram escassos. Liam-se os jornais para se ter conhecimento dos atos do governo, por isso, em 1837, a Câmara Municipal de Curitiba assinava o periódico *Paulista Oficial*, justamente o que publicava todos os documentos oficiais (GRAF, 1981, p.22).

A primeira tipografia, da nova província, instalada em Curitiba com o nome “Typographia Paranaense”, Cândido Martins Lopes foi seu proprietário. O Governador Góis de Vasconcelos lhe fizera o convite para montar no Paraná sua oficina tipográfica que, até então, estava instalada em Niterói, num prédio situado na Praça Fronteira à Estação das Barcas no Rio de Janeiro. O convite foi aceito e o transporte da Tipografia foi uma aventura: foi preciso “transportar

via marítima, até Antonina o material, depois trazê-lo em lombo de burro, pela estrada de Itupava, a Curitiba” (PILOTTO, 1976, p. 7). O primeiro número de seu jornal, *O Dezenove de Dezembro*,<sup>17</sup> foi publicado no dia 1º de abril de 1854, com edição semanal, aos sábados, cuja assinatura anual era de 8\$000 réis. No seu artigo de apresentação, afirmou que aquele jornal objetivava informar o público dos procedimentos do governo e das autoridades na província. A publicação dos atos oficiais estaria condicionada somente aos que engrandecessem a província, abstendo-se de questões políticas. Prossegue afirmando que:

[...] seria um erro imperdoável excitar com questões de partido, os artigos de política, esses ódios invertebrados, que convém a todo custo atenuar e mesmo desvanecer. A Tipografia era o que podea ser a esse tempo. Descrevem os cronistas como sendo constituída de “uma pequena mesa de ferro com prancha para a composição manual, sobre a qual deslizava o rolo de impressões, além de caixas de tipos e de mais acessórios (PILOTTO, 1976, p. 8).

O jornal *Dezenove de Dezembro*, que tinha afirmado sua neutralidade nas questões políticas, foi colocado à prova. Em 1861, José Francisco Cardoso presidente da Província, solicitou um espaço no jornal para justificar suas diferenças políticas. Como não foi atendido pelo proprietário, “[...] suspendeu a subvenção que aquele periódico recebia para a divulgação dos atos oficiais” (GRAF, 1981, p. 23).

---

17 Sobre o jornal *Dezenove de Dezembro* conferir: Slotuk (2015).



Na imprensa paranaense, ocorreram algumas modificações, a começar pelo jornal *O Dezenove de Dezembro*, que teve o seu nome modificado com a supressão do artigo “o”, passando a ser chamado, a partir do seu 1º número (do ano II, de 04 de abril de 1855), como *Dezenove de Dezembro*. Outras mudanças também foram realizadas, apresentavam nova “roupagem” tipográfica e vinhetas melhoradas, dando uma composição gráfica mais sofisticada. Até 1857, o *Dezenove de Dezembro* era o único periódico em circulação. Mas, em 20 de setembro do mesmo ano de 1857, surgiu o *Jasmin*, de característica recreativa e literária, de pequeno formato.

Em 1860, surgiu o *Mascarado*, órgão crítico impresso em cores de tiras diferentes, dispostas e coladas uma a outra, em número de três. Foi uma novidade para época, tornando-se um atrativo a sua apresentação, ao circular em 30 de novembro de 1861. Em 19 de fevereiro de 1862, por iniciativa do Presidente da Província José Francisco Cardoso, instalou uma oficina tipográfica, tendo como administração o capitão Joaquim Lourenço de Sá Ribas. O jornal se chamava *Correio Oficial*, em seu relatório constava o número de 300 assinantes. Mesmo com essa situação, Cândido Lopes suportou o revés “por um longo ano, para não quebrar a sua linha de conduta” (PILOTTO, 1976, p. 8).

Os periódicos *O Clarim* e o *Constitucional* também surgiram nesse ano. O aparecimento do periódico a *Imprensa Livre* marcou a imprensa curitibana em 1867.

Os jornalistas Sérgio Francisco de Souza Castro e João José Pedrosa deram um novo sentido ao periodismo paranaense com a articulação destes jornais.

O redator Fernando Simas, registrou, em seus escritos, o descontentamento com os privilégios do monopólio e do poder hereditário no regime monárquico; nos jornais: *O Pharol, Itiberê, Comercial, Livre Paraná*. Lutou também pela abolição da escravatura e pelo regime republicano, defendendo as ideias e os princípios do liberalismo. No periódico *Itiberê (1884)*, podemos perceber o posicionamento questionador e a análise de como ocorriam, na Província, o desenvolvimento e os encaminhamentos políticos.

*Nem sempre aquilo que é agradável a vista sobe ao paladar. [...]. Vamos ver se, em interesse da província e da colonização podemos apontar os males e indicar os meios de remedial-os; alguns, e esses irremediáveis, ao que parece, ahí já ficam ditos ( ITIBERE, 1884, p. 2).*

*Em 1886, surgiu como órgão do Club Republicanos, o periódico A Republica, com o objetivo de propagar o ideal antimonarquista. Este segmento político desejava a queda do regime monárquico, para isso, utilizou a imprensa como meio de divulgação de suas ideias.*

*Ninguém poderá negar, o partido republicano cresce e se alastra por todo o Brazil, de um modo assombroso. Em nossa província mesmo, onde há bem pouco tempo, ser republicano era idéia mais monstruosa e absurda que um homem podia conceber, quanto mais espalhal-a ou realisal-a em nossa província mesmo, a idéia cresce e se alastra. E o que é mais, e o que até causa um desejo surdo de riso, este grupo que está sendo constituído na província, já perturba os anafados liberalões que por traz das cortinas, começam de mover-lhe a mesquinha, odienta e costumeira guerra (A REPÚBLICA, 1888, p.1).*

O periódico *A República* teve como fundador Eduardo Gonçalves, que contou com a colaboração de seu cunhado, Alvaro Teixeira Ramos. Além deles, também auxiliaram: Emeliano Perneta, Rocha Pombo e Nestor Victor.

## ***As notícias publicadas nos jornais da imprensa paranaense***

O conteúdo dos jornais da imprensa paranaense era diversificado: anúncios de vendas, de compras e de utilidade pública. A literatura também era muito presente nas publicações dos jornais, com poemas e crônicas elaboradas por aqueles que dominavam a escrita e a leitura, ou seja, os fazendeiros, os senhores de escravos, os comerciantes, os industriais envolvidos com a erva-mate e os estudantes que retornaram de seus estudos na Europa. Exemplo de tais poemas, encontramos no jornal *Treze de Maio* (1888), no qual foram registrados os seguintes versos [...] “*A Uma Velha Apaixonada. Duas condições te imponho, se queres meus ternos ais: Vinte annos mostra menos, Vinte dentes põe de mais*” (*TREZE DE MAIO*, 1888, p. 3). Os gracejos e galanteios, por meio de versos noticiados nos jornais, eram comuns nos salões aristocráticos, como já mencionamos. A poesia era vista, até meados do século XIX, como arte da elite. Construir rimas, falar ou escrevê-las era símbolo de prestígio social (COSTA, 1999).

No jornal *O Trovão*, destaca-se a poesia “O Jeca dos Amores”, o autor agrega elementos do cotidiano, ou seja, retrata o modo de vida e a maneira do “Jeca” se vestir copiando, a sua maneira, a moda inglesa. Nestes versos,

percebe-se de acordo com o redator do jornal, o esforço do personagem em ser reconhecido como um membro da classe hegemônica pelas roupas que vestia. O traje também significava uma questão de *status* e pertencimento a uma determinada classe social, neste caso, à classe dominante.

*Olhem lá o snr. Jeca. Como está tão suarento, e anda por seca e Meca, todo repleto de vento! Já se vê, traz a cartolla e a luneta inseparável. Vem como um boneco de mola. Unind'o o chic ao agradável, calça a ingleza e botina, colete de chita fina, tal e qual a um figurino. Paletot todo curtinho. Camisas de fino linho: Anda assim o deos menino. Dr. Ayer (O TROVÃO, 1888, p.3).*

A linguagem em forma de versos, publicadas nos periódicos, era destinada apenas a um grupo “seleto” que dominava a leitura e escrita. Neste contexto, não estavam inseridos os colonos e escravos. Outro aspecto importante a ser destacado é que os bens de consumo que atendiam às elites brasileiras e paranaenses vinham, em sua maioria, de países europeus e eram utilizados por aqueles que podiam comprá-los. Logicamente, os escravos e a população pobre não tinham acesso ao consumo desses produtos. Anúncios de vendas de produtos que chegavam de “vapor” para abastecer os pontos de comércio, mercadorias vindas de outras províncias do Brasil e da Europa, tinham como objetivo divulgar os produtos e despertar o interesse da classe burguesa em adquiri-los.

**BAZAR CAXIAS.** ATENÇÃO!!*Este estabelecimento acaba de receber pelo ultimo vapor, um deslumbrante sortimento de Armario, Chapeos de sol, roupas-feitas etc. etc. Relação de alguns objectos chegados: Camisas brancas sem collarinho e sem punhos. Gravatas o que há de elegante. Toalhas felpudas para rosto e banho. Colletes (espartilhos) superiores, diversas qualidades. Pannos adamascados para toalha de mesa. Lenços de seda para bolso- pequenos e grandes. Véos e hespanhola, pretos de seda. Leques de seda. Leques pretos de gase superior Ditos de setim e de papel. Meias de cores para senhoras e homens. Ditas pretas para senhoras. Collarinhos e punhos, ultimo gosto. Lurvas de seda para meninas e senhoras, pretas e de cores. Perfumarias. Barbatanas cobertas e descobertas. [...] Um variado e paripathetico sortimento de fitas de apurado gosto (TREZE DE MAIO, 1888, p. 4, grifo do autor).*

O anúncio de produtos da região pelos imigrantes italianos <sup>18</sup> que residiam no Paraná, e a produção de vinho com utilização de máquinas foram divulgados. A novidade no modo diferente da produção de vinho, principalmente a moagem mecânica, era destacada. A utilização dos pés, nesse processo, estava sendo substituída por aqueles que adquiriam as máquinas, assim como, era utilizado na Europa.

**Vinho Puro.** *Pelo T°. Cel. Eugenio Wirmond foi-nos offerecido. Uma garrafa de excellente vinho puro fabricado em a sua chácara, no rocio d'esta capital. E' uma industria que se vai desenvolvendo entre nós*

---

18 Lamenha Lins, em 1875 e 1876, fundou colônias no litoral, em Paranaguá, Morretes e Antonina de maioria por italianos. Nas terras dos italianos, o cultivo das videiras era prioridade, hábito trazido da terra natal (STECA; FLORES, 2002).

*e que por sua importância merece especial atenção. Nas circunvisinhanças d'esta cidade ja se fabricão annualmente de 18 a 20 pipas de bom vinho. O vinho que nos foi obsequiosamente offerecido pelo sr. Wirmondè preparado por um processo novo, e a moagem das uvas é feita por machinas de prensas especialmente preparadas. A prova que tivemos mostra que o nosso terreno é muito apropriado para a cultura da vinha, pois que, o vinho do sr. Wirmondalem da bella cor é de um sabor agradável, embora um pouco assidulado por ser muito novo (GAZETA PARANAENSE, 1882, p. 3, grifo do autor).*

A presença portuguesa nos negócios em Paranaguá (cidade portuária) era frequente. Os portugueses, no período da colonização do Brasil, iniciaram a mineração no Paraná, dada a facilidade do transporte (da saída e da chegada dos produtos por meio do vapor), por este motivo acabaram permanecendo na cidade.

***ANNUNCIOS-** Vice consulado de Portugal em Paranaguá, **LEILÃO DE NAVIO.** No dia 24 do corrente pelo meio dia se arrematará em publico leilão, na presença do abaixo assignado e a quem maiores lances (offerecer-o casco e mais pertences do patachoportuguez "Veloz" ancorado na Calingacondemnado n'este porto por innavegabilidade, ficando sujeitos os arrematantes á pagar as contribuições geraes o provincias, e a commissão do leiloeiro. Os pretendentes podem examinar n'este vice-consulado o inventario do referido navio, aonde tambem se lhes prestará as precisas informações sobre os direitos a pagar. As onze horas do dia designado haverá, condução grátis para os concurrentes á licitação.*

*Paranaguá, 4 de Julho de 84. Joaquim Soares Gomes.  
Vice-Consul (ITIBERÊ, 1884, p.4, grifo do autor).*

As notícias internacionais também foram publicadas, havia o interesse nos jornais em informar os paranaenses, os estrangeiros e/ou os descendentes que aqui moravam, sobre os fatos ocorridos em outros países. Na publicação do periódico *A Vida Litteraria* (1887), percebe-se que o conteúdo publicado dizia respeito às catástrofes causadas por fenômenos da natureza. Reforçando a ideia de que os imigrantes que aqui estavam, gozavam de um clima apropriado (relativamente privilegiado) e seguro para viver com suas famílias.

***Buda Pesth-** As águas do Theissaugmentam consideravelmente ameaçando inundar a cidade **Szegedin (Austria)**. Grande número de victimas[...]  
**AMILCAR** Sipriani. [...] **Tremores de terra.** Telegramma do dia 9 de corrente, de **Londres**, diz ter havido tremores de terra no **Canadá, S. Lucia e Corsega. Portugal** (*A VIDA LITTERARIA*, 1887, p. 4, grifo nosso).*

Deste modo, a classe dominante seguia com sucesso a estratégia da permanência no Paraná, do trabalho da mão de obra estrangeira para o crescimento econômico da província. Outro aspecto importante a destacar, é que a permanência do imigrante, com o trabalho nas lavouras, possibilitava a utilização das técnicas agrícolas de seu país de origem, aprimorando o trabalho e o conhecimento utilizado anteriormente pela mão de obra escrava.

As notícias e ou as matérias de interesses de determinados grupos hegemônicos da província paranaense, veiculados pela imprensa, eram destinados a uma determinada clientela, como na imprensa nacional. O acesso à leitura e à informação, por meio dos jornais, não pertenciam aos escravos e aos pobres moradores do “Paraná”. As notícias de cunho político-econômico, também estavam contaminadas por um “jogo de interesses” entre as classes, “conservacionistas ou liberais”. A luta travada entre as classes, para uns era para permanecer no poder, para outros, era para tomarem posse dele.

As classes mais favorecidas, fossem os banqueiros ou os mercadores, não queriam abrir mão da exploração do trabalho do proletariado do Brasil. Marx e Engels (2001) denunciaram a divisão de classes e a exploração dos operários que viveram em seu tempo. “Essa divisão do trabalho, que implica todas essas contradições, e [...] ao mesmo tempo a repartição do trabalho e de seus produtos, distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade quanto em qualidade” (MARX; ENGELS, 2001, p. 27).

A diferença das classes sociais presentes no Brasil, a promessa de que a emancipação política do sistema monárquico seria a solução para a liberdade e para o progresso da nação, não passaram de uma manobra de convencimento das massas populares. “A nação independente continuaria na dependência de uma estrutura colonial de produção passando do domínio português à tutela britânica” (COSTA, 1977, p. 52).

Dependendo de como os homens estabelecem as relações de produção para sua sobrevivência, é que se constituirá a sua formação e, mais, como irá disseminar seu sistema de ideias



(a ideologia). “Desta maneira, a classe dominante, visando assegurar uma unidade ideológica dentro do sistema social, impede à classe dominada a tomada de consciência reveladora das contradições” (CURY, 1984, p. 4).

A imprensa não é neutra, por isso, dependendo do interesse de seu proprietário, ela pode se posicionar a favor ou contra à classe burguesa. Elegendo ou destituindo, assim, líderes governamentais por meio da manipulação das informações.

O confronto “boa-má” imprensa traduz uma luta político- ideológica na qual se envolvem os defensores da ordem estabelecida e os que a criticam. Entre esses dois extremos há muitas nuances; as críticas e defesas são diversificadas, cabendo ao historiador captar todos os matizes (CAPELATO, 1988, p.33).

A distorção da realidade, dos fatos, o modo tendencioso realizado pela imprensa para a veiculação dos ideais liberais, como temos analisado na imprensa brasileira e paranaense, também foi denunciada por Marx (2001) ao se referir a má utilização deste meio. As pessoas que assim agem, prestam um desserviço à população com a publicação de inverdades.

Mas também existem pessoas más, que usam a linguagem para mentir, a mente para intrigar, as mãos para roubar, os pés para desertar. Seria uma coisa maravilhosa para a escrita e a fala, para o pensamento agradável, para as mãos hábeis, para os ainda melhores pés, se não existissem pessoas más que fazem mau uso dela! (MARX, 2001, p. 74-75).

A imprensa que se coloca a favor da classe burguesa colabora para a inculcação ideológica dos interesses dos que detêm o poder (MARX, 2001). No sistema capitalista, a classe burguesa objetiva a permanência no poder, a exploração da mão de obra do trabalhador e a remuneração injusta. Este comportamento da imprensa está relacionado às questões ideológicas.

Assim a ideologia da classe dominante é a elaboração da “falsa consciência” que conduz à necessidade de ocultar as verdadeiras relações de classe dominante é assim garantir seus reais interesses, através de uma representação falsa e falseadora (CURY, 1984, p. 05).

A palavra escrita tem sido, ao longo dos anos, um dos meios mais utilizados pela humanidade para se comunicar. Na história dos povos, a escrita está presente, pode-se dizer que “[...] *é um laço característico dos povos modernos que, com armas da palavra e da pena, todos se podem armar soldados para a revolução pacífica e civilisadora da sociedade*” (REVISTA PARANAENSE, 1881, p. 4). É importante destacar que a veiculação de notícias por meio da imprensa, por vezes, é contaminada por questões particulares e secularizadas, desvinculando-se da totalidade dos fatos e do contexto social em que ocorreram. A imprensa, “[...] ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época” (CAPELATO, 1988, p. 24). Mesmo com a possibilidade da manipulação ideológica por meio da,

[...] comunicação entre os homens tem sido a grande ferramenta por meio do qual o conhecimento de gerações vem se perpetuando. Os meios dessa comunicação também têm sido diferenciados de acordo com a necessidade. A imprensa tem se apresentado um desses mecanismos que podemos dispor para aquisição de informações, conhecimentos que têm marcado a história (SILVA, 2016, p, 185).

Os registros da imprensa brasileira e paranaense, por meio dos jornais, possibilitou a compreensão da história e da influência dos preceitos liberais defendidos por Locke (1963). A luta empreendida entre grupos que detinham o poder e buscavam a permanência nele, e/ou entre aqueles que pretendiam a retomada do poder ou a conquista do mesmo, foi noticiada pela imprensa paranaense.



## CAPÍTULO 2

# A IMPRENSA PARANAENSE E AS RELAÇÕES DE TRABALHO ESCRAVISTA SOB A PERSPECTIVA LIBERAL

*À medida que a exploração de um indivíduo por outro for abolida, também o será a exploração de uma nação por outra. Com o fim do antagonismo de classes no interior das nações, desaparece também a hostilidade entre as nações (MARX; ENGELS, 2008, p.40).*

As práticas exploratórias e escravistas nas relações de trabalho acompanham a história da humanidade. No Brasil não foi diferente, as explorações da mão de obra escrava e indígena no trabalho marcaram o início do desenvolvimento econômico em nosso país. O trabalho deve ser compreendido como um instrumento de interação do homem e natureza para transformá-la, de acordo com as suas necessidades. Antes de tudo o trabalho deve ser visto como um processo,

[...] em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Põe em movimento as

forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX; ENGELS, 2001, p. 211).

Algumas iniciativas a este respeito, ou seja, ao trabalho escravo foram veiculadas, por meio da imprensa, e influenciaram os movimentos revolucionários de grupos da elite e da população que vivia nos centros urbanos. Os escravos almejavam as promessas de liberdade e de igualdade apresentadas nos discursos liberais (LOCKE, 2015). A população, por sua vez, desejava a extinção dos privilégios cedidos pela coroa aos bancários e aos mercadores. As elites liberais ou conservadoras dividiam opiniões sobre o encaminhamento administrativo que vinha sendo realizado no país. A imprensa brasileira<sup>19</sup> se posicionou frente estas medidas, criticou o segmento dos liberais conservadores, que defendiam a manutenção do “status quo”, a ordem vigente, que de acordo com a premissa liberal,

Todo o poder conferido com confiança para se atingir um fim, é limitado para aquele fim, sempre que o fim for manifestamente negligenciado ou contrariado, a confiança deve necessariamente ser confiscada e o poder devolvido às mãos daqueles que o conferiram, que podem colocá-lo outra vez onde acharem melhor para sua segurança e garantia (LOCKE, 2015, p. 13).

---

19 Sobre a influência da imprensa e a participação dos negros conferir: (O, 2006).

A ordem social competitiva se utilizou das massas para atender seus interesses, “agitando”<sup>20</sup> ou “controlando” conforme lhes era conveniente. Desconsiderando as condições individuais e concretas dos trabalhadores, fazendo-os acreditar que, “todo homem tem uma propriedade em sua própria pessoa” (LOCKE, 2015, p. 8). O Jornal *O Realismo* (1884) criticou estas lutas internas por posicionamentos políticos questionando qual seria a melhor forma de governo.

*Qual é a melhor forma de Governo? Eis aqui um problema, que muito se tem procurado resolver, e que ainda se não tem resolvido. [...] Ainda que o seu systema muito lhes agrade, quem lhes dá a certeza de que é o melhor? Ou de que se não pôde adotar outro, e até nem gostar delle, sem crime, e sem infâmia? Quem afiança ao sectário do governo absoluto, que não pôde haver salvação no governo representativo? Ao do governo representativo, que não pode haver no governo absoluto? Ao da monarchia, que não pode haver na republica? Ao da republica, que não a não pode haver na monarchia? Quem adotou uns ou outros dos attributos Divino da infabillidade? Ou quem fez árbitros dos destinos da humanidade, para lhe imporem a lei de seus caprichos? (O REALISMO, 1884, p. 1-2).*

---

20 Já os mais rebeldes criticavam principalmente o poder excessivo que a Carta Constitucional outorgava ao imperador. Frei Caneca um dos eloqüentes mais acirrados contra esta situação publicou em seu periódico, o *Typhis Pernambucano*. Caneca argumentava que as condições do Brasil, sua extensão geográfica, a variedade de recursos e população eram mais compatíveis com uma federação do que com um governo centralizado. Condenava também a vitaliciedade do Senado e a nobreza. O poder moderador parecia-lhe uma “invenção maquiavélica” [...] a “chave mestra da opressão da nação brasileira”. Os conselhos provinciais criados pela Constituição para governar as províncias eram, a seu ver, “meros fantasmas para iludir os povos” (COSTA, 1999, p. 144-145).

As divisões dos interesses da classe burguesa se originaram de acordo com as necessidades para a manutenção no poder. Estas mudanças resultaram das forças internas emergentes desses grupos, pelo aumento ou controle do capital. O homem, na busca pelo poder, imbuído de suas paixões, não mede as consequências de suas ações em relação ao outro e à sociedade.

*O homem, na exaltação das paixões políticas, é um monstro mais cruel, que os tigres da Hircania. Elle assassina o amigo, e cuida fazer nisso uma acção meritoria; o benfeitor, e jacta-se de se não deixar vencer da consideração dos benefícios; o pai, e ostenta sobre o seu cadáver uma alegria feroz. A natureza deu-nos uma aversão ao vermos correr o sangue dos nossos semelhantes; e elle folga, elle regala-se de o ver correr (O REALISMO, 1884, p. 2).*

Neste processo de lutas internas, na perspectiva liberal, a classe burguesa ora se divide, ora se une, para defender seus interesses. A motivação deles não era sobre o trabalhador e ou sobre suas condições de trabalho, mas, sim, preservar seus interesses e se manter no poder.

A própria burguesia desenvolve-se apenas progressivamente dentro de suas condições, divide-se novamente em frações distintas, com base na divisão do trabalho, e termina por absorver em si todas as preexistentes classes de possuidores (enquanto desenvolve a maioria das classes possuidoras preexistentes e uma parte da



classe até então possuidora em uma nova classe, o proletariado), na medida em que toda a propriedade anterior é transformada em capital industrial ou comercial (MARX; ENGELS, 2007, p. 63).

O desenvolvimento do ideário liberal no Brasil não mudou as condições de opressão que vinham sofrendo os escravos e os pobres no regime monárquico, isso também se deve ao fato de que o modo de exploração capitalista se nutre para muito além da forma de organização do governo. Mesmo com a queda da monarquia, os problemas continuaram. Privilégios eram concedidos para alguns e para outros restava apenas a amarga lembrança das promessas de igualdade e de liberdade, apregoada nos discursos liberais. As críticas a essa manobra política também foram denunciadas pelo *Jornal do Commercio* (1883).

*Mostrae-nos um paiz [...] onde um povo culto, enérgico e prudente gema sob o guante de ferro da tyrannia política: onde os cidadãos, unidos pelo interesse commum da liberdade, e attrahidos pelo ideal supremo da democracia, estejam dispostos a depor aos pés de qualquer individualidade, grande ou pequena, os seus direitos, as suas tradições e a sua independência, e nós accitâremôs a hypothese figurada por certos publicistas, de que uma fatalidade sombria e irremissivel está sempre prompta a desbaratar os esforços e iniciativas, agindo sinistramente sobre os destinos das collectividades humanas (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, p. 3).*

Os negros continuavam escravizados e os pobres deixados de lado em suas necessidades de melhoria de vida. Os cargos importantes na administração do país estavam destinados à elite dominante. Logo, neste contexto não contemplava os escravos, ou seja, não abria a possibilidade de ascensão social. Não garantia a mudança de posição ou do “*status*” de cativo, que lhe foi atribuído pelos brancos (os senhores detentores do poder) e, por consequência, não assegurava a mudança dos meios de produção; mesmo com apoio “dos grupos compostos de trabalhadores autônomos, agregados, parceiros, assalariados, forças policiais e militares e o clero” (IANNI, 1988, p.115) isso estava distante de ocorrer. No sistema social de trabalho firmado na escravatura, a mobilidade social e as possibilidades de aquisição de um mesmo status social da classe dominante eram uma utopia<sup>21</sup>. As alterações que ocorrem na mobilidade, no trabalho do proletariado e na lógica capitalista, dizem respeito apenas ao cargo ou função que desempenha na empresa, ou seja, o trabalhador deve estar colocado onde ele produz mais e melhor e, portanto, gera lucro.

## ***A imprensa e as marcas da escravidão no trabalho do homem negro***

A imprensa e as marcas da escravidão no trabalho do homem negro

---

21 A utopia é entendida neste sentido como sendo um engano. Algo imaginário e fantasioso de uma realidade e materialidade que não existe. Para saber mais conferir Marx e Engels (2007).

A escravidão e a relação do homem com o trabalho é algo que vem marcando a história dos povos. Quando, por exemplo, uma tribo ou determinado grupo ganhava uma batalha, ele era dono de tudo o que o perdedor possuía. Isso incluía bens, animais, escravos ou familiares. Outra prática muito comum era o pagamento de dívidas utilizando-se de pessoas. Os escravos eram muito usados nestas situações, pois, assim como um animal ou uma mercadoria, o escravo agregava um valor comercial, pelo trabalho e/ou lucro que produzia.

O preço do escravo é um jogo de variáveis, algumas das quais totalmente alheias ao próprio escravo e outras, ao contrário intimamente ligadas à sua pessoa. O preço do escravo depende de concorrência, da distância entre o porto de embarque e o ponto de venda, da especulação, da conjuntura econômica depende ainda de sua idade, sexo, saúde, de sua qualificação profissional. A concorrência que as grandes potências fazem umas às outras nos mercados de escravo representa papel determinante na formação do preço do cativo (MATTOSO, 1982, p. 77-78).

A venda do escravo como mercadoria, já mencionada anteriormente nesta tese, foi registrada pela imprensa no jornal *Dezenove de Dezembro*, com a descrição dessa mão de obra, apresentando suas habilidades, seus talentos e suas boas referências para atrair compradores. Além de seus dotes, era considerado como “fiel”, ou seja, pela concepção da época, não traria problemas aos seus proprietários, pois, como o seu

trabalho era realizado na casa de seus donos, já inspirava confiança aos interessados. Além disso, já teriam, também do ponto de vista dos escravocratas, aprendido um pouco sobre as boas maneiras de uma sociedade civilizada, não oferecendo nenhum risco para quem os adquirissem. Eram estes, então, predicativos classificavam, nessa perspectiva, um homem negro como um “bom” escravo.

**UM BOM ESCRAVO.** *Vende-se um escravo crioulo de idade de 28 annos que sabe todo o serviço de umma casa de família, excellente doceiro, padeiro e alfaiete, e é muito fiel. Quem pretender diriga-se ao sr. Bento Antonio de Menezes, que se acha encarregado da venda Curityba, 29 de Outubro de 1869 (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1869, p. 4).*

A escravidão dos africanos, legalizada antes do descobrimento do Brasil, foi introduzida e praticada, então, no Paraná como uma coisa lícita. “Além disso o escravo enquanto propriedade do senhor está equiparado às coisas, não tem personalidade nem estado” (IANNI, 1988, p. 116). Em outro anúncio de jornal, vemos a descrição das características físicas do escravo fugido como quem descreve um animal que se desgarrou da tropa. Era muito comum serem oferecidas recompensas para quem conseguisse resgatar o escravo fugido, pois o prejuízo causado com a fuga e com a sua ausência no trabalho seria maior do que o valor oferecido por uma recompensa.

*ANTONIO, de nação, idade 40 annos mais ou menos, alto, feio de rosto, barba por baixo do queixo, barriga grande, a unha do dedo grande da mão direita partida pelo meio e inchado, dá-se 50U000 de graficação a quem o apprehender e entregar nesta cidade ao sr. José Gomes de Medeiros, na Palmeira ao sr. João Baptista Teixeira, na villa de Castro ao sr. Manoel Antônio Machado e Silva, ao sr. José Antonio da Silva. Cidade de Curityba, 5 de agosto de 1856. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1856, p.4).*

O homem negro escravizado<sup>22</sup> no Brasil não era considerado como gente e sim como um animal que tinha que dar lucro ao seu dono. O tráfico de negros, em nosso país, movimentou a economia até final do século XIX. Era preciso mão de obra para as diferentes frentes de trabalho, como: agricultura, lavoura, mineração, dentre outras. Alguns escravos possuíam conhecimentos e habilidades sobre certos serviços que executavam em sua terra de origem, como: tecelagem, ferragens e artesanato com o ouro, cobre e bronze. Para outros escravos, suas atividades eram impostas pelos seus proprietários, a fim de atender à demanda de trabalho. Marx (2011) ao se referir ao trabalho capitalista discordou da imposição aos trabalhadores: “[...] cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair, é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de ser se não quiser perder os seus meios de subsistência” (MARX; ENGELS, 2011, p.28).

O trabalho do negro se tornou indispensável ao desenvolvimento do Brasil e no Paraná e ao enriquecimento

---

22 Para mais informações conferir: Portela (2014).

dos seus senhores. “O escravo negro tornado mercadoria do século XVI ao XIX, mercadoria absolutamente indispensável ao Brasil, não vem de um continente desorganizado, sem cultura, sem tradições, sem passado” (MATTOSO, 1982, p.22). A atração pelo lucro com a venda dos escravos estimulou ainda mais os seus algozes, que utilizaram da tirania e da força bruta para submetê-los aos seus comandos. O que exigiu dos mesmos equipamentos e estrutura adequados para este serviço. Conforme ratifica Mattoso,

A atração pelo lucro vai, pois, orientar a maioria deles para a captura e a venda de escravos. Captura que requer exércitos poderosos equipados com armamento moderno. Então a guerra e a caçada ao homem tornam-se a indústria mais lucrativa [...] (MATTOSO, 1982, p. 26).

A escravidão humana, seja de negros, de índios ou de brancos, em prol do lucro fácil por meio do trabalho não remunerado, equiparam o indivíduo a uma mercadoria, a uma coisa. O trabalho deve ser compreendido no seu aspecto ontológico, de sua própria essência. O homem como parte da natureza a transforma por meio do seu trabalho para a sua sobrevivência. O homem utiliza toda a sua potencialidade e do seu corpo para se apropriar da natureza. Neste embate, o homem e a natureza se defrontam como num intercâmbio de forças materiais, com a própria natureza. O trabalho deve ser visto como a categoria principal para a compreensão dos homens em sociedade, em qualquer tempo ou época. O homem ao realizar seu trabalho, pensa, planeja, constrói e

desconstrói para atingir o seu objetivo, utilizando de suas habilidades físicas e cognitivas para um determinado fim.

Do ponto de vista da Antropologia, o que sobreleva é a relação do homem com a natureza por meio do trabalho e a humanização sob o aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho. As mudanças nas formas de trabalho constituem os indicadores básicos da mudança das relações de produção e das formas sociais em geral do intercurso humano. O trabalho é, portanto, o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral (MARX, 1996, p. 21).

Na busca pela manutenção do trabalho escravo, os traficantes ao trazê-los para o Brasil realizavam uma triagem nesses trabalhadores, a fim de avaliar a força de trabalho de cada um. Após a análise da mercadoria, era estipulado o valor de mercado da força de trabalho escrava. Aqueles que não representavam lucro ao traficante, ou se apresentavam desobedientes às ordens dos senhores, eram descartados. “[...] tendo, por culpa própria, perdido o direito à vida por algum ato que mereça a morte, àquele a quem a entregou pode, quando o tem em suas mãos” (LOCKE, 1963, p. 18).

Um dos argumentos utilizados para dominação dos escravos era o ensinamento dos preceitos da religião católica predominante no Brasil, trazida pelos portugueses e cultivada pelos jesuítas. O ensino na maioria das vezes era baseado na subserviência e obediência cega aos seus senhores, com a justificativa de que os obedientes teriam

a recompensa no reino dos céus. Para Nascimento (2012, p. 52),

A religião católica que predominava no país neste período servia como antídoto, utilizado pelos senhores para conter a forma de vida em que viviam, ou melhor, a conformação e a obediência para o trabalho. Essa mediação através da religião europeia mantinha o senhor resguardado como uma pessoa “suprema” a ser respeitada.

O controle da população por meio da religião<sup>23</sup>, fossem escravos ou livres, foi muito utilizado nos discursos ideológicos e políticos por meio da imprensa, para o convencimento da população. A utilização destas estratégias

---

23 Sobre a escravidão e religião na América e, de modo especial, nos Estados Unidos conferir: A relação entre protestantismo e sociedade brasileira no final do século XIX frente aos temas da educação e escravidão (MARTINS, 2008). Para manter o ritmo de trabalho, impedir fugas ou revoltas, para conservar os escravos obedientes e submissos, recorriam os senhores aos mais variados castigos. O castigo físico era universalmente aceito e considerado a única medida coercitiva eficaz. A sociedade desaprovava tanto o senhor que se excedia nos castigos quanto o que era excessivamente benevolente. A frouxidão e a crueldade eram igualmente condenadas. A Igreja viu-se comprometida na tentativa de conciliar os interesses financeiros com os ditames da religião e da filantropia. “A disciplina nas fazendas”, dizia um viajante que percorria o Brasil em meados do século XIX, “compreende duas fases: a do azorrague e a do dogma, a do padre e a do feitor”. Paciência, resignação e obediência eram o catecismo que os padres ensinavam ao escravo. Alguns chegavam mesmo a dizer que os negros eram filhos “do maldito” e constituíam uma raça de condenados cuja salvação estava em servir ao branco, com paciência e devoção (COSTA, 1999, p.291).



de convencimento dos escravos para o trabalho significa que “[...] os homens sempre tiveram ideias falsas a respeito de si mesmos, daquilo que são ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função das representações que faziam de Deus [...]” (MARX; ENGELS, 1998, p.3). O jornal *O Realismo* (1884) também fez uso da religião enfatizando a necessidade da mesma, considerando-a como a base para a organização social.

A religião, única base segura da ordem da justiça, e da liberdade, deve ser o princípio de toda a organização social; deve ser a estrela que constantemente nos guie: e quem sabe se os homens, auxiliados por uma graça especial do Senhor, no silêncio ou na ausência de todas as paixões, lançando mão d’essa base, deixando-se possuir inteiramente d’essa base, deixando inteiramente possuir d’esse princípio, marchando sempre á luz d’essa estrela, chegarão um dia onde nunca teem podido chegar? [...] (O REALISMO, 1884, p.1).

Fosse pelo controle da força, da religião ou de outra estratégia, a verdade é que nenhum dos senhores de terra ou fazendeiros queria um escravo agitador. “Uma prática comum era livrar-se dos mais revoltados tidos como “cabeças quentes” os agitadores e brigões” (MATTOSO, 1982, p. 39). Na época, os navios eram equipados com ferros para prender e/ou conter os escravos mais resistentes ao cativoiro, e também currais para serem aprisionados.

Os donos das escravarias, que atuaram no Brasil utilizando a mão de obra escrava, buscavam, por meio de

manobras ideológicas, manterem os escravos sob seus comandos. Concediam alguns privilégios para aqueles que se apresentassem dóceis e submissos aos seus senhores. Com isso, pretendiam controlar os rebeldes e os descontentes que não aceitavam aquela situação. Mas muitos não se submetiam a este regime sem tentar escapar da escravidão e dos maus tratos.

Nesses embates, muitos eram mortos, outros padeciam no tronco pela força da chibata e/ou nas caçadas pelos capitães do mato. A caçada aos rebeldes era estratégica para controlar os ânimos dos mais agitados e não prejudicar o resultado da produção caso viessem a fugir. “Imagine-se o perigo que representam esses ajuntamentos de negros prisioneiros num pequeno espaço, muitos homens, todos fortes, que pensam exclusivamente em recuperar a liberdade, em fugir” (MATOSSO, 1982, p. 42).

Os que conseguiam fugir, mesmo com perseguições, refugiavam-se nos quilombos. Os Quilombos <sup>24</sup> eram comunidades formadas pelos escravos que fugiam das fazendas e buscavam se refugiar nesses espaços. Na comunidade dos “quilombolas”, assim eram chamados aqueles que habitavam nos Quilombos, viviam basicamente da agricultura e da pesca. Nos Quilombos, eles tinham liberdade de viver de acordo com seus hábitos e cultura da terra de origem. “As casas eram construídas de madeira umas coladas às outras, tendo uma porta e uma janela [...]” (MOURA, 1986, p. 90).

---

24 Mais informações sobre os quilombos conferir: Moura (1986), Moura, (1988) e Padilha (2016).

Eram muito comuns, os donos de escravos organizarem expedições para capturar aqueles que haviam fugidos. Nesse caso, os quilombolas lutavam pela sua liberdade. Nesse combate, uns eram capturados, outros fugiam embrenhando-se nas matas até encontrar um local seguro e formar outro Quilombo.

A manutenção do negro como escravo pelo proprietário ou possibilidade deste de se livrar do mesmo, ocorria quando o senhor de escravo descobria que algum “cativo” tinha conhecimentos sobre ervas ou sobre “magia”. Esse fato trazia “tremor e temor” ao proprietário, trazia o receio de ser morto ao tomar alguma bebida servida pelo escravo, ou ainda, se o rumor era de que o escravo tinha contato com forças misteriosas que poderiam matar o senhor, o pavor deste era ainda maior.

Quando o senhor descobre que um escravo é “feiticeiro” ou “médico”, conhece as ervas ou magia com frequência apressa-se em vendê-lo tal pelo seu temor ao envenenamento gradual. Sabe também que o escravo, cuja raiva contra os senhores brancos é crescente, tem sua maneira própria de agir: são os “maus olhados”, cuja força faz adoecer e mata com a mesma eficiência de uma flecha envenenada. O branco treme diante das forças misteriosas que os africanos comandam (MATTOSO, 1982, p.157).

Uma prática comum era excluir os que não rendiam lucro, como as crianças ou os velhos que não serviam para o trabalho eram deixados de lado. E, ainda, interferiam

até na vida matrimonial<sup>25</sup> “[...] dos cativos definindo quais seriam os casais, determinando a época do casamento e a separação de famílias por venda ou transferência para outras propriedades” (REIS, 2010, p. 117).

Esta situação do descarte da mão de obra, “[...] em favor daqueles que, em virtude da idade, ainda, não podem ou não podem mais participar da produção, não haverá mais trabalho para manter aqueles que não trabalham” (MARX, 1894, p. 972).

Sobre a sobra do capital, os lucros, dos trabalhadores “úteis” que produziam além do que lhes era pago; quando isso ocorria, o dono do capital não repassava ao trabalhador, não repassava o excedente do valor que fora produzido por ele. Convertendo, assim, em mais lucro e em aumento do capital ao proprietário, sendo injusto o pagamento do salário ao trabalhador que valia mais do que lhe foi pago. O

<sup>25</sup> Tanto no Brasil como nos Estados Unidos, apesar de a propriedade do escravo não ser reconhecida por lei, muitos proprietários de escravos permitiam que seus escravos conservassem tudo o que pudessem obter do trabalho em seu tempo livre. O casamento religioso tinha tanto valor sacramental na Bahia como na Virgínia, mas não garantia a estabilidade da família escrava. Se no Brasil os escravos e negros livres desempenhavam, por vezes, funções militares – algo quase desconhecido nos Estados Unidos – era porque a pequena comunidade de brancos estava constantemente sob ameaça de invasões estrangeiras. Se os escravos, aparentemente, rebelaram-se mais frequentemente no Brasil do que nos Estados Unidos, era porque o comércio negreiro durou muito tempo, mantendo vivo um senso de identidade africana que podia incendiar a revolta. Além disso, o clima brasileiro era ameno e as instituições repressivas eram ineficientes, tornando mais fáceis as fugas e o protesto do escravo (COSTA, 1999, p. 347).

trabalho desenvolvido pelo homem (valor), seja escravo ou assalariado, vinha, então, sendo desvalorizado por aqueles que detêm o capital.

No sistema de escravatura, a vantagem ou desvantagem da força de trabalho superior ou inferior à medida cabe ao dono de escravos, no sistema assalariado, cabe ao próprio trabalhador que vende a força de trabalho, a qual, no regime de escravidão, é vendida por terceira pessoa (MARX, 1890, p. 625).

Na lógica da mão de obra escrava, o proprietário era dono da força de trabalho do seu escravo até ele morrer, ou, ainda, antes disso, quando seu senhor não desejava mais tê-lo e o vendia, ou o trocava por outra “coisa” que tivesse necessitando como: animais, alimentos e outros. No regime de trabalho capitalista, o homem também era equiparado a um escravo, quando o empregador lhe oferecia uma remuneração injusta, porém na perspectiva de mais valia,

Quer receber o máximo possível de trabalho pelo mínimo possível de dinheiro. Praticamente interessa-lhe apenas a diferença entre o preço da força de trabalho e o valor que cria ao funcionar. Mas ele procura comprar todas as mercadorias o mais barato possível e supõe sempre que a origem de seu lucro está simplesmente no seu truque de comprar abaixo e vender acima do valor. Por isso, nunca chega a ver que, se existisse realmente valor

do trabalho e se ele pagasse realmente este valor, não existiria nenhum capital e seu dinheiro não se transformaria em capital (MARX, 1890, p. 624).

A mão de obra escrava foi utilizada em momentos importantes na economia do Brasil. Na lavoura de cana-de-açúcar <sup>26</sup> implantada no período colonial, a mão de obra escrava era o elemento fundamental para expansão da cultura.

A produção canavieira foi implantada no Brasil desde o início da colonização, com o objetivo de ocupar o território brasileiro pela exploração mercantil de uma atividade produtiva que oferecesse altos ganhos para a burguesia e o reino português. O engenho de açúcar, entendido como o complexo que englobava a lavoura da cana-de-açúcar e a manufatura do açúcar, caracterizava-se como uma monocultura que necessitava de grandes áreas de terras, bem como de grande quantidade de braços para tocar a produção, motivos para o trabalho escravo ser adotado nas colônias [...] (NASCIMENTO, 2009, p. 33).

O tipo de mão de obra utilizada nas lavouras, foi criticado na *Revista Paranaense*, que culpou o governo pela permanência do trabalho escravo e pela a exploração sem remuneração ou por qualquer outro benefício realizado pelos trabalhadores. A crítica estava fundamentada nas informações sobre o trabalho livre já praticado na Europa,

---

<sup>26</sup> Para maior conhecimento conferir: Nascimento (2009).

enquanto que no Brasil ainda permanecia o regime escravista.

*Não é possível pois avançar nem mais um palmo nos terrenos da emancipação, porque não temos o braço livre [...] devemos crer que nunca poderemos prescindir a escravatura. E como é admirável a atitude diante da propaganda que ora surge dominadora na corte e que vai lavrando pelas províncias (REVISTA PARANAENSE, 1881, p. 23-24).*

Os lucros com o açúcar traziam certa estabilidade aos moradores da colônia. Em torno dos canaviais, iniciou a vida brasileira e o aumento das senzalas. O comércio negreiro se esforçou para suprir a demanda da mão de obra escrava, por dois séculos a cana-de-açúcar<sup>27</sup> dominou o mercado. “O canavial é negro, o comércio dos africanos tem a sua fase

---

<sup>27</sup> Os negros contribuíram também com processo de extração do ouro em Minas Gerais, era grande o número de escravos nas minas. Os que vinham em busca do ouro traziam os seus escravos, não satisfeitos ainda compravam mais. Com isso o número de escravos aumentava a cada dia. Em certos centros, como em Vila Rica dos áureos tempos, a parte de negros escravos da sua população predomina de forma absoluta sobre a parte dos brancos. Há vinte trinta servos para cada senhor, em média. Com a queda na lavoura de cana e a mineração em baixa, o café surge como a promessa de alavancar a economia brasileira. A mão de obra negra mais uma vez era a chave para esse sucesso. Porque era necessário o braço do negro escravo para suprir a mão de obra, na lavoura cafeeira que se desenvolvia com extraordinária rapidez. O trabalho do negro resultava em lucro para o seu senhor, e ainda cobria todas as suas despesas de alimentação, abrigo e vestes (SODRÉ, 1998).

mais notável, pelo número de escravos que faz entrar no Brasil, entre meados do século XVIII e os meados do século XIX” (SODRÉ, 1998, p. 62).

A utilização do negro para o desenvolvimento do Brasil não se limitou somente à agricultura e aos trabalhos nas fazendas. O combate do Brasil na guerra contra o Paraguai também teve a participação deles. O Brasil não tinha soldados suficientes para enfrentar os paraguaios no campo de batalha (PRADO JUNIOR, 2004). A massa escrava era a única fonte de recursos humanos que o Brasil dispunha, não contava com um serviço militar organizado. Como estímulo, para os escravos que guerreassem, o governo prometeu muitas vantagens.

Prometeu-se e concedeu-se tudo ao escravo que participasse para o sul. Espalhou-se a alforria a todos os que foram oferecidos pelos seus proprietários ou foram capturados para os misteres da guerra. Afrouxou-se a pressão contra as evasões. Compeliram-se os senhores a concederem novas facilidades. Deram-se títulos e comendas aos que facilitaram essa tarefa. Quase que se tomou o partido do negro (SODRÉ, 1998, p. 80).

As concessões e promessas ditas aos escravos para que eles se interessassem em participar da Guerra do Paraguai<sup>28</sup>

---

28 A partir da Guerra do Paraguai cresceu o número de obras desse gênero: contos, novelas, peças de teatro, romances, folhetins e panfletos, escritos com o fito de lutar contra a escravidão. Multiplicavam-se os jornais abolicionistas. A imprensa preparava a opinião pública para aceitar as ideias emancipadoras. As alforrias multiplicavam-se. Libertavam-



(1864-1870) eram uma estratégia para que estes atendessem aos interesses da classe dominante. Muitos senhores, para poupar seus filhos, mandavam os escravos para defender uma pátria que, para esses mesmos escravos, era desconhecida. Um país que lhes roubou tudo, não só a liberdade, prometida pelos liberais e abolicionistas nas campanhas republicanas, mais do que isso, furtou-lhes a dignidade humana. Foram tratados como animais, sua vidas não tinha valor. Os donos dos escravos não se importariam se os mesmos viessem a morrer em combate, a não ser pela perda do capital investido no escravo por seu senhor, que variava de acordo com o “sexo, a idade, estado de saúde e a qualificação profissional” (MATTOSO, 1982, p. 83). Mas a morte de um branco em combate na guerra, por sua vez, foi noticiada.

*Morte do filho de Ireneo da Paz, que entrou no conflito, do qual proveio a morte de João de Souza Maciel, no dia 10 de Maio p.p. no quarteirões do Morro Grande acaba desuccumbir aos ferimentos que recebera na lucta. O facto foi communicado á autoridade (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, p. 3).*

Foram muitos os gastos despendidos neste embate e dívidas foram contraídas. **“Divida do Paraguay.** Esta terminada a liquidação da dívida paraguaya aos argentinos que sofrerão durante a guerra, segundo o tratado celebrado

---

se escravos por ocasião das festas de batizado, casamento, formaturas e outras comemorações. Organizavam-se centros abolicionistas com o objetivo de auxiliar a emancipação dos escravos e esclarecer a opinião pública. Os abolicionistas procuravam demonstrar a ilegalidade da propriedade escrava (COSTA, 1999, p. 333).

em 1876. Esta dívida passa de dez milhões de pezos fortes” (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, p.3, grifo do autor).

As lutas pela conquista do poder e/ou sua manutenção com a utilização do negro, em diversas frentes de trabalho e até na guerra, ficou marcada em nossa história. As diferenças entre os que detêm o poder e aqueles que obedecem, as contradições presentes nos mandos e desmandos na esfera política, econômica e social, presentes no Brasil Colônia, deixaram uma herança de vergonha e de covardia, para as gerações futuras com o escravismo do homem e exploração de sua força de trabalho. “*Os partidos da nefanda escravidão esquecem-se de todos os sentimentos de humanidade, innatos em todo homem, e levados por um errado calculo econômico, bradam que a escravidão em nosso Paíz è uma necessidade*” (SETE DE MARÇO, 1888, p. 2). Os princípios liberais de igualdade e liberdade entre os homens não se fez presente no escravismo. O que a história registrou sobre o trabalho do negro, se distanciou na prática do palavreado utilizado nos discursos pelos liberais.

O trabalho braçal era discriminado pela sociedade detentora do poder, em relação aos que exerciam atividades intelectuais. “*Aproveitemos o território, organisando o trabalho agrícola e, centros formados pela iniciativa do governo*” (SETE DE MARÇO, 1888, p. 3). Principalmente porque os filhos dos senhores de engenhos e de fazendeiros, enviados pelas famílias para estudar na Europa, ao voltarem para o Brasil como os seus bacharéis, entendiam que o trabalho físico e na terra, como atividades laboral, destinava-se às pessoas de classe inferior, nesse caso aos pobres e escravos. Como confirma Sodré (1998, p.57),

Certamente, uma das consequências morais mais nefastas mais funda da escravidão foi o horror que transmitiu ao homem branco de que o trabalho da terra era aviltante. Relegados tais misteres, por séculos, à camada mais baixa, na escala social, eles sempre se apresentavam, aos olhos dos filhos da terra, como coisa indigna e suja. Empregar os braços na lavoura, semear, e colher, torna-se sábio em qualquer coisa que dissesse de perto com o esforço físico e com o contato da terra era coisa em que não pensavam os brasileiros [...] nos seus subconscientes a idéia de tal atividade, sendo praticada só por escravos, era digna apenas de escravos.

A defesa do capital e do enriquecimento ilícito por meio da exploração da mão de obra escrava indígena e negra, remete-nos a um dos princípios do liberalismo: o direito à propriedade. A propriedade das terras, dos animais e das pessoas, como exemplo no Brasil, onde o homem, no uso do seu direito natural (estado da natureza), tomou posse das pessoas (escravos) independente da vontade deles. Como defende Locke (1963, p. 5),

Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da vontade de qualquer outro homem.

Conforme relatamos, a exploração da mão de obra escrava foi uma triste realidade na história da formação econômica do Brasil e, de modo específico, neste estudo no Paraná. O jornal *Vinte e Oito de Setembro* (1886, p.1) afirmou: “*Eu opino pela abolição imediatamente*”. Este posicionamento do jornal, assim como outras notícias destacadas na imprensa paranaense, nos auxiliam na compreensão das relações de poder e dominação, presentes na escravatura na província do Paraná.

## ***A substituição da força de trabalho escravista registrada pela imprensa***

O escravo era utilizado em diferentes frentes de trabalho. O escravo negro<sup>29</sup> colaborou, por meio do seu trabalho forçado, na penetração e no desbravamento do interior do estado, nas lavouras e na extração de minérios (mesmo não sendo um número muito representativo).

O número de escravos, no Paraná, não era muito representativo, se o compararmos com outras regiões do país, como a Bahia, o Rio de Janeiro e

---

29 No Paraná, a mão de obra escrava negra e indígena também foi discriminada. Mais isso não diminui a sua importância para a colonização portuguesa no desbravamento do Estado, na qual a mão de obra indígena foi a primeira a ser utilizada. “Os índios Carijó foram os primeiros que entraram em contato com os portugueses no litoral paranaense. A região de Paranaguá por volta de 1578 até 1580, era domínio dos índios Carijó, e a busca pelo ouro, foi desencadeadora do povoamento feito pelo homem branco” [...] (STECA; FLORES, 2002, p.4).

São Paulo. Apesar de não ser um grande número, foi nesse momento histórico único que o preço do homem escravo negro subiu, como uma mercadoria, produto que pertence a um outro homem, numa relação de subordinação e dominação do próprio homem (NASCIMENTO, 2008, p.39).

Os escravos auxiliaram os Bandeirantes<sup>30</sup> na exploração e no transporte de cargas pesadas. Outras atividades também eram desenvolvidas por eles, o que variava de acordo com as circunstâncias e as habilidades, atividades como: mineração, lavoura e outras que, por falta de mão de obra qualificada, eram dadas aos escravos, que, conseqüentemente aprendiam o ofício. Assim, muitos desempenharam a função de:

[...] carroceiro, calafetes, carapinas, carreiro, vaqueiro, pastor, barqueiro, pescador, soldado, domésticos e até no cuidado com doentes, nos moinhos de farinha de mandioca, nas olarias, no trabalho dos portos, nos engenhos de erva- mate, eram tapanhunos, ou seja, escravo carregador de alimentos, armas, ferramentas e outros provimentos que os Bandeirantes levavam em suas incursões no desbravamento do nosso território (STECA; FLORES, 2002, p. 49).

---

<sup>30</sup> Os Bandeirantes eram homens que viviam de expedições em busca de ouro, na captura de índios e de escravos fugitivos. Este serviço foi muito utilizado pelos portugueses. Os bandeirantes contribuíram com o Brasil Colônia e para a manutenção do sistema escravocrata.

Os trabalhos realizados pelos escravos dividiam opiniões dependendo do interesse de cada segmento. Os donos das escravarias e aqueles que viviam do lucro do tráfico humano desejavam a permanência dos mesmos. Os adeptos à modernização do modo de trabalho livre, já instaurado na Europa, com a expansão da indústria, desejavam o fim da escravidão do negro. Nesse contexto, os que eram a favor da liberdade dos escravos, protestaram contrários ao regime escravagista presente no Paraná, como podemos verificar nesta publicação do jornal:

*A natureza se acha constituída por tal modo, que todos os actos praticados pelo homem refletem-se immediatamente, redundando em proveito ou prejuízo seu, segundo a natureza boa ou má desse acto. O lucro que momentaneamente auferiram aos negreiros não está, absolutamente, em relação ao enorme prejuízo a que nós hoje, em dia estamos e muitas gerações depois de nós estarão sujeitas, pagando-se assim bem caro o crime praticado pelos nossos antepassados (VINTE E OITO DE SETEMBRO, 1886, p.1.)*

O mesmo jornal continuou sua crítica enfatizando a importância da abolição: “Eu penso que, nem que fosse uma bancarrota no paiz a immediata consequência da abolição da escravatura, essa abolição se fizesse. E, note-se não fazíamos mais do que cumprir com o nosso dever. A escravidão é um roubo” (VINTE E OITO DE SETEMBRO, 1886, p.1). Ainda, comparou a abolição como uma miséria,

*Miséria das misérias! É tempo de acabarmos com esse vil legado das gerações passadas, que além de ser iníquo e anti-crente, é também um atentado moral e a civilização dos povos, um insulto arremessado à face da dignidade humana (VINTE E OITO DE SETEMBRO, 1886, p.1).*

No Paraná, foram criadas algumas sociedades abolicionistas, com a finalidade de lutar contra a escravatura como nas cidades de Paranaguá e Curitiba. Realizavam campanhas para aquisição dos escravos com o objetivo de libertá-los e também auxiliavam nas fugas (STECA; FLORES, 2002). O papel da sociedade, neste contexto, apresentava-se dividido de acordo com os interesses de cada classe ou grupos dominantes. Numa sociedade com desigualdades econômicas, temos aqueles que detêm o poder e o capital, e outros que executam o trabalho para o enriquecimento desta classe. Nesta lógica, o Estado, por sua vez, cumpre seu papel de proteger os interesses de poucos e a expansão de seu domínio e das propriedades. Na visão liberal, [...] “isto nos mostra quando se deve preferir a abundância de homens à extensão dos domínios; e que a grande arte do governo consiste no aumento das terras e no uso acertado delas [...]” (LOCKE, 1963, p. 29).

Como se percebe a divisão do trabalho e por consequência das classes sociais, vem marcando a história entre os que trabalham e os que ficam com o lucro. O trabalhador, ao vender a sua força de trabalho, se desapropria daquilo que lhe é próprio. Com isso, transfere temporariamente ao proprietário o direito de posse daquilo que é seu.

Todos vós estais completamente convencidos de que aquilo que vendeis todos os dias é vosso trabalho: de que, portanto, o trabalho tem um preço e que, embora o preço de uma mercadoria não seja mais que a expressão em dinheiro do seu valor, deve existir, sem dúvida alguma, qualquer coisa parecida com o valor do trabalho (MARX, 1996, p. 96).

No regime de trabalho escravista, o que importa é o excedente que provêm da mão de obra do trabalhador. As condições de trabalho, a qualidade de vida, a família<sup>31</sup> não interessavam ao capitalista mercantil, pois considerava o homem negro como um objeto de troca. As mulheres escravas eram tratadas como um objeto de satisfação dos desejos de seus proprietários. As crianças, quando não eram descartadas, além de realizarem trabalhos forçados, por vezes funcionavam como um animalzinho de estimação para as crianças brancas da casa grande se divertirem. Sobre o desrespeito com a família dos trabalhadores e sobre o palavreado utilizado pelo burguês, devemos levar em consideração que:

---

31 As famílias exerciam um papel político importante nos acordos ou desacordos que eram estabelecidos na classe burguesa. Considerando que tanto liberais como conservadores eram porta-vozes dos grupos sociais bastante semelhantes, não é de surpreender que a filiação partidária fosse geralmente mais uma questão de família e parentesco do que de ideologia. Até as últimas décadas do Império, a luta política era pouco mais que uma luta pelo poder entre facções lideradas pelas famílias mais prestigiosas. Isso não diminuía em nada a intensidade da competição política nem a paixão da disputa eleitoral (COSTA, 1999, p. 161).



[...] sobre família e educação, sobre a relação estreita entre pais e filhos, torna-se mais repugnante quanto mais a grande indústria rompe todos os laços familiares dos proletários e as crianças são transformadas em simples artigos de comércio e instrumentos de trabalho (MARX; ENGELS, 2008, p. 38).

As relações de trabalho da classe trabalhadora, a produção e a mão de obra escrava mencionada, foram motivo de muitos debates pelos partidos liberais e conservadores. A imprensa paranaense acompanhou este movimento, principalmente no que diz respeito às leis abolicionistas, que dominavam os debates políticos de cunho nacional e internacional. Como exemplo do que aconteceu em outras cidades do Brasil, tinham aqueles que defendiam o movimento abolicionista e outros que criticavam. O jornal *O Trovão* (1888, p.2) foi um dos que criticou,

*Que injustiça; pois não é que me ia esquecendo do admirável e incansável Pernetta! Olhem que é o Neco Pernetta... Abolicionista até onde pisa! Seus bestealógicos sempre terminam em “Republica” enfim deixem o rapaz fallar em “Republica”, porque elle refere-se ao lugar (casa) onde mora. Ora, Pernetta, va ser besta lá p’ra Praia.*

Neste sentido, têm-se outros impressos, como *A Revista Paranaense* (1881), que proferiu duras críticas ao governo do Paraná, denunciando o despreparo para abolição da escravatura. A dificuldade em resolver este impasse, pelos

governantes, ocorria por conta do pensamento de que, com a abolição, os senhores de terras e os donos de escravarias teriam prejuízos, pela perda da mão de obra escrava utilizada em diferentes frentes de trabalho.

*Em frente de um objecto da mais alta transcendência social, o procedimento do nosso governo tem sido incongruente e absurdo, pois que circumscreve-se a manter simplesmente a opinião de que não é tempo de eliminar os escravos, sem adiantar uma providência no intuito de prover as condições sob que pode ser feita essa eliminação! (REVISTA PARANAENSE, 1881, p.1).*

Quando ocorria a falta de mão de obra em uma das frentes de trabalho, o dono da escravaria recorria junto aos seus pares, por meio da imprensa, para suprir sua necessidade. O que podemos ver neste anúncio do jornal *Dezenove de Dezembro* “[...] *precisa-se alugar um preto ou preta que saiba cozinhar e o mais arranjo de uma casa de família; na rua da Flôres n.13*” (*O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1854, p. 04*).

A classe dominante protege os seus, a ideologia liberal é predominante neste sistema, ou seja, proteger quem detém o capital. “Assim o objetivo e a medida desse poder [...] consistindo na preservação de todos da sua sociedade” (LOCKE, 1963, p. 169). Nessa lógica, tem aqueles que são preparados para ordenar e outros para a subserviência. Os que detêm o poder devem estar preparados para dominar. “*É muito justa e elevada a incumbência que temos instruir, desenvolver e preparar as forças intellectuais para o labutar futuro*” (*VIOL, 1888, p, 1*).

O processo da libertação dos escravos no Brasil e no Paraná não ocorreu de modo imediato. Antes da Lei Áurea, de 1888, diversos fatores influenciaram no caminho percorrido para a libertação. A *Revista Paranaense* (1881) fez referência a esses acontecimentos políticos que antecederam a abolição, defendendo o trabalho livre.

*E é por isso mesmo que os moços, os pequenos, os que não têm influência na governação do paiz, respondem com a propaganda franca e incendiaria da emancipação dos escravos, ao desprezo inaudito e anti-patriotico das sumidades officiaes pelo revigoroamento das forças productivas do Estado. É por isso mesmo que o partido abolicionista se levanta altivo ante o governo, para dizer-lhe:- si não vos importastes até hoje com a industria livre, libertai os escravos!- E a nós outros, os que não temos sinão as energias e a coragem da própria individualidade, cumpre-nos seguir os abolicionistas. Cumpre-nos segui-los, não pelo dever de termos phylantropia, de termos compaixão com os míseros escravos, porque temol-a de há muito, mas pelo dever de provocarmos o patriotismo dos governantes [...]*  
(REVISTA PARANAENSE, 1881, p. 24).

A libertação da mão de obra escrava, do homem negro, não foi algo que aconteceu com tranquilidade ou rapidamente. Ocorreram sucessivas discussões, embates políticos de interesses econômicos ligados à lavoura, pelos que detinham o poder econômico contra a abolição. Também tinham aqueles conhecidos como abolicionistas, muitos deles estudantes brasileiros<sup>32</sup> vindos da Europa. Simpatizantes

32 A elite de letrados encontrava, nessa situação díspar da lavoura

do liberalismo e que também combatiam a exploração e a escravidão com veemência. “*Mas, desanimado, isso nunca nos trará, pelo contrário, deve fortalecer nossas forças no combate da liberdade. O triunfo da abolição esperamos alegres e contentes*” (VINTE E OITO DE SETEMBRO, 1886, p. 3).

As campanhas abolicionistas ocorreram de modo mais pontual na primeira metade do século XIX. A legislação escravista sofreu muitas alterações, principalmente com as pressões internacionais, para terminar com o tráfico negreiro, fazendo com que seus apoiadores realizassem eloquentes discursos.

*O' míseros oprimidos! Si amanhã não raiar para vós o sol da liberdade, sacudi os ferros e amparai o punhal, e que a vossa primeira vítima seja o vosso verdugo. Deus vos absolverá do crime porque o único culpado é o paiz que consentio o roubo; é o paiz que antes de 7 de novembro de 1831, não se importava que as vagas do Atlantico fossem recortadas por embarcações de tão abjecta mercadoria* (VINTE E OITO DE SETEMBRO, 1886, p. 2).

Nesta organização de trabalho, não seria preciso dispor do escravo a todo tempo. No novo modelo de produção, a mão de obra poderia ser reduzida. Os cálculos dos gastos<sup>33</sup>,

---

brasileira, um campo propício das idéias abolicionistas, trazidos no liberalismo político que esposava oriundo de nações de condições diversas. A abolição é o domínio dessa elite nova, que sucedeu à dos senhores de terra (SODRÉ, 1988, p. 59).

33 O trabalho escravo, comparado ao livre, tornava-se cada vez mais improdutivo. Esse fato se evidenciava nas regiões em que, graças àquelas

entre manter um escravo com alimentação, moradia e outras necessidades, ainda que de modo precário, custaria mais do que pagar um salário ao trabalhador. Outra situação apresentada pelos senhores de escravos era o investimento financeiro no escravo, em relação ao tempo mínimo de vida dele para cobrir os custos.

Calcula-se que, nos séculos XVII e XVIII, o tempo de vida do escravo nas plantações não passava de 07 anos, comprovando ser esse o prazo suficiente para o reembolso do capital investido na compra e na manutenção dos escravos. [...] Além disso, o proprietário de escravos é um empresário que não deixará deliberadamente desvalorizar-se esse capital indispensável à propriedade de seu empreendimento (MATTOSO, 1982, p. 118).

No Paraná, o porto de Paranaguá foi uma das principais portas de entrada para o contrabando de escravos do Brasil. Os escravos desembarcavam em Paranaguá, para serem transportados em seguida para outros lugares. Paranaguá, assim, era considerado um grande centro do comércio. O jornal *Itiberê* (1884) também retratou este fato. “Não é desconhecida a história do que se dá actualmente nos portos [...]. transformações, foi possível maior racionalização dos métodos de trabalho. Dentro das novas condições de produção já não era necessário manter mobilizada todo o tempo a força de trabalho. Convinha mesmo dispensá-la uma parte do ano, pois a manutenção do escravo era onerosa, chegava em certas regiões a dezoito e até vinte mil-réis mensais. Havia ainda a considerar o capital empatado e imobilizado que ele representava e que tendia a desaparecer com a morte do escravo. Os salários variavam entre 25\$000 e 30\$000, com comida (COSTA, 1999, p. 327).

*As relações diárias da Capital do Império com os portos europeus” (ITIBERÊ, 1884, p.1).* Este assunto foi muito discutido pelos liberais e conservadores. Para os defensores da liberdade dos escravos, essa situação do porto causava vergonha ao Paraná, por ser uma das principais portas de entrada para a perpetuação do regime escravista.

Na tentativa de amenizar a situação que acirrava os debates mais eloquentes sobre a escravidão, em 28 de setembro de 1871, foi instituída a <sup>34</sup>“Lei do Ventre Livre”, que concedia a liberdade aos filhos das mulheres escravas, que nascessem a partir daquela data. A Lei foi aprovada pelo membro do partido conservador Visconde do Rio Branco, quando esse presidia o gabinete. O projeto foi aprovado com 65 votos a favor e 45 votos contra a lei, pela câmara dos deputados. Os contrários eram principalmente os cafeicultores de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. A criação desta Lei fez parte de um jogo de interesses políticos dos liberais e conservadores.

---

34 A lei do Ventre Livre não resultou assim, em última análise, senão numa diversão, uma manobra em grande estilo que bloqueou muito mais que favoreceu a evolução do problema escravista no Brasil. Foi preciso um decênio para que renascesse o movimento libertador, que terá de esperar que as contradições inerentes à escravidão cheguem ao auge da crise. Isto efetivamente se verificará a partir de 1880. A gradual diminuição da população escrava que havia quase trinta anos deixara de ser alimentada pelo tráfico africano, tornara premente o problema do fornecimento de braços para a lavoura. O Norte, embora mais ou menos estacionário, sofria porque o Sul, em particular São Paulo, drenava toda sua mão-de-obra; e este, apesar de tal recurso, não tinha mãos a medir para atender às necessidades da cultura cafeeira cujo ritmo de crescimento, graças à forte valorização do produto depois de 1880, chegara a um nível considerável (PRADO JUNIOR, 1981, p. 132-133).

Diante de tudo isto, e balda de recursos protelatórios, a reação sente-se forçada a concessões. O Imperador, sem modificar fundamentalmente a situação no poder, mas remodelando-a com a inclusão no governo de uma fração mais tolerante dos conservadores, revive os antigos projetos discutidos no Conselho de Estado seis anos antes, e amenizando-os muito, faz votar nas Câmaras a chamada lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), em que se declaram livres os filhos de escravos nascidos daquela data em diante, e se dão algumas providências para estimular a alforria dos escravos existentes (PRADO JUNIOR, 1981, p.132).

Essa Lei também foi citada pelo jornal *Vinte e Oito de Setembro (1886)*, ressaltando o ato de Visconde do Rio Branco do partido “conservador”, até porque, o nome do jornal foi uma homenagem ao fato ocorrido no dia vinte e oito de setembro de 1871 sobre a abolição.

*Quando o coração da Pátria danificado pela peçonha do cativo, pulsava em convulsões vehementes; quando o pendão nacional, manchado por esse escarro da metrópole, achava-se quase que estreitado pelas línguas desse fogo horrível que incendiou a França em 78, eis que aparece Rio Branco e o salva com o projeto que declarava livre o ventre da mulher escrava, projecto que se transformou na philantropica lei de 28 de setembro de 1871, que hoje commemoramos (VINTE E OITO DE SETEMBRO, 1886, p.2).*

O Fundo de Emancipação<sup>35</sup> como órgão destinado a libertar anualmente, em cada província, o correspondente à quota anual disponível no fundo, foi regulamentado no capítulo II do Decreto, em 13 de novembro de 1872. Este regulamento tinha como objetivo facilitar a classificação<sup>36</sup> dos escravos a serem libertos em cada província dentro dos critérios estabelecidos.

---

35 Apesar do tom veemente com que os opositores dos projetos se manifestaram na Câmara, ele, na verdade, representava apenas uma medida protelatória, uma concessão às exigências dos radicais. Estabelecia que os filhos de mulher escrava, que nascessem no Império, a partir da lei, seriam considerados livres. Estipulava que o proprietário deveria criar os menores até a idade de oito anos, quando poderia optar por entregá-los ao governo e receber a indenização de 600\$000 ou mantê-lo consigo até a idade de 21 anos, utilizando-se dos seus serviços como retribuição ao ônus de seu sustento. Consagrava-se, assim, o princípio da indenização e perpetuava-se o sistema escravista. A maioria dos senhores optou pela cláusula de prestação de serviços e a situação dos ingênuos isto é, daqueles que segundo a lei nasciam livres – continuou a mesma. A lei mudava a condição jurídica do filho da escrava, mas o mantinha de fato na mesma situação até os 21 anos. Criava-se ainda um Fundo de Emancipação destinado a libertar anualmente certo número de cativo em cada província. Até 1885, entretanto, pouco mais de dez mil haviam sido libertos em todo Império pelo Fundo de Emancipação, enquanto as alforrias concedidas espontaneamente por particulares subiam a sessenta mil. Essas cifras eram insignificantes, tendo em vista o total da população escrava. Os setores apegados ao sistema escravista esperavam encerrar, com a lei do *Ventre Livre*, a campanha parlamentar pela libertação dos escravos. Afirmavam que, com o passar dos anos, estaria a escravidão extinta no país. Bastava aguardar seus efeitos (COSTA, 1999, p. 134-135).

36 Mais informações conferir: Brasil (1864).



Criava-se ainda um Fundo de Emancipação destinado a libertar anualmente certo número de cativos em cada província. Até 1885, entretanto, pouco mais de dez mil haviam sido libertos em todo Império pelo Fundo de Emancipação, enquanto as alforrias concedidas espontaneamente por particulares subiam a sessenta mil. Essas cifras eram insignificantes, tendo em vista o total da população escrava (COSTA, 1999, p. 333).

O Jornal *O Guayra* (1887) fez uma análise do sistema de emancipação e elogiou a posição do governo, saindo em sua defesa, por acreditar que as medidas que estavam sendo tomadas seriam suficientes para resolver o problema da escravidão. Nessa perspectiva, não cabia mais em um país que almejava o desenvolvimento, manter a mão de obra escrava, e a imprensa paranaense deste jornal em questão apoiava esta iniciativa.

*Tal systema de emancipação deveria ter sido feito por uma lei, porém hoje nem se deve tratar de mais lei sobre a escravidão. A lei vigente offerece meios para estinguila em poucos annos e o desenfreamento abolicionista só pode trazer maus resultados. Sejamos justos, o nosso governo, liberal ou conservador, tem procedido com todo o critério nesta questão e tem-se mostrado o mais solícito possível na fiel execução da lei emancipadora (O GUAYRA, 1887, p. 1).*

Eram constantes as divergências de opiniões entre os que apoiavam as ações do governo sobre a abolição e aqueles que criticavam. Este quadro político-econômico que foi desenhado sobre a escravidão no Brasil, exigiu dos políticos

medidas estratégicas para lidar com esta situação. Se por um lado, tinha a pressão dos abolicionistas, de outro, havia a queixa dos senhores de terra que estavam perdendo a mão de obra escrava, acarretando muitos prejuízos às lavouras. “Os vestígios do liberalismo oligárquico brasileiro se faziam presentes na recusa da interferência estatal naquilo que não fosse para atender aos interesses da classe exportadora, com a finalidade de assegurar a lucratividade” (NASCIMENTO, 2008, p. 38).

Para tentar remediar essa situação, uma das estratégias utilizadas foi a libertação automática dos escravos com mais de 60 anos, a Lei dos Sexagenários<sup>37</sup> de 28 de setembro de 1885. “Conservadores e liberais, esquecidos das suas rivalidades partidárias, associaram-se para fazer oposição ao projeto. O mesmo sucedeu mais tarde, em 1884, quando se discutiu e votou o projeto que emancipou os sexagenários” (COSTA, 1999, p. 334). Com esta lei, os donos de escravos recebiam do Estado uma indenização pela libertação dos mesmos, a lei trazia em seu bojo algumas vantagens aos donos das escravarias. Pois, os escravos com esta idade já não produziam como antes. O escravo velho, sem a força

37 Nas ruas, na imprensa, no campo, por toda parte repercutiu o clima de tensão criado na Corte. O projeto apresentado à Câmara propunha apenas a emancipação dos sexagenários. O único aspecto que poderia ser considerado revolucionário era o fato de conceder liberdade sem nenhuma indenização ao escravo de sessenta anos. No mais, o projeto não tinha nada de radical. Obrigava o liberto que preferisse permanecer na fazenda a prestar serviços compatíveis com suas forças. Estabelecia um imposto progressivo para transmissão de escravos. Ampliava o fundo de emancipação. Determinava nova matrícula de escravos e obrigava o liberto a continuar residindo por mais cinco anos, a contar da alforria, no município onde vivera até então (COSTA, 1999, p. 335).

necessária para o trabalho, significava prejuízo para o seu dono, com a vigência da lei, isso iria diminuir.

Mais uma vez, na criação de uma lei abolicionista, o desejo de liberdade, manifestado nos discursos liberais, configurou-se numa manobra política. O que restava aos escravos eram apenas a frustração e a aceitação das condições de “liberdade” que lhes foram impostas. Conforme discorre Locke (2015), apesar do contexto histórico diferente, o discurso dos conservadores ainda era bem atual “[...] seria preciso acreditar em sua palavra, quando eles nos dizem que todos nascemos escravos; e o mal não tem remédio, devemos assim permanecer” (LOCKE, 2015, p.22).

A abolição já era quase uma realidade, politicamente o cerco se fechava. Incentivados pelos abolicionistas, os escravos realizavam grandes evasões das lavouras de café e traziam, conseqüentemente, prejuízos aos donos de terra. Com isso, os liberais ganham força ao afirmarem que poderiam realizar a abolição com ordem, desafiando, com isso, a Coroa. Eles tinham como “[...] *um dos pontos essenciais do seu programa a extinção do tráfico e nisto empenhou todas as suas forças*” (SETE DE MARÇO, 1888, p. 2).

Por outro lado, Joaquim Nabuco fez veementes cobranças ao exército brasileiro para a captura dos escravos. O exército por sua vez se recusou a realizar a ação, afirmando que não se encontrava preparado para isso, pelo grande número de escravos fugidos e por estarem armados. A Coroa, na figura da princesa Isabel Cristina Leopoldina de Bragança, não tinha outra saída a não ser se antecipar e proclamar a Libertação dos escravos, o que ocorreu no dia 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea (nº 3335).

Tais medidas foram tomadas pela Coroa, temendo consequências maiores ao Império, que já estava fragilizado pelas pressões da Inglaterra, com a Revolução Industrial, que há tempo já vinha ocorrendo. E ainda, pelos prejuízos reclamados pelos donos de escravos com as sucessivas fugas. Com esta manobra política pretendiam afirmar que “[...] *o Brasil deu por este acto novo testemunho de sua idoneidade para todos os progressos Moraes*” (SETE DE MARÇO, 1888, p. 2). A comemoração dos escravos, por conta da proclamação da Lei<sup>38</sup> que aboliu a escravatura não significou liberdade de fato. A libertação foi das classes produtoras, que já não viam mais na “mão obra escrava” uma fonte segura de obtenção de lucros.

A abolição intervém numa época em que o sistema escravista mostra sinais muito visíveis de exaustão, liberta as classes produtoras do país de um sistema de trabalho ultrapassado, tornado pouco rentável. Liberta igualmente a consciência dos que lutaram sinceramente para extirpar da sociedade brasileira o que então era chamado o estigma da escravidão (MATTOSO, 1982, p. 238).

A vinda do imigrante<sup>39</sup> seria a alternativa mais viável,

38 Mesmo com todas as manobras políticas, mesmo com todos os disfarces possíveis, a Abolição chegara. Apesar de pressentirem seu destino na condição de ex-escravos, estes fizeram festa nas ruas do Rio; “foi o único delírio popular que me lembro de ter visto”, diz o testemunho insuspeito de Machado de Assis. E não era para menos. Apesar de ter vindo de um acordo entre brancos, a liberdade ainda que formal, chegara para os negros (TREVISAN, 1988, p. 37).

39 O fenômeno da colonização da Província do Paraná não envolveu apenas as regiões onde a economia e a sociedade não haviam lançado as suas raízes. É um processo amplo e complexo que alcançou não apenas aquelas áreas como também comunidades preexistentes, onde os grupos

para o trabalho nas terras, principalmente, nas lavouras de café. Naquele momento histórico, a classe dominante desejava um novo tipo de trabalhador, com outro perfil, então, a substituição da mão de obra escrava pela do imigrante era a alternativa mais indicada. Essa ação causou repercussão na imprensa.

*Com isso acarretou alterações no modo de produção do Brasil, estrutura política e social. E a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre já era uma realidade. O mercado exigiu outro perfil de trabalhador e de mão de obra. E como remediar o mal? Extinguir de chofre os escravos? Seria uma imprudência. O único recurso era pois obrigar os homens, as classes dirigentes a curar da importação de forças livres para as indústrias. E como obrigar-os a isso? Figurando-lhes o dia em que não devem existir escravos [...] (REVISTA PARANAENSE, 1881, p.26).*

O escravo e a força do seu trabalho já não interessavam mais aos detentores do poder e, desse modo, o descarte é algo natural e inevitável para a manutenção do capital, sem se importar com a vida do trabalhador. Em face dos indivíduos, “[...] do modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe e sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela” (MARX; ENGELS, 2007, p.63).

A vinda dos imigrantes era a alternativa considerada a estrangeiros, se localizaram, promovendo modificações na estrutura econômica, na composição demográfica e no mundo social cada vez mais diversificado (IANNI, 1988, p. 89).

mais acertada para amenizar os prejuízos aos detentores do capital mercantil sob inspiração liberal, esta liberdade era entendida como “[...] a liberdade dos homens sob governo importa em ter regra permanente pela qual via, comum a todos erigido [...]” (LOCKE, 1963, p. 17). Sob este princípio, o Estado buscou resolver a questão da mão de obra no Brasil, para atender as necessidades dos donos do capital, com regras bem estabelecidas pelo governo brasileiro aos imigrantes, a fim de assegurar os direitos da classe burguesa.

### ***A imprensa paranaense e o trabalho livre***

Com as leis abolicionistas, estava restrita a entrada de negros africanos no Brasil, que segundo os detentores do capital estava escassa. A política de terras, em 1850, foi criada para resolver os problemas da mão de obra, que o Brasil estava enfrentando com a eminência da abolição do tráfico. A Lei de Terras<sup>40</sup> assegurava o poder dos

---

40 Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, a política rural estava ligada a uma certa concepção de trabalho. Mas, enquanto a Lei brasileira de 1850 dificultava a obtenção de terra pelo trabalhador livre, o HomesteadAct de 1862, nos Estados Unidos, doava terra a todos os que desejassem nela se instalar. Usando velhos argumentos em favor da pequena propriedade argumentos estes que estavam enraizados na experiência histórica dos primeiros colonizadores e recorrendo a novos argumentos derivados das condições criadas pelo desenvolvimento no século XIX, o HomesteadAct refletia, em 1862, o impacto da imigração, da urbanização e da Industrialização sobre a sociedade americana. O projeto foi inicialmente (1842) defendido por deputados sulistas interessados na expansão para o Oeste. Estes retiraram seu apoio quando se tornou claro que a expansão em direção ao Oeste implicaria trabalho

latifundiários em relação aos pequenos proprietários. A alternativa mais viável era abrir as portas do país para uma nova política imigratória<sup>41</sup>. Com isso, o Brasil <sup>42</sup> começou a receber a influência da cultura europeia e, conseqüentemente e estrategicamente, o branqueamento da população.

Desde a colônia, a maioria dos cientistas, os poetas, os letrados ou os simplesmente bem intencionados que tratavam compreender os males do Brasil apontavam que um dos primeiros desses males era a mistura de raças. Para eles pouco importava a acusação de serem racistas, certamente a palavra nem existia no século XIX e, mesmo se existisse, certamente não teria o significado que hoje possui. Aqueles pensadores, que não foram poucos, de diversas origens e níveis de conhecimentos, ensinavam que o Brasil precisava depurar o sangue e eliminar os pretos e pardos pela infusão do sangue

---

livre. Para os representantes do Norte e do Oeste, que defendiam o projeto, terra livre e trabalho livre eram conceitos inseparáveis. O conflito entre os que defendiam e os que se opunham ao HomesteadAct pode ser visto como um conflito entre diferentes concepções de terra e de trabalho, mas também como um conflito entre o Norte e o Sul, entre o empresário e o grande proprietário rural, entre o capitalismo industrial e o capitalismo comercial. (COSTA, 1999, p. 182).

41 Para aprofundamento do assunto sobre imigração no Paraná conferir Wachowicz (1995), Steca e Flores (2002); Ianni (1988); Balhana; Machado e Westphalen; (1969); Dorfmund (1963).

42 O início da imigração para os Estados do Sul do Brasil data da década de 1820, quando foram fundadas, por grupos de alemães, as primeiras colônias nas atuais cidades de Itajaí (Santa Catarina), Rio Negro (divisa entre os Estados de Santa Catarina e Paraná) e de São Leopoldo Rio Grande do Sul (PRIORI, 2012).

branco. Era o apoio científico que os senhores de escravos precisavam; estava tudo explicado e era bem simples: o Brasil era atrasado e pobre por culpa dos escravos negros. Para melhorar, seria preciso branquear o país (TREVISAN, 1988, p. 39).

A preocupação das elites com o branqueamento da população<sup>43</sup> era para que o Brasil não se tornasse um país de negros. Para eles, isto significaria ter um país de homens bárbaros, selvagens, filhos da África e que só serviriam para trabalhos “manuais e forçados”.

*Ninguém ignora o mal immenso que tem soffrido as raças cruzadas com a raça negra, barbara e perigosa, quer se encare a questão pelo lado physico, quer pelo lado moral. A educação dos brazileiros pessima como tem sido e o enfraquecimento da nossa raça, são na sua maxima parte, devidos á nossa raça são na máxima parte, devidos á nossa convivência e ligação com os filhos da Africa, e bem feliz será o nosso povo se algum dia conseguir ver extincto semelhante mal (VINTE E OITO DE SETEMBRO, 1886, p. 1).*

No Paraná, os primeiros imigrantes europeus a povoar nosso Estado foram os alemães em 1829<sup>44</sup>. João da

---

43 A primeira remessa de imigrantes foi entre 1748 e 1752. Os portugueses de Açores vieram, para ocupar as fronteiras brasileiras entre o Uruguai e a Argentina (STECA; FLORES, 2002).

44 Em poucas palavras, os alemães, italianos, poloneses etc, que se localizaram na Província do Paraná durante a segunda metade do século XIX ajustaram-se dinamicamente às condições econômicas e sociais que os atraíram, promovendo, por sua vez alterações mais ou menos



Silva Machado, tropeiro, latifundiário e, posteriormente, Barão de Antonina, sentindo-se incomodado com o ataque dos indígenas, pediu autorização à Corte para localizar os imigrantes que já estavam no Paraná. O objetivo desta iniciativa era que, com as atividades desenvolvidas pelos alemães, pudessem afugentar os indígenas Xokleng, que estavam atrapalhando as suas expedições. Na busca de João da Silva Machado pelos imigrantes, foram localizados 238 alemães às margens do Rio Negro. Em 1833, foram enviados para reforçar o grupo que ali estava (Rio Negro) 100 alemães. Essa tentativa pode ser considerada como a primeira ação concreta da inserção de imigrantes não portugueses no Paraná. Também foi convidado para esta empreitada, o suíço José Mauricio Faivré, que fundou, às margens do Rio Ivaí, a Colônia Tereza com 87 imigrantes de origem francesa (STECA; FLORES, 2002).

Os alemães também marcaram a história da imprensa paranaense. O periódico alemão *Echo Paranense*, criado em 1885, não tinha um posicionamento político definido, declarava-se independente. Este periódico se destacou na história da imprensa por ser redigido em português e em alemão. Os periódicos por eles organizados tinham como principal objetivo cuidar das questões que envolviam a imigração.

Em 1885, o jornal alemão *Der Pionier*, ou seja, “O Pioneiro” trazia em seu conteúdo assuntos de interesse para os alemães como: anúncios de compra, Crônicas, propagandas e venda de produtos. “*Bazar de Moda. 55. Rua da imperatriz 55. Ueberzierherund Serreuheider (DER PIONIER,*

---

profundas naquelas condições (IANNI, 1988, p. 89).

1885, p. 3)”. Outra questão importante era a preservação da língua materna, assim como, mantê-los atualizados das notícias que estavam acontecendo no Paraná, no Brasil e no exterior, principalmente na Alemanha, terra de origem. Destacamos também, embora efêmeros, os impressos de outros jornais em alemão como: *Der Trauenliebbling*, *Deutsche Echo*, e *Der Erzähler* (1886) e, em 1887, o periódico *Deutsche Volkszeitung*.

Um dos objetivos da imprensa alemã, não era se aproximar da cultura e costumes dos paranaenses, que em sua maioria eram os pobres e escravos, considerados como inferiores. Outra situação que impediu esta aproximação foi o rótulo atribuído aos escravos, estes tidos como bárbaros, como selvagens e de difícil convívio. Com estas informações preliminares, os alemães chegaram ao Paraná, motivados pelas promessas de enriquecimento e prosperidade. É preciso compreender que este comportamento de isolamento, apresentado pelos trabalhadores imigrantes quando chegaram ao Paraná, resultou da “posição de cada uma dessas subdivisões particulares em relação às outras é condicionada pelo modo de exploração do trabalho [...] (patriarcado, escravatura, ordens e classes)” (MARX; ENGELS, 1998, p. 12).

Além disso, a religião também foi um dos entraves para a adaptação dos imigrantes. “Os setores interessados no desenvolvimento da imigração sentiam as dificuldades resultantes do fato de ser a religião católica declarada como religião do Estado, e pleiteavam a separação entre Igreja e Estado” (COSTA, 1999, p. 469). Com a chegada dos imigrantes alemães e outros, foram sendo criadas as

colônias<sup>45</sup> para atender à necessidade da mão de obra e às mudanças que ocorriam no Brasil. Motivados pelas promessas de prosperidade e de uma terra produtiva, deixaram seu país de origem. Ao chegarem aqui, muitos não sabiam onde ficar e a quem se dirigir, assim, o desconhecido e a falta de informação eram queixas constantes dos imigrantes. Assim configurou-se o encontro dos senhores de terra, que desejavam ansiosos resolver o problema de mão obra, com os imigrantes “operários”, que vendiam a sua força de trabalho a um terceiro, pois, naquela conjuntura, era vital para a sua sobrevivência.

A força de trabalho em ação, o trabalho mesmo, é, portanto, a atividade vital peculiar ao operário, seu modo peculiar de manifestar a vida. E é esta atividade vital que ele vende a um terceiro para assegurar-se dos meios de subsistência necessários. Sua atividade vital não lhe é, pois, senão um meio de poder existir. Trabalha para viver (MARX; ENGELS, 2011, p. 30).

Os imigrantes no Paraná se organizaram formando as

---

45 Os colonos foram trazidos para núcleos onde se transformaram em pequenos proprietários, dedicados principalmente a atividades agrícolas. A dinâmica das relações de produção, entretanto, acaba envolvendo-os na primeira e seguintes gerações, transformando-os novamente, levando-os a redistribuir-se outra vez no mundo econômico e social que estavam ajudando a transformar; modificaram-se em pecuaristas, coletores ou “industriais” da erva-mate, proprietários comerciantes etc (IANNI, 1988, p. 89).

Colônias. Mesmo com o desejo da instalação dos imigrantes para o trabalho, o Governo não ofereceu as condições necessárias de acomodação. A Colônia Alessandra, de imigração italiana, é um dos exemplos de descaso e de falsas promessas nas campanhas realizadas pelo Brasil, aos interessados em trabalhar aqui. Conhecida como “O Purgatório”, fundada em 1872, a 14 quilômetros próximos de Paranaguá, estava passando por muitos problemas pelo aparecimento de inúmeras doenças tropicais. Muitas delas causadas por insetos, levando-os à morte. Este e outros problemas, como as más condições das estradas dificultando o escoamento dos produtos e outras necessidades, causavam o descontentamento dos imigrantes.

*Colonia Alessandra. Sabemos que os laboriosos immigrantes estabelecidos neste núcleo d'este município, dirigiram-se à Camara Municipal d'esta cidade por meio de uma representação, pedindo para que esta com urgência advogue os seus interesses perante S. Ex<sup>a</sup> o Dr. Alfredo Escragnolle Taunay, digno presidente da província, afim de que liga aquelle núcleo a esta cidade dando-lhes assim meios mais fáceis para conduzirem o produto de sua lavoura para o nosso mercado (COMMERCIAL, 1886, p. 1).*

Uma das iniciativas para atender às necessidades de locomoção do Estado era a construção da estrada de ferro<sup>46</sup>. Esta ação se intensificou no mandato do Presidente

---

46 A estrada de ferro, por sua vez, além de contribuir para o desenvolvimento do mercado interno, estimulando indiretamente a urbanização, fez nascer cidades e matou outras. Alguns dos núcleos

da Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos. Assim que assumiu às Presidência, iniciou um estudo no Paraná para agilizar o transporte e ligar a Capital a outras regiões do Brasil. Também para favorecer a locomoção dos imigrantes e seus produtos provenientes das colônias. O engenheiro negro Antonio Rebouças<sup>47</sup> foi um dos responsáveis pela obra, porém não a viu concluída, pois morreu em 1874. A estrada só foi inaugurada em 1885, mas o seu funcionamento, de fato, deu-se a partir de 1890. O Jornal *Commercial* denunciou esta demora.

---

promissores da fase anterior que ficaram à margem da rede ferroviária viram decair seu movimento, enquanto outros núcleos surgiram ao longo da ferrovia junto às estações. Facilitando as comunicações, a ferrovia permitiu aos fazendeiros transferirem suas residências para os centros mais importantes, reduzindo a importância dos núcleos interioranos e reforçando a concentração nas grandes cidades. O crescimento da cidade de São Paulo, no fim do século, liga-se em parte ao fato de se ter tornado um centro para onde convergiam as ferrovias. À medida que os fazendeiros se mudaram para os grandes centros, cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura. O processo foi favorecido pelo interesse que o capital estrangeiro teria nesse tipo de empreendimentos urbanizadores (COSTA, 1999, p. 255-256).

47 O jornalista e pesquisador Jorge Narozniak, no livro *Histórias do Paraná* (2010), escreveu que a primeira missão dos Rebouças foi comandar a construção da Estrada da Graciosa, que desde 1854 estava sendo idealizada para ligar o planalto ao Litoral Paranaense. Em 1864, Antonio foi nomeado engenheiro-chefe da Estrada da Graciosa e formulou o projeto do empreendimento (NAROZNIAK, 2010).

*Estrada de ferro. Desde o dia 19 do mez passado que q' dá-se grande incommodo de terem os passageiros de estrada de ferro desta província de transitar a pé kilometro e meio pelo caminho por que transitavão os trabalhadores, quando em construcção a mesma estrada. A directoria dessa estrada, que devia ser a primeira aprestar os seus serviços em forma a melhorar os soffrimentos da população que, pela facilidade de transporte, abandonou a estrada de rodagem da graciosa, onde hoje faltão os recursos de outr'ora, para utilizar-se da estrada de ferro que tanto pesa nos orçamentos do estado, deixa-se ficar braços encruzados contemplando o estado ruinoso desse caminho que os por força de circumstancia seria aproveitado (COMMERCIAL, 1886, p.2).*

O auxílio dos imigrantes no desenvolvimento do Paraná com a mão de obra também decorreu do fato de que, o homem branco paranaense estava cheio de preconceitos em realizar o trabalho que os escravos faziam, considerado como de baixo “status social”. A preferência deles pelo trabalho era como peões de tropas, com as cavalgadas e com a colheita de erva-mate. Este esvaziamento da mão de obra gerou um acréscimo<sup>48</sup> no preço dos produtos no Paraná.

Uma das medidas utilizadas para amenizar esta situação foi reivindicar, junto ao governo imperial, uma colônia similar ao que se estava vivenciando em Santa

---

48 No Paraná, a população dedicava-se preferencialmente à extração da erva-mate e ao criatório nos Campos Gerais, Guarapuava e Palmas. Com a Compra de inúmeros escravos por parte dos cafeicultores de São Paulo, o Paraná, tradicional exportador de farinha de mandioca, passou a ser importador. A partir de 1852, os preços dos alimentos chegaram a subir 200% (WACHOWICZ, 1995).

Catarina. As colônias de Blumenau e a colônia Dona Francisca (em Joinville) eram tidas como o modelo do crescimento econômico. A solicitação foi atendida com a criação de uma colônia agrícola no Paraná, em Assungui.

A iniciativa da escolha da terra em Assungui foi acertada, a terra era fértil, porém o que prejudicou foi o distanciamento do caminho dos tropeiros, dificultando o escoamento da produção, e a falta de infraestrutura para armazenamento. Com isso, muitos <sup>49</sup>imigrantes voltaram aos seus países de origem, outros foram para Curitiba e para outras províncias do Império em busca de trabalho (STECA; FLORES, 2002). Esta situação trouxe desânimo aos trabalhadores, que esperavam uma ação do governo para resolver os problemas dos colonos,

*Ainda não é tempo de desanimar, porque o Governo Imperial por qualquer circunstancia de nós desconhecida, poderá ter adiado a solução; porém faremos notar, que as providencias tão ardentemente desejadas por todos os que se interessão pelo progresso da localidade, já tardão (O GUAYRA, 1887, p.2).*

Outra reclamação dos imigrantes era com relação às promessas do custeio de transporte pelo governo aos seus familiares. A ausência do pagamento das despesas causava transtornos aos recém-chegados na Província.

---

<sup>49</sup> Os núcleos urbanos apresentavam ainda população pouco significativa. Dentro desse quadro as possibilidades do trabalho livre eram reduzidas. Faltava ao imigrante dos primeiros tempos um mercado que consumisse seus produtos ou absorvesse diretamente seu trabalho (COSTA, 1999, p.198).

*[...] a concessão de passagem para parentes e amigos que deixarão sua nação e que scientes pela narração que em suas cartas lhes fazião os mesmos immigrants das exelentes condições de nosso paiz desejavão ver procurar no Brazil uma nova pátria (O GUAYRA, 1887 p.2).*

O então Presidente da Província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins, tentou resolver as situações de descontentamento. Uma das alternativas foi fundar entre 1875 e 1876 sete colônias nos arredores de Curitiba, “entre Orleans (1875) e Tomas Coelho (1876) em São José dos Pinhais” (STECA; FLORES, 2002, p.26). Com isso, pretendia Lamenha Lins resolver os problemas anteriores. Diminuindo a distância com relação à região urbana, facilitando o contato com os outros colonos e com a comercialização dos produtos por meio de benfeitorias nas estradas e pontes. A imprensa retratou este fato:

*O ministério da agricultura em vista do relatório apresentado pela Sociedade de Imigração de Morretes, no qual indicou providencias que considera úteis ao desenvolvimento da imigração ordenou ao presidente d’esta província, para mandar orçar as reparações de que carecem as estradas e pontes a que se referio desejando o governo habilitar-se por este modo para deliberar acerca dos auxílios necessários aos núcleos coloniais alli estabelecidos. Vão sendo attendidos pelo Governo Imperial (COMMERCIAL, 1886. p.1).*

A crítica da imprensa em relação aos investimentos sem sucesso na fundação das colônias e no processo de



colonização do Paraná foi registrado pelo jornal *Commercial* (1886). O descontentamento se referia as muitas tentativas de acertos, seguidas de sucessivos erros, dificultando ainda mais o tão almejado desenvolvimento da Província.

*Em matéria de colonização quase só temos a lamentar desastres. É serviço em que mais há enterrado os dentes vorazes a ganância insaciável dos que sabem calcular na política. Quanto tem gasto o Estado na província com o serviço de colonização (COMMERCIAL, 1886, p.1).*

O processo de substituição de um trabalhador (escravo) pelo outro (imigrante) com a mão de obra livre, não significou liberdade para este último. O imigrante encontrou no Brasil o oposto das promessas de prosperidade que viriam das terras brasileiras. O endividamento, pelos gastos com a viagem e outras despesas custeadas pelas grandes firmas imigrantistas, foram um dos principais motivos. Os gastos com a viagem do imigrante europeu, custeados num primeiro momento pelo fazendeiro, eram cobrados do imigrante com altos juros. Com isso, o europeu também se tornava uma espécie de escravo do dono do capitalista mercantil.

Um levantamento de quanto lucraram os setores envolvidos e participantes desse comércio, no qual de imigração, e outros setores financiadores, poderá demonstrar por que surgiu a ideologia da necessidade de importação em massa do trabalhador europeu. Ele, por seu lado, era explorado. Vindo com a expectativa de fixação à terra, direito à propriedade, proteção, assistência médica, fontes de

financiamentos, como apregoavam os agentes nos países europeus também remunerados para isto, ao chegarem viam-se equiparados aos escravos das fazendas (MOURA, 1988, p.92).

O trabalho e a mão de obra do trabalhador, sejam negra (escravos) ou branca, não alterou a captação de lucros pela classe dominante sob a égide do liberalismo. Mesmo com a implantação das leis abolicionistas, o homem negro escravo, também retratado na imprensa, continuou à margem da sociedade. A necessidade de outro tipo de trabalhador, educado com conhecimentos mais aprimorados sobre as técnicas de agricultura, sobre o manuseio das máquinas com a revolução industrial, era a exigência do momento.

A substituição da mão de obra escrava pela livre ocorreu como uma promessa de progresso econômico, principalmente pela transição do capital mercantil para o industrial. O trabalho escravo e a exploração da mão de obra foram criticados pelos defensores dos ideais liberais, que buscavam, com isso, a simpatia das camadas populares assentados no discurso da liberdade.

As pressões do mercado internacional, aliado ao fracasso do sistema de governo praticado na colônia, corroboraram para as mudanças ocorridas no Brasil. Em meio a estas mudanças era necessário um trabalhador que dominasse o conhecimento das letras, para o domínio das novas ferramentas de trabalho. “Diante disso, a educação passa a ser enfatizada como responsável pelo combate à ignorância e, sobretudo, pelo treinamento da mão de obra e disciplinarização para o trabalho” (SHELBAUER, 1997, p.38). Uma parcela de

escravos trabalhou para além da lavoura, em outras frentes de trabalho, exerceram atividades como sapateiro, como carpinteiro, como ferreiro e outras – ensinados pelos seus senhores para atender às necessidades daquele local.

Somente a libertação do homem negro do trabalho escravo, não lhe garantia uma vida igualada aos dos brancos<sup>50</sup>, tanto nas questões de trabalho como no convívio social. O dilema continuava, persistiam as dificuldades de integração à estrutura econômica e social, que estava sendo desenhada em nosso país, pois nela não estava o “negro”. Diferente do que ocorreu anteriormente, agora, a mão de obra livre e a presença do imigrante era *“sine qua non”* para o novo tempo que desabrochava. No Paraná<sup>51</sup>, no final do

---

50 Despreparado psíquica e socialmente para o novo status, muitos permanecem à margem do sistema econômico-social “branco” incapazes de um reajustamento satisfatório para eles e segundo as expectativas dos brancos. Mas estes não consideram desse modo o problema e vêm na situação criada outras provas de que o negro e o mulato pertencem a uma “outra” categoria racial, com patrimônio biopsíquico e cultural próprios, incompatíveis com a sua civilização (IANNI, 1988, p. 226).

51 Procurando dar uma imagem geral da situação econômico- financeira do Estado do Paraná, no fim do século, Rocha Pombo assegura o seguinte: “Os grandes elementos econômicos com que conta hoje o Estado, são a erva-mate, a criação, a indústria de madeiras e alguma lavoura. A erva-mate representa um valor de 25.000:000\$000 e fornece ao orçamento do estado mais de 450 contos. A indústria pastoril entra para a economia interna do Estado com cerca de 20 mil contos e figura na receita pública com cerca de 150 contos. A indústria das madeiras representa, tanto a exportada como a consumida nos mercados internos, para mais de 5 mil contos. A produção agrícola ainda é insuficiente para a exportação, anão ser alguns artigos especiais. O grande número de pequenos produtores espera ali pela organização de empresas que tomem a sai a exportação em massa”. Esse o estado das atividades produtoras fundamentais. (IANNI, 1988, p. 241-242).

século XIX, a economia paranaense apresentou sinais de expansão tendo na erva-mate, na madeira (estavam circulando no mercado internacional) e no gado, um dos principais fatores de expansão. Com relação à erva-mate, a medida que melhoravam as condições de preço de mercado, as transformações e a necessidade de adequar-se às regras do capital levaram os senhores a investir em tecnologias de produção, a fim de acelerar a produção. Com isso outro modelo de trabalhador também surgia. Um trabalhador que soubesse o manuseio das máquinas, que dominassem as novas tendências do mercado de trabalho, apresentava-se em nome do progresso.

O perfil do trabalhador negro, logicamente, não contava com estes predicativos. Mediante estas necessidades, a escolarização começa a fazer falta para a classe proletária. A necessidade de mão de obra qualificada leva a classe dominante oferecer alguma instrução para os PROLETÁRIOS. Este quadro, que ora se apresenta no contexto histórico do Paraná, nos leva à análise de como a educação escolar com a ideologia liberal foi retratada nos jornais paranaenses, para a população negra, no Paraná.

## CAPÍTULO 3

# A EDUCAÇÃO E AS MARCAS DA ESCRAVIDÃO: O SEGREGACIONISMO NA IMPREENSA PARANAENSE

*Em um paiz como o nosso em que avulta o analphabetismo, a instrucção pública deveria ser o ponto culminante d'onde se irradiassem outros melhoramentos reclamados pela civilização de um povo (TREZE DE MAIO, 1888, p. 3).*

A transição da mão de obra escrava para a livre, nas últimas décadas do século XIX, exigiu dos governantes algumas medidas de cunho político e educacional, para atender à demanda da qualificação do trabalhador da indústria. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho, sendo que a maioria da população era “analfabeta”, como apontou o jornal *Treze de Maio* (1888) no trecho reproduzido na epígrafe deste capítulo.

A aposta da classe dominante para o desenvolvimento e para o sucesso do segmento industrial em expansão nos país, repercutiu em mudanças no noticiadas pela imprensa<sup>52</sup>. *“É tempo de velar pela liberdade do país por uma transformação política, que só os cegos ou os obstinados nas práticas do velho systema não veem ou não querem ver”* (A REFORMA, 1881, p. 1). A imprensa revelou, quais eram as intenções da classe dominante em relação à educação e aos conteúdos escolares a serem priorizados, no processo de instrução<sup>53</sup> da população. Para compreendermos estas questões relacionadas ao Paraná, torna-se imprescindível percebermos este movimento em sua totalidade. Para isso, faremos destaques nos excertos dos jornais sobre a educação do negro, tendo como referência de análise três acepções: preconceito, discriminação e segregação<sup>54</sup>.

Apesar de toda a negação, pela sociedade burguesa, que ocorreu em relação à alfabetização dos negros brasileiros, os arquivos, os documentos e a historiografia nos revelam

---

52 Ao citar a imprensa referiu-se aos jornais e periódicos paranaenses utilizados neste estudo.

53 A referência sobre a “instrução” diz respeito aos ensinamentos básicos elementares, definidos pela classe burguesa, para o domínio das técnicas e ferramentas de trabalho, para a população negra e pobre do Brasil.

54 Definiu-se como “preconceito” a forma de avaliar o negro tendo como referência modelos, “estereótipos” que lhe atribuem qualidades negativas e ou pejorativas. A “discriminação” é entendida como o processo de marginalização política, social, cultura, e racial atribuída ao negro. A discriminação é a ação gerada pelo preconceito, portanto, o preconceito é um pensamento que se materializa na discriminação “A segregação corresponde de separas pessoas de origens étnico- raciais diferentes, estabelecendo cordões de isolamento, reais ou imaginários, e delimitando espaços distintos para negros e brancos” (DOMINGUES, 2004).

indícios da busca do escravo pela instrução, almejando o conhecimento das letras. Os impeditivos da instrução do negro eram muitos, dentre eles, o temor dos senhores e das autoridades era de que os negros falsificassem o documento de salvo-conduto – que autorizava os mesmos a circular sozinhos pelos locais, mesmo após terem se envolvido em rebeliões, pois, a posse do documento os isentava da culpa. A preocupação dos senhores dos donos de escravos com relação ao negro alfabetizado, era, também, a de que os negros que moravam nas casas, servindo às famílias, e que, de posse da leitura, poderiam ter acesso a documentos e a informações particulares (SILVA, 2014).

O estudo realizado pelos escravos não era legalmente reconhecido no ensino público, conforme a Carta de Lei de 25 de Março de 1824<sup>55</sup>. Estas iniciativas indicavam que “*até os próprios escravos procurão-se instruir com tal sofreguidão*” (CRUZ MACHADO, 1884, p. 3). Isto prova que os negros tinham interesse em aprender e de se inserir no mundo letrado, o que lhes faltou foram as oportunidades.

A educação para os negros no Paraná tinha como objetivo atender às necessidades da classe dominante, que almejava o desenvolvimento econômico do Estado por meio de mão obra qualificada do trabalhador.

---

<sup>55</sup> Conferir ainda: BRASIL (1854).

## ***A educação na imprensa paranaense: uma questão de contradição***

Quando o Brasil Império precisou colocar em prática os ideais liberais de igualdade de direitos adquiridos pelos negros, com a abolição da escravatura em 1888<sup>56</sup>, surgiram alguns entraves dentre eles a legislação.

O primeiro Regulamento de Instrução aprovado nesse sentido data de 1854, Desde a Constituição brasileira outorgada em 1824, a “instrução primária” era um direito restrito aos cidadãos do Império, o que automaticamente, excluía escravos e outros não cidadãos. Os regulamentos de instrução, até o fim da década de 1870, foram enfáticos ao vetar o acesso à escola pública aos escravizados, assim como aos não vacinados ou portadores de doenças contagiosas, tanto pela matrícula, quanto pela simples frequência o que excluía as possibilidades de ingresso desses sujeitos em espaços escolares, mesmo se na condição de acompanhantes dos proprietários (SILVA, 2014, p.4-5).

O escravo agora liberto, também era um cidadão e, com isso, tinha os mesmos direitos que os demais da população paranaense. A necessidade da instrução para o trabalhador, desencadeou numa campanha pelo ensino obrigatório

---

56 Muitos escravos já haviam sido alforriados pelos seus senhores, e em 1888 com a Lei Áurea todos foram abolidos da escravidão (COSTA, 1999).



no Paraná<sup>57</sup>. A quantificação do número de paranaenses, incluindo estrangeiros, livre e escravos, foi noticiada pelo periódico *Almanak* (1877),

*População- em 1854 pela policia, era de 62. 258 almas; sendo: livres 52. 069 e escravos 10. 189. Pelo recenseamento feito em julho de 1872 era de 126. 772 almas; sendo nacionaes 123.095 e estrangeiros 3. 627, livres 116.162 e escravos 10. 560. Hoje a população do Paraná pode ser calculada em 146.000 almas, pois além de 1/10 do progressivo aumento em 4 annos e 5 mezes accresce que desde o princípio de Agosto de 1876 tem entrado na província, pelo porto de Paranguá, 9.*

---

57 Para se entender a instrução primária pública na Província do Paraná é necessário conhecer as condições que esta apresentava no momento da sua separação da Província de São Paulo. A emancipação política do Paraná ocorreu em 29 de agosto de 1853 por Lei sancionada pelo Imperador D. Pedro II. Desde 1840 existiam movimentos políticos para que esta emancipação se efetuasse e, prevendo esta realidade, o governo paulista deixou de investir no Paraná levando ao abandono as instituições existentes, como as escolas. [...] O quadro da instrução pública em 1854 era precário [...] havia um total de 604 alunos em escolas primárias públicas do sexo masculino, 60 em escolas particulares para o mesmo sexo e 258 alunas para uma população de 5.376 meninos e 4.709 meninas em idade escolar, o que significa que eram atendidos apenas 12,3% da população escolar masculina e 5,4% da feminina. Em relatório de 1854 o presidente da Província, Góes e Vasconcellos (Relatório oficial de 1854, p. 12) relatava o estado desfavorável da instrução pública [...] onde todas as corporações e funcionários, a quem ouviu acerca do estado da instrução na província, deram-me as mais desfavoráveis informações desse ramo do serviço público, e assim parece ser a vista de documentos. [...] Ainda existiam 20 cadeiras masculinas e 08 femininas. Segundo a Lei n.º17, de outubro de 1854, foram criadas escolas, ou seja, cadeiras esparsas abertas para determinada localidade. (MIGUEL, 2006, p. 40).

*355 pessoas e sahido 4.914 pessoas, não se podendo conhecer ao certo o numero de estrangeiros pelo centro da província e que pode se calcular em mais 2.000 (ALMANAK, 1877, p. 67-68, grifo nosso).*

Na estatística publicada pelo *Almanak* (1877), a população escrava paranaense no recenseamento de 1872 era de 10.569 – sem considerar neste número os considerados livres. Este número expressivo de trabalhadores despertou o interesse da classe econômica paranaense preocupada em ascender o desenvolvimento no estado. Com isso, percebemos que “cada nova classe instaura sua dominação somente sobre uma base mais ampla do que dominava até então [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p.49). Isto quer dizer que de acordo com os interesses, e o desenvolvimento da economia as classes sociais se modificam. E as exigências de um estado liberal interventor se faz necessário, para atender as demandas do grupo dominante.

O reconhecimento da necessidade da instrução para os negros seria de grande importância. A classe dominante da Província previa, com isso, resolver o problema de mão de obra qualificada para o trabalho no Paraná.

A campanha que se instaurava a favor do exercício da cidadania pela elite paranaense, incluindo o negro, não era pelo desejo de reconhecê-lo como cidadão, ou tão menos para que desfrutasse da “igualdade de direitos individuais” apregoada na ideologia liberal (LOCKE, 2015). Pelo contrário, a segregação racial permanecia, as compensações individuais ou coletivas, “[...] oferecidas pela vida na cidade não alteraram, substancialmente a posição do negro

e do mulato no sistema de relação econômicas e sociais” (FERNANDES, 2008, p.161).

Na busca pelo desenvolvimento e representatividade política no Paraná, os paranaenses também visualizavam nas eleições, uma oportunidade de ascensão aos cargos públicos. A movimentação da imprensa em torno da preocupação com as eleições envolvendo acordos, desacordos, alianças, concessões e conchavos entre os políticos nas eleições, em busca de votos, era uma prática entre os políticos paranaenses. A disputa pelo poder e pela dominação entre os pares se dá “na medida em que uns satisfaziam suas necessidades à custa de outros [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 416). Esta situação foi noticiada na coluna de variedades no jornal *Província do Paraná* (1876, p. 3, grifo nosso).

***Variedade.** O tio Euphrasio está furioso ! Porque? Pela eleição? Qual? O seu furor está em haver o Lamenha encarregado o conselheiro Corrêa do empréstimo com o banco do Brazil. O conselheiro deve estar em talas. Ou exige comissão como o tio Euphrasio, ou dá razão á opposição da província relativa ao sujo acto. Se exige commissão tem de ir para o banguê com o parente, se não exige deixará este só no campo solitário onde a desgraça o collocou. O Lamenha sabe também dar os seus piparotes. A lembrança do nome mostrará economia? Ou será antes a divisão, de lucros! Seja o que for, o tio Euphrasio está furioso. Eleição naufragada e commissão frustrada! [...] **Ao Conselheiro Correia.** Uff! Estou bufando! Urra! Estou dannado, Lamenha nem para fazer eleições serve. Nação lhe de nada. Atire-os aos cães.*

A disputa eleitoral que estava ocorrendo no Paraná, como a imprensa retratou no jornal *Província do Paraná* (1876), e a possibilidade do aumento de eleitores movimentavam as discussões sobre a necessidade do ensino também para os negros. Outro aspecto a ser considerado, se referia à necessidade do progresso e ao desenvolvimento do Estado por meio do trabalho qualificado advindo da instrução para a classe dos trabalhadores. De acordo com o anúncio do jornal a instrução, produziria inúmeros benefícios aos negros, como oferecer um ofício para se tornarem cidadãos. “*O caráter profissional, que a escola primária apresenta nesse paiz, aproxima-se do ideal daqueles que anhelam construir pelas bases o edifício da grandeza material e moral da nossa pátria*” (SETE DE MARÇO, 1888, p. 1).

A *Revista Paranaense* (1881) também se posicionou favorável à instrução. De acordo com a classe burguesa, a instrução seria a porta voz da educação popular, o elo integrador e promotor da igualdade de acesso ao saber científico entre os ricos e pobres.

*Um dos característicos mais relevantes do povo no século XIX é o amor da instrução. Em todas as camadas sociaes se pronuncia, mais ou menos ardentemente, o gosto da leitura. E á imprensa, ao jornal especialmente, o clangoroso e incessante porta-vóz da civilização, que se deve essa boa tendência da educação popular. Penetrando com passo igual na choupana do pobre e o palácio do rico (para servirmos da conhecida phrase de Horácio), vae o jornal, entre o annuncio mercantil e o telegramma político, introduzindo no espírito do leitor já uma observação scientifica, já uma só ideia litteraria;*

*hoje um pensamento philosophico, amanhã um bom sentimento religioso; ora um rasgo da história, ora uma experiência prática nas artes e officios;noções dos conhecimentos humanos. É um quotidiano enriquecer do entendimento para aquelles que não puderem instituir um curso regular de estudos, e não menos também para os doutos que, entretanto, não dispõem dos ócios precisos para mais largas applicações de gabinete (REVISTA PARANAENSE, 1881, p. 4).*

A segregação de classe se faz presente nesta notícia de modo maquiado, pois, o jornal ao se referir sobre as notícias que seriam veiculadas sobre a educação, disponíveis nas casas dos ricos, não incluía o negro. Somente a elite paranaense dominava a leitura e poderia compreender o conteúdo das notícias. Neste caso, na lógica liberal, se o negro não entendesse as notícias dos jornais, não era um problema relacionado à instrução que o Estado não lhe ofereceu, pois, assim como o branco, ele estaria usufruindo dos seus “direitos naturais” de ter acesso às informações pela imprensa. “Considerando que o propósito do governo é salvar os direitos naturais do homem” (LOCKE, 2015, p.8).

O jornal Sete de Março (1888) também fez referência a instrução destacando que o ensino promoveria mudanças na vida do homem. “A instrução [...] deve, nos seus diversos graus, abranger os systemas inteiros dos conhecimentos humanos, e assegurar aos homens, em todas as idades da vida” (SETE DE MARÇO, 1888, p. 1). Continuou afirmando que “[...] se queremos injectar sangue novo nas veias varicosas do nosso ensino official, comecemos pela educação

do mestre, já nos institutos modelos, já nas escolas, onde o ensino esteja devidamente systematisado” (SETE DE MARÇO, 1888, p.1).

O discurso da educação como elo integrador entre os cidadãos paranaenses no convívio social, como foi anunciada pela Revista Paranaense (1881), não passou de uma estratégia, um trocadilho de palavras pela classe dominante. A discriminação e as diferenças de classes permaneciam, principalmente porque, para a população negra, bastaria apenas a instrução profissional.

O ensino noturno<sup>58</sup> para a população pobre foi uma das alternativas utilizadas pela classe dominante paranaense, com

---

58 Em 1883 encadeou-se uma grande Campanha pelo ensino obrigatório e pelo ensino de adultos, sendo que em 1882 o Paraná passou por uma reforma eleitoral, que exigia a assinatura do eleitor para fins de votação. Mesmo não estando ligada com a legislação do ensino obrigatório, feita 28 anos antes, a Reforma Eleitoral traz à tona o assunto e comprova que a obrigatoriedade nunca foi efetivada, além de propiciar uma nova forma de escola: as noturnas para adultos que ao serem alfabetizados passavam a atender o requisito eleitoral. [...] a criação de escolas neste período foi um mecanismo para fins eleitorais, uma vez que o regime político se apoiava no voto e existiam na época cerca de 120.000 analfabetos na Província, o que representava 80% da população. Percebe-se, na análise dos relatórios e ofícios, o uso do discurso liberal que procurava vincular a educação à prosperidade da Província, mesmo que na prática esse discurso não se efetivasse. O conteúdo liberal dava forma aos Regulamentos e à legislação como traço preponderante da educação recebida pela classe que tinha acesso aos bens culturais e sofria a influência, sobretudo da legislação francesa. À educação se atribuía a possibilidade de uma sociedade melhor, prenunciando a crença dela enquanto motor do desenvolvimento nacional (MIGUEL, 2006, p. 46).

vistas no aumento do número de trabalhadores qualificados para o trabalho. A imprensa noticiou o funcionamento da escola como uma oportunidade para a aprendizagem da instrução primária para atender os trabalhadores negros. A escola destinada ao sexo masculino destacou que, após o trabalho diário, após as “ocupações”, à noite, os trabalhadores estariam livres e poderiam frequentar a escola.

*Escola nocturna- segunda feira, 1º de maio próximo vindouro, as 7 horas da noite, na residência do professor Custodio Cardoso Netto, à rua do Imperador, canto da do Bom Jesus, inaugurar- se- há a escola nocturna de instrução primária para o sexo que funcionará todos os dias, gratuitamente, desde as 7 as 9 horas. Os menores, que a quizerem frequentar, ainda matriculados n'outras escolas, e os alunos quer com alguma instrução, quer sem ella, que de dia se a hão em suas ocupações, poderão aproveitar a instrução que lhes proporciona a patriótica camara municipal. Ser-nos- há satisfatório anunciar que o numero de alumnos, matriculados na sala. Instruidos- à em relação ao que foi aplicado pela camara municipal em mais uma verba de despeza (NOTICIADOR, 1882, p.1).*

Esta proposta enganosa e segregacionista tinha como objetivo oferecer um ensino básico para os negros, a fim de obterem melhores resultados no trabalho para um desenvolvimento econômico promissor na província. “Nestas circunstâncias, o aparato escolar apresentava vantagens óbvias que foram imediatamente aproveitadas pela burguesia” (MARX; ENGELS, 2004, p. 18).

A situação da instrução dos estrangeiros na província paranaense foi destacada no jornal *Echo do Paraná* (1880), a valorização da educação pelos imigrantes (fossem adultos ou crianças), no Paraná, era notável. Os números de investimento na educação, nos países de origem estrangeira, já em pleno desenvolvimento, são expressivos comparados à realidade da educação brasileira, principalmente na província do Paraná. O processo de instrução para os negros, ainda estava em seus primeiros passos nessa trajetória. Os países como a Alemanha, a Inglaterra, a Áustria- Hungria, a França, a Espanha, a Itália e a Rússia, e o número de alunos por escola, foram destacados nas notícias do *Echo do Paraná* (1880, p. 4):

*A instrução. A Alemanha tem 42 milhões de habitantes, 60.000 escolas, seis milhões de alunos, ou 100 por escola, e gasta por cada habitante 3 francos e 70 centimos annualmente. A Inglaterra, com 34 milhões de habitantes, 58.000 escolas, três milhões de alunos, ou 52 por escola, e gasta 2 francos e 32 e meio centimos . A Austria- Hungria com 37 milhões de habitantes 30.000 escolas, três milhões de alunos, 100 por escola, e gasta 02 francos, e gasta 10 centimos. A França com 37 milhões de habitantes, 71.000 escolas, 4.700 alunos, ou 66 por escola e gasta um franco e 75 centimos. A Hespanha, com 18 milhões de habitantes, 20.000 escolas, 1.600.000 alunos, ou 56 por escola e gasta um franco e 95 centimos. A Italia com 20 milhões de habitantes, 47.000 escolas, 1.900.000 alunos, ou 40 por escola, e gasta 1 franco e 95 centimos. A Russia com 74 milhões de habitantes, 32.000 escolas, 1.100.000 alunos, ou 36.000 por escola e gasta annulamente por cada habitantes 35 centimos.*



Nos excertos extraídos dos jornais, como o *Echo do Paraná* (1880), sobre a instrução, percebemos que o ensino, no Paraná, em relação a outros locais, estava distante de suprir a demanda populacional apontada pelo *Almanak* (1877). Principalmente, para os negros que perfaziam o total de 10.569, em 1872, já mencionados neste capítulo. Com isso, percebemos que a instrução foi vista sob a perspectiva econômica e política, na medida em que propõe o ensino para atender uma necessidade de adequação, de mão obra qualificada para o trabalho, perpetuando assim a divisão de classes. “A sociedade escravocrata só preparou o escravo e o liberto para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para o seu equilíbrio” (FERNANDES, 2008, p. 73).

Como vimos à instrução para a população trabalhadora negra se apresentou contraditória e segregacionista, na medida em que não incluía o negro nos benefícios advindos do desenvolvimento do Estado. Visualizava na instrução do negro a oportunidade, de continuar a exploração de sua força de trabalho, como na escravidão, reforçando, com isso, a falsa ideologia liberal das liberdades individuais.

### ***A imprensa e a escola no Paraná: o racismo como pano de fundo***

As medidas exigidas pelos liberais ao Estado, no sentido de manutenção da ordem e de progresso do Paraná, estavam relacionadas ao contexto comercial e competitivo, os quais exigiam outros perfis de trabalhadores, pois consideravam o conhecimento dos negros insuficientes para a produção

de produtos mais comercializáveis. “Em consequência da imigração, [...] foram gradualmente substituídos e eliminados pelo concorrente branco” (FERNANDES, 2008, p. 67).

A necessidade da instrução primária no Paraná significava o progresso, para um novo tempo que desabrochava na província. A discriminação racial sobre o conhecimento do trabalho do negro e a valorização das instituições de ensino para os brancos são apontadas como a base para as mudanças que o Paraná necessitava. O jornal *Sete de Março* (1888) destacou os cursos ministrados nas escolas da França, o ensino europeu era referência para o Paraná.

*Cursos de commercio e industria institutos normaes, academias e universidades, complementariam os gigantes do edificio cujas bases descansariam sobre o ensino profissional. Desde a escola primária, começaria a iniciação ao trabalho manual com já se vae praticando na republica franceza [...]* (SETE DE MARÇO 1888, p. 1).

A instrução paranaense era precária, como exemplo disso, em 1880, o professor Saturnino de Oliveira Mascarenhas, responsável pela escola pública de Castro, região dos Campos Gerais da Província do Paraná, enviou ao diretor geral da instrução pública um relatório. Neste documento, falava da necessidade de melhorias na estrutura física da escola, reforçando a necessidade do ensino “[...] como um fator fundamental para promover o progresso e a civilização das nações” (SILVA, 2014, p. 68).

Para que ocorresse o ensino, a presença do professor era indispensável em todo este processo, de “domesticação” da classe trabalhadora por meio da instrução. A imprensa destacou a necessidade dos professores para a instrução da população do Paraná, porém o número de professores era insuficiente para a demanda da população, e em algumas localidades não havia nenhum professor, como na Colônia Pereira, fundada pela empresa Pereira Alves, em 1875 e contava com 126 habitantes. A Colônia Euphrosina fundada em 1875 pela empresa Pereira Alves, com 18 colonos estrangeiros e 07 famílias brasileiras também não contava com a presença de um docente (ALMANAK, 1877).

Nos aldeamentos de São Jeronymo (1859), Paranapanema (1862) e Papanduva (1876), a situação da quantificação não é precisa. Somente no aldeamento de São Jeronymo temos o registro da professora de 1ª letra, D. Maria Candelaria de Camargo (ALMANAK, 1877). A ausência dos professores nas escolas para a instrução da população resultaria num ensino fragmentado para os trabalhadores, “[...] fundamental para a manutenção das contradições da sociedade capitalista” (ZANLORENZI, 2014, p. 91). O ensino paranaense, considerado de péssima qualidade, foi noticiado pelo Jornal Cruz Machado (1884, p.3). Nele, afirmou-se que o Estado tinha a “pior” escola:

*[...] segundo a insensata quão arrojada opinião de alguns Presidentes que temos tido, possui as peores Scholas e os peores Professores! Como então se explica tal phenomeno?! Concordamos, todavia, que a nossa pictoresca Capital tenha as peores Scholas. Seja nos, porém, licito opinar de modo contrário quanto aos*

*respectivos serventuários do ensino público. Portanto, a estes convém a Directoria geral Instrucção Pública estimular: aquellas cumpre a Presidencia obrar [...] doptando as aulas de todos os utensílios pedagógicos que se fizerem mister em um sanctuario onde a infância vai aleitar-se nas primeiras noções que mais tarde assaz influirão na formação do caracter do futuro cidadão senão do da sociedade em que conviver: isto será mais humano e moralizador de que o culmniar-se aos pobres pais de famílias que além de consumirem o melhor quartel de sua existência na inglória desideratum da educação da nossa mocidade e de serem pagos sabe Deus como.*

A crítica do jornal apontava para as possíveis consequências que o ensino de má qualidade traria para as famílias, comprometendo o futuro da criança pobre que dependia do ensino público. A discriminação do negro se consolidava no “estado de privação da criança que [...] tinha de crescer ao léu, na escola das ruas, pois a mãe saía para o trabalho desde cedo [...]” (FERNANDES, 2008, p. 250). *A Galleria Illustrada* (1888) noticiou um relatório detalhado sobre a educação pública e sobre as instituições de ensino do Paraná.

*Instrucção publica.—Tem 1 instituto de preparatorios, 1 escola normal, 2 cadeiras avulsas do curso secundário e 113 escolas de instrucção primaria, sendo 3 a expensas dos cofres geraes e 110 a cargo da provincia : estão providas 92 e vagas 21. As aulas de instrucção primaria forão freqüentadas por 1766 alumnos sendo do sexo masculino 1087 e do sexo feminino 679. A verba consignada para esta despeza no exercício de 1876—77 eleva-se á somma de 100:180\$000, além de*

*4:600\$000 de auxilio á dous collegios (A GALLERIA ILLUSTRADA, 1888, p. 64).*

Um espaço para a realização das pesquisas também foi publicado no periódico *Revista Paranaense* (1881), fez o registro da instalação da Biblioteca Pública na capital e do esforço do Chefe de Polícia no investimento de recursos. O periódico não faz referência a quem eram os frequentadores da biblioteca, nem se os negros tinham acesso a esse espaço. A estratégia do silêncio “[...] foi um dos métodos empregados pelo segregacionismo” (DOMINGUES, 2004, p. 136).

*Bibliotheca Publica Installada [...] a esforços do Chefe de Policia, Bacharel Luiz Francisco da Câmara Leal e do Secretario de Governo José Martins Pereira de Alencastro, que promoverão uma subscrição que montou em 4:316\$000 rs. Acha-se em uma das salas em funciona que a Inspectoria da Instrucção Publica e possui 834 livros (REVISTA PARANAENSE, 1881, p. 83, grifo do autor).*

A presença da escola de Aprendizes de Marinheiros<sup>59</sup> na cidade portuária, em Paranaguá, foi noticiada na *Revista Paranaense* (1881, p.146, grifo do autor).

59 A criação dessas instituições era uma tentativa de oferecer marinheiros qualificados para servir ao Império. No entanto, em 1840, as Companhias Fixas de Marinheiros foram reformadas, organizadas e denominadas de Corpo de Imperiais Marinheiros através do Decreto nº 45 de 26 de março. A Lei nº 148 de 27 de agosto de 1840 fixa as forças do Mar para os anos financeiros de 1841 e 1842, determinou a quantidade de praças das Forças Navais e autorizou a instituição de uma Companhia de Aprendizes Marinheiros (LIMA, 2017, p.159).

*Companhia de Aprendizizes Marinheiros Foi criada pelo decreto n. 3347 de 26 de Novembro de 1864, e funcionaem um próprio nacional. Commandante, Io Tenente Faustino Martins Bastos. Nomeado a 12 de Julho de 1873. Official de Fazenda, José Ernesto Dersussau. Nomeado a Io de Abril de 1874. Medico [...] Cirurgião, Dr. Aristides Guedes Cabral. Nomeado a 16 de Outubro de 1876.*

A Companhia de Aprendizizes de Marinheiros no Paraná foi criada em 1864 e seguia o disposto na lei que regulamentava o ingresso dos meninos na escola de aprendizizes de marinheiros, fixava a idade entre 10 e 17 anos e os alunos deveriam apresentar uma aparência física robusta. A escola na qual funcionava a Companhia, na década de 1880, conforme afirmou o capitão do Porto de Paranaguá eram precárias.

O prédio encontrava-se em ruínas e com sérios riscos de desabamentos [...] o capitão ainda descrevia o estado lastimoso do porto, o qual nem lancha a vapor dispunha, estragada e sem maquinista, somente contava com uma vela e também com um pequeno escaler, carecendo reparos (MARQUES; PANDINI, 2017, p. 1).

A escola de aprendizizes de marinheiros, no Paraná, foi criada para reforçar o exército brasileiro com a educação das crianças. Também funcionou como um espaço de recolhimento dos menores abandonados, na maioria negros, que andavam desocupados pelas ruas. As piores condições

de infraestrutura foram oferecidas para estes alunos, que ingressavam na escola encaminhados por tutores, por curadores e por autoridades locais (MARQUES; PANDINI, 2017). A estratégia de acolher os alunos nas condições de abandono tinha como objetivo apregoar a ideia de um Estado protetor e contribuir,

[...] para a veiculação da ideologia liberal, por difundir a ideia de símbolo de modernização educacional, classificando e selecionando alunos, controlando a ordem por meio do tempo e do espaço e impondo um modelo de ensino via confirmação [...] (ZANLORENZI, 2014, p. 83).

Este espaço destinado as crianças negras alforriadas ou abandonadas, além de não contar com a organização adequada, oferecia as piores condições nutricionais, resultando em muitos alunos doentes devido à desnutrição. A disciplina dos alunos na escola era regida por situações vexatórias e discriminatórias, com a prática de xingamentos e exposições públicas, além de severos castigos físicos (MARQUES; PANDINI, 2017).

Nos Artigos 15, 16 e 17 do Decreto nº 1.517 de 04 de janeiro de 1855, o ensino dos menores consistia no aprendizado da leitura, na contagem, na escrita, no riscar de mapas e na doutrina cristã. Os alunos deveriam ser disciplinados de forma homogênea, o que consistia na organização e ocupação do tempo dos alunos e na distribuição das tarefas e afazeres diários como: “limpeza do quartel, banho e natação, lavagem de roupa, baldeação, [...] instrução

náutica, instrução militar, almoço, jantar, recreio (exercício de ginástica) e recolhimento” (LIMA, 2017, p.162).

A possibilidade do governo em acolher os alunos nas condições de abandono tinha um propósito segregacionista, na medida em que “[...] a pretexto de reorganização da sociedade, não tem outro objetivo senão a da manutenção das bases da sociedade atual e, por consequência a manutenção da própria sociedade” (MARX, 1975, p. 32).

No Paraná, a presença da escola de imigrantes compunha o rol das instituições de ensino. A necessidade da educação dos imigrantes também era de interesse dos provincianos, pertencentes à classe dominante do Estado. A presença do europeu, de sua cultura e de seus valores eram sobremodo valorizados no contexto histórico em que o país estava vivendo. Havia a necessidade de conhecer e reproduzir o estilo de vida dos estrangeiros europeus, pois possuíam experiências de seus países de origem, do avanço científico e tecnológico e da revolução das máquinas na indústria. Verificou-se esta influência no jornal *A Opinião* (1887, p. 4) ao se referirem à inauguração da escola italiana.

Lançou-se no dia 24 do passado, a pedra fundamental da Escola Italiano- Brasileira, devido a iniciativa dos italianos domiciliados nesta capital. E mais um estabelecimento que se levanta pela iniciativa particular. Saudamos o povo.

As escolas dos imigrantes, na maioria das vezes, eram fundadas por iniciativa dos próprios imigrantes, como se pode verificar na notícia do jornal *A Opinião* (1887). As



escolas fundadas pelos imigrantes, no Paraná, nos jornais pesquisados, não traziam de modo explícito a preocupação com a educação do negro, “revelando que os imigrantes também tinham comportamento discriminatório [...] e do segregacionismo costumeiro” (DOMINGUES, 2004, p. 167).

A imprensa paranaense destacou a organização escolar dos alemães. Enfatizou que esta escola se diferenciava das outras, ou seja, dispunha de uma escola para a classe dominante (ricos) e neste mesmo espaço em anexo, uma escola voltada para os pobres e, assim, também eram as igrejas, havia as para os brancos e as igrejas para os pobres. A organização da escola alemã revelou um segregacionismo de classe por meio de “uma política de exclusão [...], traduzida pelos códigos legais” (DOMINGUES, 2004, p. 135). O jornal *Sete de Março* (1888) noticiou,

*Os alemães possuem as grandes e as pequenas escolas normaes primárias. As segundas destinam-se a formar mestres de escolas aldeãs, como a de Lastadia, em Stenin. Os discípulos segundo as informações colhidas nos relatórios habitam em companhia dos professores a mesma casa, e comem com eles a mesa. Uma escola de pobres é annexada aos estabelecimentos desse gênero, a fim de que estudos recebam uma feição inteiramente prática (SETE DE MARÇO, 1888, p. 1).*

A preocupação na organização das escolas destinadas a pobres e ricos, no ensino paranaense foi também noticiada. O anúncio da escola Parthenon Paranaense, no jornal *O*

*Realismo* (1884), apontou para as características de uma escola voltada para a classe da elite, percebe-se isso pela descrição das instalações e das acomodações, o qual destacou como sendo necessárias para o conforto e aprendizagem dos alunos.

*Este estabelecimento de instrução primária e secundária, fundado em janeiro do corrente anno, funciona á rua do Matto Grosso em um edificio espaçoso e com apropriadas accomodações para grande número de alumnos. Em tão curto período de existência já conta 21 alumnos internos e 28 externos. Em vista da animação e confiança dispensadas pelos Srs. Paes, o director tem gradualmente introduzido muitos melhoramentos e empenha todos os esforços a fim de bem corresponder a expectativa pública. O colégio possui os alumnos doentes, aos quaes o director dispensa gratuitamente os seus serviços médicos. O corpo docente compõe-se presentemente de 6 professores de reconhecida capacidade, achando-se na direção da aula de – Portuguez o muito conhecido e hábil professor – o Sr. Joaquim Serapião do Nascimento. O collegio pode ser diariamente visitado das 9 horas da manhã ás 6 da tarde. O Director – Dr Laurentino de Azambuja (O REALISMO, 1884, p. 4).*

Este modelo de escola ideal, como publicou o jornal *O Realismo* (1884), estava destinada aqueles que apresentavam condições financeiras para pagar pela segurança, pela qualidade e, ainda, pela saúde dos alunos.

A situação política e educacional assentada na escolarização/ instrução para os negros não passou

apenas de um pano de fundo. Estava a serviço da classe burguesa para a concretização de seus planos de expansão e desenvolvimento do Estado, orientada pelos preceitos liberais de igualdade e liberdades individuais. Com isso, percebemos que na ideologia liberal “[...] a liberdade, portanto não consiste [...] para qualquer um fazer o que lhe apraz” (LOCKE, 1963, p. 17). Os elementos da dominação da ideologia liberal “[...] tem como função justificar essa ordem, que deve ser coesa, pautada no discurso de igualdade, tolerância, liberdade de pensamento e de organização [...]” (ZANLORENZI, 2014, p. 96).

A dominação ideológica deixou os negros à margem de qualquer direito como se ele não existisse dentro de uma sociedade discriminatória, preconceituosa e segregacionista. O acesso dos negros ao ensino escolarizado estaria apenas no plano superficial, a fim de não ultrapassar a posição social, cultural e econômica da classe dominante paranaense.

## ***A imprensa e os conteúdos na educação paranaense: e o segregacionismo dos negros***

Os conteúdos ministrados nas escolas paranaenses priorizavam o ensino dos conteúdos básicos, desde a formação do profissional da educação na escola normal. *“Pedagogia, Religião e Gramática, Philosophica”* (ALMANAK, 1877, p. 83). O ensino religioso<sup>60</sup>, destacado no jornal Almanak

---

60 Os católicos afirmavam que, se política significa a luta por aqueles princípios estruturais à natureza do homem, neste sentido, os católicos deverão lutar denotadamente por eles. E tais são: Deus, alma, vida

(1877), estava atrelado às políticas educacionais, os princípios cristãos orientavam o pensamento ideológico, dando suporte aos interesses da classe hegemônica, que, por sua vez, aproximava-se das ideias do liberalismo.

Mas isto se tornou possível porque esta concepção de mundo cristã, que é uma concepção humanista, é plenamente compatível com a ideologia liberal que, aos poucos, ia se fazendo presente no Brasil (SEVERINO, 1986, p. 72).

O Instituto Paranaense, criado pela lei n. 456 de 12 de abril de 1876, tinha como conteúdo o ensino das disciplinas,

Philosophia e noções de direito, Bacharel João Pereira  
Lagos. Nomeado a 22 de julho de 1876. Mathematicas

---

sobrenatural e vida moral. Desta forma, a dimensão política deve ser assumida pela consciência e ação católicas, na proporção em se que objetivar a recristianização do capitalismo, ou qualquer outro regime, pelos princípios éticos. Estas são as bases da ordem, paz, felicidade e garantem as verdadeiras liberdades sociais e a prosperidade material. A inserção destes princípios nos estatutos políticos não fica a cargo da opção individual, mas é tarefa da igreja. E para tal devem ser usados todos os meios legítimos. É dever básico dos católicos não permitir que estes princípios sejam sacrificados a fim de que o Estado conserve um mínimo de espírito cristão. A isto chamam cristianizar a política. Assim, o objeto principal desta sociedade não é satisfazer as aspirações terrenas da ambição humana, mas sim estabelecer as relações entre a Criatura e o Criador, unir o homem a Deus pela Graça. A igreja, atuando indiretamente na sociedade terrena, produzirá cidadãos cumpridores de seus deveres, honestos, justos, onde as classes sociais se regerão pela caridade e compreensão, harmonizando-se entre si (CURY, 1984, p. 45)

elementares, Bacharel Tertuliano Teixeira de Freitas. Nomeado a 5 de agosto de 1875, Geographia e Historia Dr José Justino de Mello. Nomeado a 26 de julho de 1876. Latim, Dr. José Joaquim Franco do Valle. Nomeado a 21 de janeiro de 1875. Inglês e Allemão, Otto Finkensieperg. Nomeado 01 de julho de 1871 (ALMANAK, 1877, p. 83).

Os conteúdos da Escola Normal e Instituto Paranaense se assemelham em algumas disciplinas, o que nos chama a atenção é a inserção da disciplina de Inglês e do Alemão no Instituto Paranaense. As valorizações dessas línguas estrangeiras dos imigrantes ingleses e alemães no currículo sinalizam a influência europeia na formação dos alunos paranaenses. O ensino e o conhecimento da língua africana, por sua vez, não foram registrados pelos jornais. O silenciamento do ensino da língua materna do negro reforça o fato de que [...] os brancos constituíram a raça dominante e os negros a raça submetida (FERNANDES, 2008, p. 326).

O ensino curricular para as crianças, expresso no jornal *Sete de Março* (1888), estava baseado nas regras disciplinares, nas privações, nas atividades físicas e na educação dos sentidos.

*Se os sentidos são as primeiras faculdades em que nós se aperfeiçoam, a cultura delles deve constituir o cuidado primordial da educação. Esta cultura não refere-se somente ao exercício, ao uso dos órgãos, mas também referi-las, applica-las á prática da justiça, ao gozo do bello, à conquista da felicidade, [...] o homem civilizado*

*apropria-se dos instrumentos que lhe proporcionam os progressos da sciencia e da indústria ( SETE DE MARÇO, 1888, p. 1).*

A preocupação com a preparação das crianças da elite paranaense por meio dos conteúdos escolares, dizia respeito à indústria que ora se instalava no Paraná, exigindo novos conhecimentos. Além disso, a educação alimentar das crianças também era considerado pelas famílias da província paranaense. Para elas, a fartura de comida e o comer desregrado poderia torná-los glutões e prejudicar-lhes a saúde.

*Não devemos dar as crianças tudo quanto ellas desejam comer. Contravindo a esta regra, teremos de criar glotões e gastromos antes a idade em que os vícios respectivos podem deixar de parecer innocuos. Convém, entretanto, em certos casos, prestar bons ouvidos á voz do organismo. Alguns meninos preferem a carne aos legumes, ou aquella estes, e nem sempre semelhante escolha ou preferência é filha de um capricho. A alimentação animal e a vegetal, exercem, combinadas salutar influênciã sobre a constituição infantil. A seleção é que deve ser feita com cuidado, tendo-se em vista o temperamento, e o princípio hygienico da variedade na serie dos alimentos (SETE DE MARÇO, 1888, p. 2).*

Percebemos na publicação do jornal *Sete de Março* (1888) que a criança a qual se refere não se trata da criança negra. A alimentação das crianças negras não lhes permitia tornarem-se gluttonas, pois comiam a porção diária do que lhes era fornecido aos seus pais pelos seus senhores, somente para mantê-los vivos e dispostos para o trabalho.

A alimentação não variava: feijão, angu, farinha, às vezes mandioca, abóbora ou batata-doce. Nas regiões açucareiras, o melado, a cachaça, nas zonas cafeeiras o café, complementavam a refeição. Nas fazendas mais pobres reduzia-se a feijão e um pouco de farinha de mandioca. Um pedaço de charque ou toucinho, mais raramente inhame (COSTA, 1999, p. 286).

A preocupação com relação à alimentação saudável, para um desenvolvimento adequado para as novas gerações das crianças brancas, fazia-se necessária para que elas estivessem em condições físicas de manter a ordem social vigente. Assim, reproduzir o legado deixado pelos seus pais e/ou familiares da elite paranaense, pois, para eles, os negros “[...] não possuíam qualidades intelectuais e morais” (FERNANDES, 2008, p. 100).

O preconceito com as crianças negras e a discriminação em relação às famílias brancas, manifestavam-se em diferentes momentos, inclusive no das refeições. As crianças negras estavam atentas às migalhas de comidas que caíam da mesa no chão para se alimentarem ou, ainda, ao que lhes era oferecido pelos que estavam realizando as refeições. A superioridade do branco ao dar “migalhas” ao negro reforçava o comportamento racista e segregacionista presente na “ordem social vigente [...] espoliados material e moralmente; [...] desprovidos, em sua maioria, de meios para se afirmarem como uma categoria social [...]” (FERNANDES, 2008, p. 74).

As notícias da imprensa sobre o conteúdo escolar paranaense segregacionista tinham como objetivo principal,

atender aos filhos de uma pequena elite. Os adultos ou crianças pobres, provavelmente mulatas e negras, receberiam somente a instrução necessária, “[...] um currículo elementar compreendendo a instrução moral e religiosa, a leitura e escrita” (SAVIANI, et al., 2006, p. 21). O suficiente para transformá-las em cidadãos, úteis e produtivos na lavoura ou na indústria em ascensão.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo sobre a imprensa paranaense e sobre as notícias relacionadas ao trabalho e à educação do negro durante o período delimitado (1853-1889), utilizou como fonte primária os jornais publicados no Paraná e os ideais liberais de igualdade e liberdade neles configurados. A análise das notícias da imprensa paranaense apresentaram as diferenças entre os trabalhadores negros – que foram desconsiderados como integrantes do processo histórico e cultural no desenvolvimento do Paraná –, dos ideais, do modo de vida e da educação da elite paranaense. Aponta-se como tese a influência dos preceitos da ideologia liberal nos jornais paranaenses, com relação ao trabalho e à educação do homem negro, que foi se desvelando mediante a análise das fontes, durante a realização deste trabalho, orientado pelos objetivos, perspectiva teórica e metodológica adotadas. Pontua-se alguns aspectos de análise que consideramos importante a serem retomados conforme relatamos a seguir.

O posicionamento histórico ideológico da imprensa paranaense apontou que o princípio da liberdade defendido pelos abolicionistas apropriando-se dos ideais do liberalismo, esteve presente somente nos discursos da classe dominante paranaense. Não houve, por parte da elite do Paraná, a concretização das promessas realizadas em torno da liberdade de expressão do homem negro e, tão menos, de sua história de vida, cultura e valores, que foi desconsiderada, ao ser arrancado de sua terra de origem,

para atender à necessidade de mão de obra no Paraná e em todo o restante do Brasil. A presença da força de trabalho do negro no Estado, propiciou o desenvolvimento da província nas diferentes frentes de trabalho como: na agricultura, na pecuária, no tropeirismo, nos serviços domésticos e em tantos outros.

Com a instalação da imprensa no Paraná após a sua emancipação política em 1853, os atos do governo e as notícias relacionadas ao desenvolvimento do Estado e da sociedade paranaense foram noticiadas. As publicações referentes ao trabalho do negro e à exploração da mão de obra escrava foram veiculadas. As liberdades individuais e o direito à propriedade de premissa liberal não contemplou os trabalhadores negros. O lucro de seu trabalho tinha destino certo, ou seja, o enriquecimento da classe dominante paranaense, que não se cansava de explorar a mão de obra negra. O Estado, na concepção liberal, tinha a função de preservar os sistemas e estratégias, a fim de manter a ordem social vigente, que privilegiassem os interesses econômicos dos indivíduos pertencentes à classe dominante, bem como de suas propriedades. Como o negro não era considerado “gente”, não tinha a proteção do Estado e tão menos os seus direitos respeitados. Os trabalhadores negros seguiam sua lida crendo nas falsas promessas da ideologia liberal, que tinha na subserviência ao trabalho, as falsas promessas do provimento para a sua subsistência e de sua família.

A inserção da mão de obra branca no trabalho do negro, no Paraná, trouxe muitas mudanças, principalmente, nos posicionamentos políticos e econômicos noticiados pela imprensa, asseverando o preconceito e a discriminação em

relação ao modo de vida e do trabalho negro. A presença do imigrante europeu, de seu trabalho, de sua cultura e de seus valores foram sobretudo valorizados no Paraná. O imigrante era destacado pela imprensa paranaense por contribuir para o desenvolvimento da província, por trazer o domínio de técnicas agrícolas de sua terra de origem ao trabalho desenvolvido nas colônias.

A instalação das casas de comércio, principalmente, nas cidades litorâneas pela proximidade do porto e da capital da província, também foram noticiadas. Além disso, a presença dos imigrantes europeus daria visibilidade ao Estado, que seguia a tendência nacional do branqueamento da população. A presença e o conhecimento do negro eram considerados ultrapassados, seu comportamento era tido como antissocial e desqualificado para o trabalho na indústria que desabrochava no país e no Paraná.

Uma onda de perseguição aos negros e desvalorização do seu trabalho, se instaurou no Paraná seguindo a tendência nacional. Foram considerados como portadores de males e doenças. Acusados por todos os atos de vandalismo e selvageria que ocorria na sociedade, sendo condenados por atos praticados pelos brancos, pelo simples fato de ser negro. A condição de sua cor era suficiente para incriminá-lo e destituí-lo de sua condição de cidadão, a lei e a ordem na província paranaense eram brancas.

Na busca pela higienização do Paraná, o que estava ocorrendo em todo o país, o negro não apresentava nenhum valor ou importância. O desrespeito associado à violência empregadas pelas autoridades eram frequentes. A segregação social do negro em relação ao branco foi

destacada pela imprensa, também nos impedimentos dos mesmos para frequentarem lugares públicos como igrejas, teatros e outros. As liberdades individuais dos negros e de suas famílias eram desrespeitadas pelos brancos. A tendência da valorização da arte e da cultura branca era destacada pelas notícias nos jornais, e era silenciada qualquer relação de cultura, festas e religião dos negros.

Na educação não foi diferente, a instrução do negro tinha como objetivo capacitá-lo para ser a mão de obra qualificada, uma exigência dos novos tempos, que assolava os discursos políticos republicanos que ecoavam pelo país. O negro neste contexto histórico significava uma importante mão de obra a ser incorporada pela indústria em expansão no Paraná. A educação neste aspecto era a alternativa mais viável para a domesticação para o trabalho, por meio da instrução mínima para a grande massa de trabalhadores negros paranaenses.

A imprensa noticiou ainda quais eram as condições que o Estado oferecia para a "instrução" massa trabalhadora na província. As escolas não apresentavam as condições necessárias para a aprendizagem dos alunos, isso no que diz respeito à infraestrutura e ao número insuficiente de professores.

O acesso dos negros aos bens culturais também lhes era negado, as artes pertenciam ao mundo branco. As vestimentas, linguagem e comportamento da classe dominante nos espaços culturais não condiziam com o modo de vida, linguagem e as manifestações culturais de origem africana. A reprodução e valorização da arte europeia no Paraná distanciava ainda mais o negro do acesso e da

cultura dos brancos. Este comportamento reforça a ideia de que o segregacionismo de classes era uma realidade também na instrução do negro.

A educação das crianças negras comparadas ao das crianças brancas, nas escolas, apresentava-se discriminatória e excludente. As crianças brancas tinham acesso aos conteúdos escolares e a professores capacitados. A alimentação e o cuidado com a saúde dessas crianças brancas eram uma preocupação da escola, a fim de mantê-las fortes e saudáveis para continuar com a herança de dominação da massa trabalhadora. Enquanto que as crianças negras se alimentavam das sobras que os brancos lhe ofereciam. Assim, desde a infância, as diferenças individuais já eram percebidas pelos infantes negros. A família da criança branca tinha condições para inseri-la no mundo das artes com conhecimento musical e outras formas de linguagens e não somente a da escrita. A família da criança negra, além de não ter acesso a estes espaços, não apresentava as condições necessárias de manifestação nem de sua própria cultura, quanto mais adquirir a cultura da classe dominante, ou ainda propiciar o ensino escolarizado das artes para as crianças negras.

Com estes apontamentos sobre o trabalho e a educação dos negros no Paraná, percebeu-se que as ideias liberais mencionadas neste estudo orientaram os discursos ideológicos da classe dominante paranaense. Muitas vezes com o conteúdo sobre a rejeição ao negro, noticiado pela imprensa de modo explícito. Outras de modo maquiado, mas, nem por isso, deixando de se apresentar como preconceituoso, discriminatório e segregacionista.

Com estas colocações ainda que de pequenos excertos das notícias veiculadas pela imprensa sobre o trabalho e a educação do negro no Paraná, espera-se contribuir para a história da educação do negro silenciadas na província paranaense. Ao considerar as múltiplas possibilidades que a pesquisa sobre este tema e a imprensa possibilita e a partir destes apontamentos, suscitar outros estudos que nos aproximem cada vez mais da história das raízes negras. Temos na vida, na educação e na cultura do negro uma fonte inesgotável, uma história sobre o Paraná ainda a ser mais desvelada.

# REFERÊNCIAS

(A) ARTE, Curityba, Paraná, Brazil, Anno 1. n. 1, p. 1-5, 4 mar. 1888.

ALMANAK, Curityba, Paraná, Brazil, p. 1– 408. 1877.

ALVES, G. L. O liberalismo e a produção da escola pública moderna. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, J. L. (Org.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2007. p.61-86.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BARRETO, V.; PAIM, A. **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1989.

BRASIL. **Coleção de leis do Império do Brasil**. Decreto nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854, Regulamento Couto Ferraz. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1854. v.1, pt. 1, p. 45.

BRASIL. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. Decreto nº 1. 517 de 04/01/1855. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1855.

BRASIL. **Coleção das leis do Império do Brasil de 1835**: leis e decretos etc. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1864.

CAPELATO, M. H. R. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/ EDUSP, 1988.

CHAVES, E. O. C. O liberalismo na política, economia e sociedade e suas implicações para a educação. In: LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Org.). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2007. p.1-60.

CHUAÍ, M. **O que é ideologia**. 1980. Digitalização 2004. Disponível em: <<http://www.mrherondomingues.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/27/1470/14/arquivos/File/Documentacao/Oqueideologia.pdf>> Acesso em: 14 mar. 2016.

COMMERCIAL, Paranaguá, Paraná, Brazil, Anno 1. n. 1, p.1-4, 29 fev,1886.

(O) CORITYBA. Capital do Paraná, Brazil, Anno 1. n.1, p. 1-5, 23 jan, 1883.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editorial GRIJALBO, 1977.

COSTA, E. V. da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

CORREA, A. S. Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do XIX. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 32, p.139-158, fev. 2009.

CRUZ Machado, Paraná, Brazil, Anno 1, n. 2, p. 1-4. 31 jan. 1884.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

DER Pionier, Curityba, Paraná, Brazil, Anno 4, n. 17, p.1-4. 19 abr. 1885.

(O) DEZENOVE de Dezembro, Coritiba, Paraná, Brazil, Anno 1, n. 1, p.1-4, 8 abr. 1854.

DEZENOVE de Dezembro, Coritiba, Paraná, Brazil, Anno III, n. 20, p. 1-4, 13 ago. 1856.

DEZENOVE de Dezembro, Coritiba, Paraná, Brazil, Anno XVI, n. 1041, p.1-4, 30 out. 1869.

(O) **DIABO Azul**, Curytiba, Paraná, Brazil, Anno 1, n. 1, p. 1-5, 02 jun. 1878.

DICIONÁRIO Aurélio online. Disponível em: <<http://www.dicionarioaurelio.com/pasquim>> Acesso em: 09 out. 2019.

DICIONÁRIO do Pensamento Marxista: edição eletrônica. Tradução de Waltenir Dutra. São Paulo: Zahar, 2013.

DOMINGUES, P. J. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Ed. SENAC, 2004.

DORFMUND, L. P. **Geografia e história do Paraná**. Curitiba: Ed. do Brasil, 1963.



ECHO dos Campos, Castro. Paraná, Brazil, Anno 1, n.1, p. 1-4, 17 mar.1883.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça branca. São Paulo: Globo, 2008.

(A) GALLERIA Illustrada, Curityba, Brazil, Anno 1, n. 4, p. 1-17, 20 nov. 1888.

GAZETA Paranaense, Curityba, Paraná, Brazil, Anno VI, n. 175, p. 1-4, 25 fev. 1882.

(O) GUAYRA, Campo Largo, Paraná, Brazil, Anno 1, n. 11, p. 1-4, 03 abr. 1887.

GRAF. M. E. de C. **Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná**. [Curitiba]: Grafipar, 1981.

HORTA. J. S. B. Planejamento Educacional: estado e educação. In: SAVIANI. D. (Org.). **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia El Labor, 1988.

ITIBERÊ, Paranaguá. Paraná, Brazil, Anno 3, n. 123, p. 1-4, 20 jul. 1884.

JORNAL do Commercio, Curitiba, Paraná, Brazil, Anno 1, n.1, p.1-4, 8 jul. 1883.

LEITE, G. L. **História do Brasil**: net. textos, resumos e documentos da História do Brasil. Fonte: História Do Brasil. Disponível em: [http://www.historiadobrasil.net/resumos/confederacao\\_do\\_equador.htm](http://www.historiadobrasil.net/resumos/confederacao_do_equador.htm). Acesso em: 31 mar. 2016.

LIMA, S. S. Escolas a bordo: instituições de formação de marinheiros no Brasil e em Portugal. **Revista Lusófona de Educação**, n.35, p. 155-170, 2017.

LOCKE, J. **Segundo tratado do governo civil**. São Paulo: IBRASA, 1963.

\_\_\_\_\_. **Segundo tratado do governo civil.** Clube do livro liberal. Disponível em <[http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo\\_tratado\\_Sobre\\_O\\_Governo.pdf](http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_tratado_Sobre_O_Governo.pdf)> Acesso em: 05 nov. 2015.

(A) LUTA, Curityba, Paraná, Brazil, Anno 1, n.1, p. 1-4, 26 maio 1886.

MARQUES, V. R. B.; PANDINI, S. **Crianças trabalhadoras: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista.** (GT-História da Educação). p. 1-17. Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02\\_10.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02_10.pdf). Acesso em: 20 set. 2017.

MARTINS, C. L. **A relação entre protestantismo e sociedade brasileira no final do século XIX frente aos temas da educação e escravidão.** 147 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. Faculdade de Ciências Humanas. Piracicaba, 2008.

MARX, K. **O capital (crítica da economia política):** o processo de produção capitalista. 4. ed. Tradução de Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1890. Livro primeiro, v. 2.

\_\_\_\_\_. **O capital (crítica da economia política):** o processo global de produção capitalista. 3. ed. Tradução de Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1894. Livro terceiro, v. 6.

\_\_\_\_\_. **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **O capital. (crítica da economia política):** o processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **A liberdade de imprensa.** Porto Alegre: L&PM, 2001.

\_\_\_\_\_. **Glosas críticas marginais ao artigo:** o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubéns Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **Textos sobre a Educação e Ensino**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas. São Paulo: Navegantes, 2011.

MATTOSO, K. de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MIGUEL, M. E. B. A organização da escola primária pública do Paraná: período provincial. Pontifícia Universidade Católica do Paraná- PUCPR. PIBIC/PUCPR **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.22, p. 39 –53, jun. 2006.

MOURA, C. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOREIRA, V. da S. **Escravos e criados nas escolas noturnas de primeiras letras na Província do Paraná (1872-1888)**. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, 2013.

(O) MOSQUETEIRO, Curitiba, Paraná, Brazil, Anno II, n. 8, p. 1-4, 16 jun. 1887.

NAROZNIAK, J. **Histórias do Paraná RPC**. Curitiba: RPC TV Arowaki, 2010.

NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008.

NASCIMENTO, M. I. M. **O negro, da Senzala para a escola: a educação nos congressos agrícolas do Rio de Janeiro e Pernambuco (1878)**. Tese (Pós- doutorado em Educação. 105 f. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 2012.

NASCIMENTO, M. N. M. **História, trabalho e educação: relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindústria canieira**.

255 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas-SP: UNICAMP-FE, 2009.

NOTICIADOR, Paranaguá. Paraná, Brazil. Anno 1, n. 17, p.1-2, 20 abr.1882.

(A) OPINIÃO, Curityba, Paraná, Brazil, Anno 1, n.1, p.1-5, 03 ago. 1887.

PADILHA, L. M. de L. A **(in) existência de um projeto educacional para os negros quilombolas no Paraná: do império a república.** 172 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016.

PILOTTO, O. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954).** Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

PINTO, M. A. F. **A imprensa negra do século XIX (1833-1899).** 197 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós- Graduação em História). Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Brasília, 2006.

PINTO, T. dos S. História do Carnaval no Brasil. **Brasil Escola.** Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/carnaval/historia-do-carnaval-no-brasil.htm>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PORTELA, B. M. **Gentio da terra, gentio da guiné:** a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana. (Capitania de São Paulo, 1697-1780). 386 f. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução política do Brasil:** colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 1933.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **História econômica do Brasil.** 46. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRIORI, A. et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A imigração. p. 35-46. Available from SCIELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 18 set. 2016.

PROVINCIA DO PARANÁ, Curityba, Paraná, Brazil, Anno 1, n. 43, p.1-4, 17 nov.1876.

REIS, F. P. G. dos. **Práticas sociais relativas às crianças negras em impressos agrícolas e projetos de emancipação de escravizados (1822-1888)**. 255 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ROMÃO, J. **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. 278 p. (Coleção Educação para Todos)

(A) REFORMA, Corytiba, Paraná, Brazil, Anno 1, n.1, p. 1-4, 10 set. 1881.

(A) REPUBLICA, Corytiba, Paraná, Brazil, Anno 1, n.1, p.1-4, 02 jan. 1888.

REVISTA Paranaense, Corytiba, Paraná, Brazil, v.1, n.1, p.1-36, jan. 1881.

(O) REALISMO, Curytiba, Paraná, Brazil, Anno1, n. 25, p.1-4, 13 jul. 1884.

(O) SANTELMO, Curytiba, Paraná, Brazil, Anno1, n.1, p. 1-2, 1 mar. 1888.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, J. C; NASCIMENTO, M. I. M.(Org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifca Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. p. 3-12. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, D. et. al. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. rev. ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.  
SEVERINO, A. J. **Educação, ideologia e contra ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SILVA, N. S. da. **O batismo na Instrução**: projetos e práticas de instrução formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná provincial. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

SCHWARCZ, L. M. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadão em São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SETE de Março, Corityba, Paraná, Brazil, n. 1, p. 1-4, 24 abr. 1888.

SHELBAUER, A. R. **Idéias que não realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1997.

SILVA, R. M. da. A expressão do liberalismo e o negro nos jornais paranaenses do século XIX. In: ZANLORENZI, C. M. P.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **História de educação instituições, intelectuais e imprensa**. Curitiba: Ed. CRV, 2016. p. 185-204.

SLOTUK, C. M. **O retrato da educação nas páginas do jornal dezenove de dezembro (1853 - 1889)**. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós- Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1977.

SODRÉ, N. W. **Panorama do segundo império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gaphia, 1998.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. **História do Paraná**: do século XIV à década de 1950. Londrina: Ed. UEL, 2002.

TREVISAN, L. **Abolição um suave jogo político?** São Paulo: Moderna, 1988.

TREZE de Maio, Paranaguá, Paraná, Brazil, Anno 1. n. 28, p.1-4. 22 dez. 1888.

(O) TROVÃO, Curytiba, Paraná, Brazil, Anno1, n.2, p. 1-4, 03 jun. 1888.

(A) VIDA Litteraria, Curityba, Brazil, Anno1, n.1, p. 1-4, 20 jul. 1887.

VIEIRA, E. **Estado e miséria social no Brasil**: de Getúlio a Geisel. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VIOLETA, Paranaguá, Paraná, Brazil, Anno 1, n. 21, p.1-5, 07 maio 1883.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 7. ed. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1995.

ZANLORENZI, C. M. P. **A expressão do liberalismo na revista a escola (1906-1910) no Paraná**. 143 f. Tese (Doutorado) – Programa de pós- graduação em educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

ZANLORENZI, C. M. P.; NASCIMENTO, M. I. M. “A escola” e a educação, um projeto liberal para o magistério no Paraná: primeiras reflexões. In: **ANPED SUL, 9, 2012. Seminário de pesquisa em educação da Região Sul**. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/63/632>> Acesso em: 20 nov. 2015.

ZANLORENZI, C. M. P.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **História de educação instituições, intelectuais e imprensa**. Curitiba: Ed. CRV, 2016.

**25 DE MARÇO**, Curytiba, Paraná, Brazil, Anno II, n. 8, p.1-4, 25 mar. 1876.

VINTE e Oito de Setembro, Corytiba. Paraná, Brazil, p. 1-4, 28 set. 1886.





# ANEXO 1

Tabela das dissertações de Mestrado e teses de Doutorado encontradas no banco de dados dos Programas de Pós-Graduação em Educação e aprovadas pela CAPES no Brasil. O levantamento foi organizado por: nome da instituição, título da obra, autor e ano de publicação.

UNIVERSIDADE	TÍTULO	AUTOR	ANO
UFAM UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	NÃO ESTÁ DISPONÍVEL		
UFBA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	NÃO ESTÁ DISPONÍVEL		
UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	NÃO ESTÁ DISPONÍVEL		
UEPG UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	INTELECTUAIS, MODERNIDADE E DISCURSO EDUCATIVO NO JORNAL "DIÁRIO DOS CAMPOS" (1907- 1928)	ELIEZER FÉLIX DE SOUZA	2010
	ESTADO, IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO NO JORNAL "TRIBUNA DOS MUNICÍPIOS" DE IRATI-PR (1954-1959)	CLAUDIA MARIA PETCHAK ZANLORENZI	2006
	FRANCISCO FERRER Y GUARDIA: EDUCAÇÃO E A IMPRENSA ANARCOSINDICALISTA – "A PLEBE" (1917- 1919)	<u>ARACELY MEHL</u> <u>GONÇALVES</u>	2007
	SUTILEZAS ENTRE CIÊNCIA, POLÍTICA E VIDA PRÁTICA: ALFABETIZAÇÃO EM UMA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA	<u>CARLOS RICARDO</u> <u>GROKORRISKI</u>	2012
	A EXPRESSÃO DO LIBERALISMO NA REVISTA A ESCOLA (1906-1910) NO PARANÁ	CLAUDIA MARIA PETCHAK ZANLORENZI	2014

	O RETRATO DA EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO JORNAL DEZENOVE DE DEZEMBRO (1853 - 1889).	CEBILLA MOLETTA SLOTUK	2015
UFC UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	JORNAL DAS MOÇAS: LEITURA, CIVILIDADE E EDUCAÇÃO FEMININAS (1932-1945).	<u>NUKÁCIA MEYRE ARAÚJO DE ALMEIDA</u>	2008
	A ESCOLA NORMAL DO CEARÁ NOS ANOS DE 1930 A 1950: PALCO DE DEBATES POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS NO CALOR DAS REFORMAS	<u>MARIA GORETTI LOPES PEREIRA E SILVA</u>	2009
	MOVIMENTOS SOCIAIS E PROCESSOS EDUCATIVOS: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO COLETIVO NA LUTA POR DIREITOS NA COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO DAS CRIOLAS	<u>MARIA JORGE DOS SANTOS LEITE</u>	2012
	OS CONGOS DE MILAGRES E AFRICANIDADES NA EDUCAÇÃO DO CARIRI CEARENSE.	<u>CICERA NUNES</u>	2010
	MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE QUILOMBO NO CEARÁ	<u>SIMONE MARIA SILVA DANTAS</u>	2009
	AS PEDAGOGIAS DO MOVIMENTO NEGRO NO RIO DE JANEIRO E SANTA CATARINA (1970-2000): IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	<u>IVAN COSTA LIMA</u>	2009
	TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS LÍDERES DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM ARARAQUARA - SP: ESTRATÉGIAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO MODO DE VIDA.	<u>MARIA APARECIDA SILVA</u>	2011
	OS DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA-AÇÃO	<u>MARCELE ARRUDA CABRAL</u>	2013
	TORNAR-SE NEGRO: TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NO CEARÁ	<u>MARIA AUXILIADORA DE PAULA GONÇALVES HOLANDA</u>	2009

	A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO NEGRO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM TERESINA, PIAUÍ: AS EXPERIÊNCIAS DO IFARADÁ E DO CENTRO AFRO-CULTURAL "COISA DE NÊGO"	<u>ANA BEATRIZ SOUSA GOMES</u>	2007
	DIVERSIDADE ÉTNICA E FAZER DOCENTE NA EDUCAÇÃO FÍSICA EM CUIABÁ-MT: UMA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA NA PERSPECTIVA DO AFRODESCENDENTE.	<u>WALFREDO FERREIRA DE BRITTO</u>	2010
	BATUQUES, FOLIAS E LADAINHAS: A CULTURA DO QUILOMBO DO CRIA-Ú EM MACAPÁ E SUA EDUCAÇÃO	<u>PIEIDADE LINO VIDEIRA</u>	2010
	A FRENTE NEGRA PERNAMBUCANA E SUA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA A POPULAÇÃO NEGRA NA ÓTICA DE UM DOS SEUS FUNDADORES: JOSÉ VICENTE LIMA - DÉCADA DE 1930.		2008
	VALORIZAÇÃO DA COSMOVISÃO AFRICANA NA ESCOLA: NARRATIVA DE UMA PESQUISA-FORMAÇÃO COM PROFESSORAS PIAUIENSES.	<u>REBECA DE ALCÂNTARA E SILVA MEIJER</u>	2012
UCB UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	NÃO ESTA DISPONIVEL		
UNB UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DE PELE ESCURA E TINTA PRETA: A IMPRENSA NEGRA NO SÉCULO XIX (1833- 1889)	ANA FLÁVIA GUIMARÃES	2006
UFES UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	AFIRMAR AS DIFERENÇAS ETNICORRACIAIS COMO PROCESSO DE ENUNCIÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO AO RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	NELMA GOMES MONTEIRO	2010
PUC-GOÍÁS UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	DESAFIOS PARA A ABORDAGEM ETNORACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR	<u>MARIA LÍCIA DOS SANTOS</u>	2013

UFG UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES PRESENTES NOS ESTUDOS DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE (1978-2010)	UCILEY SILVA EVANGELISTA FREIRE	2011
UFJF UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	<u>NÃO ESTÁ DISPONÍVEL</u>		
UFMG UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E REFORMA DOS COSTUMES: LIÇÕES DA SELECTA CATHOLICA (1846 - 1847)	RAQUEL MARTINS DE ASSIS	2004
	CULTURA IMPRESSA E EDUCAÇÃO DA MULHER LIÇÕES DE POLÍTICA E MORAL NO PERIÓDICO MINEIRO O MENTOR DAS BRASILEIRAS (1829-1832)	MÔNICA YUMIJINZENJI	2008
	A MISSÃO DESANALFABETIZADORA DO JORNAL GAZETA DO NORTE, EM MONTES CLAROS (1918- 1938).	GEISA MAGELA VELOSO	2008
UFU UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	IMPRENSA E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O PENSAMENTO EDUCACIONAL NO TRIÂNGULO MINEIRO (1930 - 1945)	<u>MARIA DE LURDES ALMEIDA E SILVA LUCENA</u>	2011
	SER E FAZER-SE PROFESSORA NO PIAUÍ NO SÉCULO XX : A HISTÓRIA DE VIDA DE NEVINHA SANTOS	<u>JANE BEZERRA DE SOUSA</u>	2009
UFMS FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	LENDO NO JORNAL STELLA MARIS 1938-1945 AS MARCAS DA FORMAÇÃO DAS PROFESSORAS EM UMA ESCOLA NORMAL CATÓLICA DE MINAS GERAIS	MARIA CECILIA DE MEDEIROS ABRAS	2010
UFMT UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	NÃO ESTA DISPONIVEL		
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	NÃO ESTA DISPONIVEL		
UFPB/JP UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AFRO- BRASILEIRA NOS ESPAÇOS DAS IRMANDADES DO SERTÃO PARAIBANO.	ALBA CLEIDE CALADO WANDERLEY	2009

UFPE UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	LEITURA E IDENTIDADES ÉTNICO-RACIAIS: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DISCURSIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	<u>DAYSE CABRAL DE MOURA</u>	2010
	SOCIOGENESE DO CONCEITO DE ETNIA NEGRA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA		2011
UFPR UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE ARTES NAS SÉRIES INICIAIS: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E FOLCLORIZAÇÃO RACISTA	JAIR SANTANA.	2010
	EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: QUANDO A DIFERENÇA É INDIFERENTE .	EDIMARA GONÇALVES SOARES	2012
	GENTIO DA TERRA, GENTIO DA GUINÉ: A TRANSIÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA E ADMINISTRADA INDÍGENA PARA A ESCRAVIDÃO AFRICANA. (CAPITANIA DE SÃO PAULO, 1697-1780)	BRUNA MARINA PORTELA	2014
	O BATISMO NA INSTRUÇÃO: PROJETO E PRÁTICAS DE INSTRUÇÃO FORMAL DE ESCRAVOS LIBERTOS E INGÊNUOS NO PARANÁ PROVENCIAL	NOEMI SANTOS DA SILVA	2014
	O NAVIO, OS OFICIAIS E OS MARINHEIROS: AS TEORIAS RACIAIS E A REFORMA ELEITORAL DE 1881	HILTON COSTA	2014
UEM UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ			
PUC/PR PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	NÃO ESTÁ DISPONÍVEL		
PUC-RIO PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	NÃO ESTÁ DISPONÍVEL		

UERJ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	LIVROS, FOLHETOS, JORNAIS, CALENDRÁRIOS E FOLHINHAS, TUDO À VENDA NA BOTICA DE PADRE TEZINHO: PRÁTICAS SOCIAIS E PRÁTICAS DE LEITURA NOS ANÚNCIOS DOS JORNAIS DO SÉCULO XIX (1820-1831)	<a href="#">MARIA DE FATIMA ALMEIDA BRAGA</a>	2011
	PILARES NEGROS: EDUCAÇÃO, FÉ E POLÍTICA NA DIOCESE DE DUQUE DE CAXIAS (1988-2000)	<a href="#">CLÁUDIA REGINA DE PAULA</a>	2013
	GERANDO EUS, TECENDO REDES E TRANÇANDO NÓS: DITOS E NÃO DITOS DAS PROFESSORAS E ESTUDANTES NEGRAS NOS COTIDIANOS DO CURSO DE PEDAGOGIA	<a href="#">MARGARETH MARIA DE MELO</a>	2012
	BRINCADEIRA E ARTE: PATRIMÔNIO, FORMAÇÃO CULTURAL E SAMBA DE COCO EM PERNAMBUCO	<a href="#">MAGDALENA MARIA DE ALMEIDA</a>	2011
	MULHERES NEGRAS - TECENDO IDENTIDADES COM CABELOS E ARTEFATOS CULTURAIS: UMA QUESTÃO PARA OS CURRÍCULOS	<a href="#">CLAUDIA REGINA RIBEIRO PINHEIRO DAS CHAGAS</a>	2013
UFF UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI NA ADVERSIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA MARGINALIDADE	<a href="#">SILVANA BEZERRA</a>	2006
	O ARTICULISTA FLORESTAN: CIÊNCIA E POLÍTICA COMO BASE DE UMA PEDAGOGIA SOCIALISTA	<a href="#">MARCOS MARQUES DE OLIVEIRA</a>	2006
UNIVERSIDADE	TÍTULO	AUTOR	ANO
	RACISMO E MOVIMENTOS INSTITUINTES NA ESCOLA	<a href="#">EUGENIA DA LUZ SILVA FOSTER</a>	2004
UFRJ UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	CURRÍCULO E PRODUÇÃO DA DIFERENÇA “NEGRO” E “NÃO NEGRO” NA SALA DE AULA DE HISTÓRIA	<a href="#">WARLEY DA COSTA</a>	2012
UNESA UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	NÃO ESTÁ DISPONÍVEL		

UFRN UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	VITRINE DAS LETRAS: O DISCURSO JORNALÍSTICO E A MODERNIDADE PEDAGÓGICA EM SERGIPE/BRASIL E PORTUGAL - (1910-1920)	<u>MARIA NEIDE SOBRAL DA SILVA</u>	2007
	MÃE-ESPOSA E PROFESSORA: EDUCADORAS NO FINAL DO SÉCULO XIX	<u>OSSANA KESS BRITO DE SOUZA PINHEIRO</u>	2009
	INCLUSÃO E DEFICIÊNCIA: EM BUSCA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA MÍDIA IMPRESSA EM NATAL/RN	<u>MARIA DO CARMO SOARES COSTA SILVA</u>	2007
	A COR AUSENTE: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DO NEGRO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES - PARÁ, 1970 – 1989	<u>WILMA DE NAZARÉ BAIA COELHO</u>	2005
PUC/RS PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	OS DISCURSOS SOBRE A MATEMÁTICA PUBLICADOS NA REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL - (1951- 1978)	PEREIRA, LUIZ HENRIQUE FERRAZ	2010
UFPEL UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	NÃO ESTÁ DISPONÍVEL		
UFRGS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	PEDAGOGIA INTERGERACIONAL NUMA FAMÍLIA TRABALHADORA NEGRA DO RIO GRANDE DO SUL	CUNHA, HUMBERTO ROCHA	2008
	POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS, EDUCAÇÃO E ABÁ (PENSAMENTO) NEGR- BRASILEIRO DIASPÓRICO	ADÃO, JORGE MANOEL	2007
	ABOLIÇÃO DAS DESIGUALDADES: AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR	SANGER, DIRCENARA DOS SANTOS	2009
UFMS UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	NÃO ESTÁ DISPONÍVEL		

UNISINOS UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	O PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA NAS ESCOLAS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ: UM ESTUDO DO JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES TEUTO- BRASILEIROS CATÓLICOS DO RIO GRANDE DO SUL (1900 ? 1939) /	MARIA LUÍSA LENHARDBREDEMEIER	2010
	A REVISTA "O PEQUENO LUTERANO" E A FORMAÇÃO EDUCATIVA RELIGIOSA LUTERANA NO CONTEXTO POMERANO EM PELOTAS RS (1931-1966)	PATRICIA WEIDUSCHADT	2012
	PRÁTICAS NORMALIZADORAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO A PARTIR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVO HAMBURGO - RS (1950 A 2007) /	HELENA VENITESSARDAGNA	2008
	POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DISCURSOS SOBRE MATEMÁTICA ESCOLAR: UM ESTUDO A PARTIR DA REVISTA NOVA ESCOLA	OLIVEIRA, CLAUDIO JOSÉ DE	2006
FURG FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDDO	NÃO ESTÁ DISPONÍVEL		
UFSC UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	<u>TESSITURAS DA PELE: JUVENTUDE(S), RELAÇÕES RACIAIS E EXPERIÊNCIAS SOCIAIS.</u>	ALMEIDA, JOSÉ NILTON DE	2010
	JUVENTUDE NEGRA NA EJA: OS DESAFIOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA.	PASSOS, JOANA CÉLIA DOS	2010
FUFSE FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE	NÃO ESTÁ DISPONÍVEL		
UFSCAR UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS E A INSERÇÃO DE NEGROS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA DE DUAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE MATO GROSSO DO SUL - 2005 - 2008	<u>EUGENIA PORTELA DE SIQUEIRA MARQUES</u>	2010



	<p>PEQUISAS SOBRE O NEGRO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE SUAS CONCEPÇÕES E PROPOSTAS.</p>	<p>CRISTIANE MARIA RIBEIRO</p>	<p>2005</p>
	<p>A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UM CURSO DE PEDAGOGIA: ESTUDO DE CASO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNE/CP 01/2004</p>	<p><u>ROSANA BATISTA MONTEIRO</u></p>	<p>2010</p>
<p>UNICAMP UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS</p>	<p>A FORMAÇÃO DE UMA GERAÇÃO: A EDUCAÇÃO PARA A PROMOÇÃO SOCIAL E O PROGRESSO DO PAIS NO JORNAL A VOZ DA INFANCIA DA BIBLIOTECA INFANTIL MUNICIPAL DE SÃO PAULO (1936-1950)</p>	<p>AZILDE LINA ANDREOTTI</p>	<p>2004</p>
	<p>EDUCAÇÃO, IMPRENSA E REPUBLICA: A INSTRUÇÃO PUBLICA NO "A PROVINCIA DE SÃO PAULO" - 1875-1889</p>	<p>MARIO FERREIRA DE CASTRO</p>	<p>2003</p>
	<p>O NEGRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PERSPECTIVAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS</p>	<p>EDWIGES PEREIRA ROSA CAMARGO</p>	<p>2005</p>
	<p>FIOS DE HISTORIAS E MEMORIAS DOS AFRICANOS E AFRO-DESCENDENTES: POR UMA EDUCAÇÃO POLITICA DOS SENTIDOS</p>	<p>CLAUDIA REGINA ALVES PRADO FORTUNA</p>	<p>2008</p>
	<p>A ESCRAVIDÃO NO LIVRO DIDATICO DE HISTORIA DO BRASIL: TRES AUTORES EXEMPLARES (1890-1930)</p>	<p>MARIA CRISTINA DANTAS PINA</p>	<p>2009</p>
<p>UNIMEP UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA</p>	<p><u>O MOVIMENTO OPERÁRIO E A EDUCAÇÃO NA IMPRENSA SOROCABANA NA PRIMEIRA REPÚBLICA</u></p>	<p>VALDELICE BORGHI FERREIRA</p>	<p>2009</p>
	<p><u>UNIVERSIDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO DO NEGRO NO ENSINO SUPERIOR</u></p>	<p>JOSÉ VICENTE</p>	<p>2012</p>
	<p><u>A RELAÇÃO ENTRE PROTESTANTISMO E SOCIEDADE BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX FRENTE AOS TEMAS DA EDUCAÇÃO E ESCRAVIDÃO</u></p>	<p>LUIZ CÂNDIDO MARTINS</p>	<p>2008</p>

UNINOVE UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	NÃO ESTÁ DISPONÍVEL		
UNISO UNIVERSIDADE DE SOROCABA	NÃO ESTÁ DISPONÍVEL		
USP UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	A ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS PAULISTAS (1920-1940)	MÁRCIA LUIZA PIRES DE ARAÚJO	2013
	O EDUCAR-SE DAS CLASSES POPULARES OITOCENTISTAS NO RIO DE JANEIRO ENTRE A ESCOLARIZAÇÃO E A EXPERIÊNCIA	ANA LUIZA JESUS DA COSTA	2012
	QUANDO O PROFESSOR É NOTÍCIA? IMAGENS DE PROFESSOR E IMAGENS DO JORNALISMO	KÁTIA ZANVETTOR FERREIRA	2012
	MASCULINIDADES, RAÇA E FRACASSO ESCOLAR: NARRATIVAS DE JOVENS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	ROSEMEIRE DOS SANTOS BRITO	2009
	PRETOS, PARDOS, CRIoulos E CABRAS NAS ESCOLAS MINEIRAS DO SÉCULO XIX	MARCUS VINICIUS FONSECA	2007
	EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROCESSOS DE ENCAMINHAMENTO PARA SALAS DE RECURSOS RELAÇÕES DE GÊNERO E COR/RAÇA	ROSELI KUBO GONZALEZ	2013
	AFRICANIDADES E EDUCAÇÃO: ANCESTRALIDADE, IDENTIDADE E ORALIDADE NO PENSAMENTO DE KABENGELE MUNANGA	JULVAN MOREIRA DE OLIVEIRA	2010
	PRÁTICAS SOCIAIS RELATIVAS ÀS CRIANÇAS NEGRAS EM IMPRESSOS AGRÍCOLAS E PROJETOS DE EMANCIPAÇÃO DE ESCRAVIZADOS (1822-1889)	FÁBIO PINTO GONÇALVES DOS REIS	2010
	CANDOMBLÉ DE KETU E EDUCAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA O EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA.	KIUSAM REGINA DE OLIVEIRA	2008

	A INCLUSÃO E A DIFERENÇA-ESTUDOS DOS PROCESSOS DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO DE ADOLESCENTES NEGROS ATRAVÉS DA ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DA ESCOLA PLURAL	DENISE CONCEIÇÃO DAS GRAÇAS ZIVIANI	2010
PUC/SP PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (3)	IMAGEM DA ÁFRICA, DOS AFRICANOS E SEUS DESCENDENTES EM COLEÇÕES DE DIDÁTICOS DE HISTÓRIA APROVADAS NO PNLD DE 2004	ALFREDO BOULOS JUNIOR	2008
	A "VANGUARDA BRASILEIRA": A JUVENTUDE NO DISCURSO DA REVISTA DA EDITORA DO BRASIL S/A (1961-1980)	KÁTIA MITSUKO ZUQUIM BRAGHINI	2010
UNESP/ ARAR /MAR UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO	MULHERES E CRIANÇAS NA IMPRENSA PAULISTA (1920-1940): REPRESENTAÇÃO E HISTÓRIA.	RAQUEL DISCINI DE CAMPOS	2007
	ESCRAVOS, FORROS E INGÊNUOS EM PROCESSOS EDUCACIONAIS E CIVILIZATÓRIOS NA SOCIEDADE ESCRAVISTA DO MARANHÃO NO SÉCULO XIX	MARILÉIA DOS SANTOS CRUZ	2008
	UMA ESCOLA (IN)VISÍVEL: MEMÓRIAS DE PROFESSORAS NEGRAS EM PORTO VELHO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	SÔNIA MARIA GOMES SAMPAIO	2010
	MULHER E CRIANÇA: AMBIVALENCIA DE DOIS MUNDOS DITADOS POR ESPECIALISTAS EM ARTIGOS DE REVISTAS DESTINADAS AO GRANDE PÚBLICO ENTRE OS ANOS DE 1940 A 1950	JOÃO GUILHERME RODRIGUES MENDONÇA	2011
	AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (1952-1964)	SANDRA OLIVA DE ALMEIDA	2012
	NAS PÁGINAS DA IMPRENSA: A INSTRUÇÃO/EDUCAÇÃO NOS JORNAIS EM MATO GROSSO (1880-1910)	ADRIANA APARECIDA PINTO	2013

	<u>PERCURSOS IDENTITÁRIOS : PATRIOTISMO CONSTITUCIONAL “EU PÓS-CONVENCIONAL” E IDENTIDADE NEGRA / LEONIDES DA SILVA JUSTINIANO. -</u>		2007
UNICAMP UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	NOMES PRÓPRIOS E DESCRIÇÃO : UM ESTUDO DA DESCRIÇÃO E DO NOME PRÓPRIO A PARTIR DA ANÁLISE DAS DESCRIÇÕES PRESENTES NOS ANÚNCIOS DE FUGA DE ESCRAVOS PUBLICADOS NOS JORNAIS DE CAMPINAS ENTRE 1870 E 1876.	ANA JOSEFINA FERRARI	

## ANEXO 2

Tabela dos Periódicos organizada a partir de dados do “Estudo da população escrava da Província do Paraná” de Márcia Elisa de Campos Graf.

### PERIÓDICOS PUBLICADOS EM CURITIBA- PR

Título	Subtítulo	Ano(s)	Localização do arquivo
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Paraná	-	1877	Coleção Osvaldo Pilotto
A Arte	Órgão da Escola de Desenho e Pintura	1889	Coleção Osvaldo Pilotto
O Coração	Periódico Dedicado ao belo sexo	1887	Instituto Neo-Pitagórico
O Corityba	Seminário Literário e Social	1883	Coleção Osvaldo Pilotto
Cruz Machado	Órgão Pedagógico religioso, crítico e noticioso	1884	Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Deutsches Wochenbltt flur die Provinz Paraná		1883	Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Dezenove de Dezembro		1854	Círculo de Estudos Bandeirantes, Museu Paranaense e Biblioteca do Paraná
O Diabinho	Órgão Instrutivo e recreativo dedicado à mocidade curitibana	1878	Hemeroteca Júlio Mesquita-Instituto Histórico e Geográfico Osvaldo Pilotto
O Diabo Azul	Periódico Literário critica e chistoso	1878	Coleção Osvaldo Pilotto
Diário Popular		1887	Coleção Osvaldo Pilotto
Echo Paranaense	Órgão Neutro e Independente	1886	Coleção Osvaldo Pilotto,
Evolução	Órgão literário, noticioso e instrutivo	1881	Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional

A Galeria Ilustrada		1889	Instituto Neo-Pitagórico, Hemeroteca Julio Mesquita- Instituto Histórico e Geográfico –SP
Gazeta Paranaense	Órgão do Partido Conservador	1882	Museu Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná
A Idea	Órgão do Clube dos Estudantes	1889	Instituto Neo-Pitagórico, Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Iris Paranaense	Folha literária agrícola, agrícola, comercial e noticiosa	1873	Coleção Osvaldo Pilotto
O Trovão	Órgão dedicado às pessoas que não sofrem de pindaíba (física de algebeira)	1889	Instituto Neo-Pitagórico,
A Vida Literária		1887	Instituto Neo-Pitagórico,
O Vigilante		1883	Coleção Osvaldo Pilotto
Vinte e Oito de Setembro	Homenagem da mocidade paranaense ao benemérito Visconde do Rio Branco	1886	Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
25 de Março	Órgão do Partido Conservador	1876	Coleção Osvaldo Pilotto, Biblioteca Pública do Paraná
O Jardim	Órgão literário dedicado às moças brasileira	1889	Instituto Neo-Pitagórico,
Jornal do Comércio		1883	Biblioteca Nacional, Coleção Osvaldo Pilotto
Jornal Ilustrado		1887	Instituto Neo-Pitagórico
O Liberal	Órgão Político e noticiosa	1881	Coleção Osvaldo Pilotto
A Luta		1886	Instituto Neo-Pitagórico,
O Mosqueteiro	Órgão recreativo e noticioso	1886	Instituto Neo-Pitagórico,  Hemeroteca Julio Mesquita- Instituto Histórico e Geográfico –SP
O Movimento		1889	Coleção Osvaldo Pilotto
A Opinião	Órgão de Estudantes	1887	Coleção Osvaldo Pilotto, Instituto Neo-Pitagórico,
O Paraná		1889	Hemeroteca Julio Mesquita- Instituto Histórico e Geográfico –SP

O Paranaense	Órgão do Partido Conservador, Folha política, comercial e noticiosa	1877/82	Museu Paranaense
O Pássaro Azul	Curitiba	1882	Coleção Osvaldo Pilotto
Der Pionier	Curitiba	1882	Coleção Osvaldo Pilotto, Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional
O Porvir	Órgão da mocidade	1882	Coleção Osvaldo Pilotto, Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Província do Paraná	Órgão democrático, dedicado aos interesses da Província	1876	Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Museu Paranaense
O Realismo	Jornal literário, crítico e noticioso	1884	Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional
A Reforma	Órgão Liberal	1881	Coleção Osvaldo Pilotto,
A República	Órgão do Clube Republicano	1886	Coleção Osvaldo Pilotto, Círculo de Estudos Bandeirantes
Revista do Paraná	Curitiba	1887	Coleção Osvaldo Pilotto, Instituto Neo- Pitagórico
Revista Paranaense	Curitiba	1881	Coleção Osvaldo Pilotto, Instituto Neo- Pitagórico , Museu Paranaense
O Santelmo	Órgão de Estudantes	1889	Instituto Neo- Pitagórico ,
Sete de Março	Órgão do Partido Conservador,	1889	Coleção Osvaldo Pilotto, Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional

## PERIÓDICOS PUBLICADOS EM PARANAGUÁ- PR

Título	Subtítulo	Ano(s)	Localização do arquivo
Club Literário	Homenagem ao Club Literário de Paranaguá, pelo seu 11º aniversário	1883	Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Comercial	Paranaguá	1886	Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Comercio do Paraná	Paranaguá	1862	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá

Echo do Paraná	Periódico comercial literário e noticioso	1879	Coleção Osvaldo Pilotto, Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá
O Futuro	Periódico literário e noticioso. Órgão imperial	1881	Biblioteca Nacional, Coleção Osvaldo Pilotto,
Itiberê	Jornal comercial, literário e noticioso. Propriedade e órgão do Club Literário	1882	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Sinhá	Órgão dedicado ao belo sexo que não ultrapassou as 20 primaveras da vida	1889	Coleção Osvaldo Pilotto
Treze de Maio	Paranaguá	1889	Coleção Osvaldo Pilotto
Violeta	Modesto órgão da mocidade	1882	Coleção Osvaldo Pilotto, Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá
Livre Paraná	Eco republicano	1883	Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional
A Luz	Periódico literário e noticioso	1889	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá
Noticiador	Folha noticiosa e comercial	1822	Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional

### PERIÓDICOS PUBLICADOS EM CASTRO- PR

Título	Subtítulo	Ano(s)	Localização do arquivo
Correio dos Campos	Seminário imparcial	1887	Coleção Osvaldo Pilotto
Echo dos Campos	Seminário consagrado aos interesses gerais das Províncias	1883	Coleção Osvaldo Pilotto, Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional

### PERIÓDICOS PUBLICADOS NA LAPA- PR

Título	Subtítulo	Ano(s)	Localização do arquivo
Despertador Lapeano		1880	Coleção Osvaldo Pilotto

### PERIÓDICOS PUBLICADOS EM ANTONINA- PR

Título	Subtítulo	Ano(s)	Localização do arquivo
O Labor		1880	Coleção Osvaldo Pilotto, Coleção Ademaro Santos, Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional.



## PERIÓDICOS PUBLICADOS EM CAMPO LARGO- PR

Título	Subtítulo	Ano(s)	Localização do arquivo
O Guahyra	Órgão popular de instrução e recreio	1887	Coleção Osvaldo Pilotto

## PERIÓDICOS PUBLICADOS EM CURITIBA- PR

Título	Subtítulo	Ano(s)	Localização do arquivo
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Paraná	-	1877	Coleção Osvaldo Pilotto
A Arte	Órgão da Escola de Desenho e Pintura	1889	Coleção Osvaldo Pilotto
O Coração	Periódico Dedicado ao belo sexo	1887	Instituto Neo-Pitagórico
O Corityba	Seminário Literário e Social	1883	Coleção Osvaldo Pilotto
Cruz Machado	Órgão Pedagógico religioso, crítico e noticioso	1884	Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Deutsches Wochenbltt flur die Provinz Paraná		1883	Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Dezenove de Dezembro		1854	Círculo de Estudos Bandeirantes, Museu Paranaense e Biblioteca do Paraná
O Diabinho	Órgão Instrutivo e recreativo dedicado à mocidade curitibana	1878	Hemeroteca Júlio Mesquita-Instituto Histórico e Geográfico Osvaldo Pilotto
O Diabo Azul	Periódico Literário critica e chistoso	1878	Coleção Osvaldo Pilotto
Diário Popular		1887	Coleção Osvaldo Pilotto
Echo Paranaense	Órgão Neutro e Independente	1886	Coleção Osvaldo Pilotto,
Evolução	Órgão literário, noticioso e instrutivo	1881	Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
A Galeria Ilustrada		1889	Instituto Neo-Pitagórico, Hemeroteca Julio Mesquita- Instituto Histórico e Geográfico –SP
Gazeta Paranaense	Órgão do Partido Conservador	1882	Museu Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná

A Idea	Órgão do Clube dos Estudantes	1889	Instituto Neo-Pitagórico, Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Iris Paranaense	Folha literária agrícola, agrícola, comercial e noticiosa	1873	Coleção Osvaldo Pilotto
O Trovão	Órgão dedicado às pessoas que não sofrem de pindaíba (física de algebeira)	1889	Instituto Neo-Pitagórico,
A Vida Literária		1887	Instituto Neo-Pitagórico,
O Vigilante		1883	Coleção Osvaldo Pilotto
Vinte e Oito de Setembro	Homenagem da mocidade paranaense ao benemérito Visconde do Rio Branco	1886	Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
25 de Março	Órgão do Partido Conservador	1876	Coleção Osvaldo Pilotto, Biblioteca Pública do Paraná
O Jardim	Órgão literário dedicado às moças brasileira	1889	Instituto Neo-Pitagórico,
Jornal do Comércio		1883	Biblioteca Nacional, Coleção Osvaldo Pilotto
Jornal Ilustrado		1887	Instituto Neo-Pitagórico
O Liberal	Órgão Político e noticiosa	1881	Coleção Osvaldo Pilotto
A Luta		1886	Instituto Neo-Pitagórico,
O Mosqueteiro	Órgão recreativo e noticioso	1886	Instituto Neo-Pitagórico, Hemeroteca Julio Mesquita- Instituto Histórico e Geográfico –SP
O Movimento		1889	Coleção Osvaldo Pilotto
A Opinião	Órgão de Estudantes	1887	Coleção Osvaldo Pilotto, Instituto Neo-Pitagórico,
O Paraná		1889	Hemeroteca Julio Mesquita- Instituto Histórico e Geográfico –SP
O Paranaense	Órgão do Partido Conservador, Folha política, comercial e noticiosa	1877	Museu Paranaense
O Pássaro Azul	Curitiba	1882	Coleção Osvaldo Pilotto

Der Pionier	Curitiba	1882	Coleção Osvaldo Pilotto, Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional
O Porvir	Órgão da mocidade	1882	Coleção Osvaldo Pilotto, Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Província do Paraná	Órgão democrático, dedicado aos interesses da Província	1876	Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, Museu Paranaense
O Realismo	Jornal literário, crítico e noticioso	1884	Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional
A Reforma	Órgão Liberal	1881	Coleção Osvaldo Pilotto,
A República	Órgão do Clube Republicano	1886	Coleção Osvaldo Pilotto, Circulo de Estudos Bandeirantes
Revista do Paraná	Curitiba	1887	Coleção Osvaldo Pilotto, Instituto Neo- Pitagórico
Revista Paranaense	Curitiba	1881	Coleção Osvaldo Pilotto, Instituto Neo- Pitagórico , Museu Paranaense
O Santelmo	Órgão de Estudantes	1889	Instituto Neo- Pitagórico ,
Sete de Março	Órgão do Partido Conservador,	1889	Coleção Osvaldo Pilotto, Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional

## PERIÓDICOS PUBLICADOS EM PARANAGUÁ- PR

Título	Subtítulo	Ano(s)	Localização do arquivo
Club Literário	Homenagem ao Club Literário de Paranaguá, pelo seu 11º aniversário	1883	Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Comercial	Paranaguá	1886	Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Comercio do Paraná	Paranaguá	1862	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá
Echo do Paraná	Periódico comercial literário e noticioso	1879	Coleção Osvaldo Pilotto, Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá
O Futuro	Periódico literário e noticioso. Órgão imperial	1881	Biblioteca Nacional, Coleção Osvaldo Pilotto,

Itiberê	Jornal comercial, literário e noticioso. Propriedade e órgão do Club Literário	1882 1884	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá,  Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional
Sinhá	Órgão dedicado ao belo sexo que não ultrapassou as 20 primaveras da vida	1889	Coleção Osvaldo Pilotto
Treze de Maio	Paranaguá	1889	Coleção Osvaldo Pilotto
Violeta	Modesto órgão da mocidade	1882	Coleção Osvaldo Pilotto, Instituto Histórico e Geográfico de Paranaagua
Livre Paraná	Eco republicano	1883	Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional
A Luz	Periódico literário e noticioso	1889	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaagua
Noticiador	Folha noticiosa e comercial	1822	Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional

### PERIÓDICOS PUBLICADOS EM CASTRO- PR

Título	Subtítulo	Ano(s)	Localização do arquivo
Correio dos Campos	Seminário imparcial	1887	Coleção Osvaldo Pilotto
Echo dos Campos	Seminário consagrado aos interesses gerais das Províncias	1883	Coleção Osvaldo Pilotto, Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional

### PERIÓDICOS PUBLICADOS NA LAPA- PR

Título	Subtítulo	Ano(s)	Localização do arquivo
Despertador Lapeano		1880	Coleção Osvaldo Pilotto

### PERIÓDICOS PUBLICADOS EM ANTONINA- PR

Título	Subtítulo	Ano(s)	Localização do arquivo
O Labor		1880	Coleção Osvaldo Pilotto, Coleção Ademaro Santos, Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional.

### PERIÓDICOS PUBLICADOS EM CAMPO LARGO- PR

Título	Subtítulo	Ano(s)	Localização do arquivo
O Guahyra	Órgão popular de instrução e recreio	1887	Coleção Osvaldo Pilotto

Mostrar divisa da nossa sociedade



A presente obra surgiu originalmente da pesquisa realizada no curso de Doutorado em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa. A parceria entre orientanda Rosiane Machado da Silva e orientadora Maria Isabel Moura Nascimento, persiste neste trabalho autoral. A adaptação da tese para o formato de livro que tem como título: Os jornais paranaenses e a (in)visibilidade do negro e da sua educação (1853-1889) se justifica, pela importância do assunto na atualidade, e as reflexões que dele surgiram por ocasião da defesa.

